



Sessão realizada exclusivamente pelo Zoom em virtude da situação de calamidade pública que atingiu o Município ([Decreto nº 22.647](#), de 2 de maio de 2024).

 **PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** Temos quórum. Conforme foi combinado, hoje temos o comparecimento. Consulto ao líder do governo se os seus secretários já estão conectados.
Vou pedir para o Sr. Luiz Afonso apregoar as proposições.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos as proposições apresentadas à Mesa, as quais foram distribuídas recentemente as senhoras e senhores vereadores através dos aplicativos de mensagens. Eram essas as matérias a serem apregoadas até agora, Presidente. Pregão genérico.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Hoje temos o comparecimento do Sr. Cezar Augusto Schirmer, secretário municipal de planejamento e assuntos estratégicos, que abordará o assunto acerca das ações do governo relativas às enchentes.
O Sr. Cezar Augusto Schirmer, está com a palavra.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Primeiro, queria cumprimentar o nosso querido Presidente Ver. Mauro Pinheiro e a todos os vereadores que estão

participando desta sessão. Queria inicialmente agradecer muito o empenho, a dedicação, o esforço de cada vereador de todos os partidos no sentido de possuímos juntos um espírito de cooperação e solução, ou para minorar as dificuldades que a população de Porto Alegre vem sofrendo. Então muito obrigado a todos, eu falo não só em meu nome pessoal, mas em nome do prefeito, do vice-prefeito, dos secretários todos. Enfim, de todos que acompanham a dedicação, o empenho, o esforço de cada um e de todos os vereadores; a nossa posição é de profundo respeito pela atividade parlamentar, eu, pessoalmente, porque integro o Legislativo e tenho uma longa vida pública, e todos nós aqui sabemos a relevância do Parlamento nesses processos sempre.

Estão presentes aqui os seguintes secretários e componentes do governo: o chefe gabinete, André Coronel; o secretário de serviços urbanos, Assis; o secretário de governança, Cassio Trogildo; a secretária de habitação, Simone Somensi; o secretário da inovação Luiz Carlos; o secretário-adjunto da Fazenda, Jonas; o secretário de segurança coronel Aragon; o diretor-adjunto do DMLU, Vicente; o secretário da assistência social, Brasil; o secretário-adjunto de planejamento Bruno; o assessor do prefeito, Gustavo. Está chegando nosso colega do DMAE que está numa outra reunião já concluída e está se deslocando para cá. Então, muito obrigado a todos.

Presidente, eu gostaria de sugerir uma ... (Tosse.) Desculpem, estou saindo de uma gripe. Estou querendo sugerir uma pequena exposição, que eu faria, das ações que o governo vem desenvolvendo. E depois, eventualmente, se os secretários quiserem fazer alguma manifestação, os vereadores também, enfim.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Secretário, o que nós combinamos com os vereadores, inclusive, na reunião de líderes é que teremos o tempo inicial de 30 minutos para um secretário falar. Acho que, se quiser dividir o tempo, até dois secretários, *o.k.*, 15 minutos cada secretário. E depois, durante as falas dos secretários, os vereadores se inscrevem pelo *chat*, com 10 inscrições. Mas o vereador já pode ir se inscrevendo pelo *chat*. E, depois, mais os tempos de

líderes e, no final, os dois secretários podem responder às perguntas. Se precisarem da ajuda dos outros secretários, eu acho que não tem problema nenhum para as respostas.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Apenas para registrar que eu falei com a líder do PSOL, Karen Santos, e já quero me inscrever para liderança, não é outra das 10, é pela liderança do PSOL.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Após a fala ou o senhor já quer falar agora, vereador?

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Após a fala.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): E a pauta, claro, pode ser livre. Os secretários falarão o que quiserem, mas alguns dos itens que foram levantados na reunião de líderes foram a respeito dos abrigos, alimentos, distribuição, inscrição no programa governamental; bombas, tanto as da Prefeitura, como as que vieram de São Paulo; a limpeza das ruas, se a água do DMAE já está nas casas. Se está, *o.k.*, se não está, qual a situação. A questão da energia elétrica, mesmo sabendo que tem a questão da Equatorial, mas se puder nos dar informação. A cidade de Iona, a cidade solidária; a retirada, pelo DMLU, dos materiais que estão sendo colocados na rua, se tem uma previsão de como vai funcionar isso? É uma parte das dúvidas que os vereadores colocaram na reunião de líderes.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, eu gostaria de falar, então, antes do secretário, pela liderança.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Desculpa, Presidente, quanto tempo vai levar a nossa sessão? Todos nós aqui estamos... Tem secretários aqui que já estão chamados pelo Ministério Público para participar de reuniões previamente agendadas.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Eu estava com problema no som, não escutei, após a minha fala, as manifestações.

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Presidente, só uma questão de ordem. Quando o governo achar que pode vir com tempo à Câmara, o governo agenda e vem então. Porque os líderes querem falar, nós queremos falar e expor o que nós precisamos saber, e já tem outras agendas para os secretários.... Então, quando os secretários tiverem tempo de virem responder à Câmara, venham. Não tem por que nós não conseguirmos nem falar antes para os secretários saberem os questionamentos que nós temos.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Não, Ver. Janta, o que eu estou querendo dizer, em respeito aos vereadores é que os secretários foram chamados pelo Ministério Público e têm que sair da reunião porque já marcaram antes. Eu, pessoalmente, vou ficar.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Secretário, o combinado com a liderança do governo era um secretário; tendo um secretário que fale em nome do governo, nós estamos satisfeitos. Não precisam estar todos os secretários.

Vereadora Fernanda Barth (PL): Que tenha todas as informações.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Estamos todos os secretários aqui disponíveis, mas uns têm outros compromissos já agendados e que, evidentemente, terão que sair, entendeu? Agora, nós estamos à disposição dos vereadores hoje e sempre, em qualquer momento, em qualquer circunstância,

em qualquer local. Seja pelo telefone, seja indo à Câmara; sendo convocados, convidados, como é nosso dever de secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Secretário, qual o secretário que vai iniciar e terminar a reunião?

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Eu estarei presente toda reunião, os demais...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Então o senhor é o interlocutor do governo que vai participar da reunião, os demais estão aí para auxiliá-lo.

O Ver. Airton Ferronato está com a palavra.

Vereador Airto Ferronato (PSB): Só um segundo. Quando tu colocaste aquelas nossas preocupações, coloques também a minha que falei sobre a retirada das águas lá do Humaitá, da Farrapos, como é que está aquilo, com relação às bombas flutuantes. Esta é a minha colocação.

Vereador Jonas Reis (PT): É a mesma preocupação minha, Presidente. A mesma preocupação do Ferronato é a minha ali no 4º Distrito. E, na parte da Asa Branca onde rompeu o dique, o que que está sendo feito para refazer o dique.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Eu me somo ao Ferronato nessa colocação.

Vereador Cassiá Carpes (CIDADANIA): Eu me junto também a essa colocação, dois bairros cruciais.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): E nós estamos todos junto com essa proposição do Ferronato, é uma preocupação muito presente e urgente.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): E, Mauro, se puder especificar também para que a Prefeitura possa dar o retorno nessa questão da retirada das águas ali do Humaitá e da Vila Farrapos. O motivo de a bomba da Sabesp não poder ser instalada próxima à comporta 14, onde há, sim, a possibilidade de extravasamento, de retirar a água para fora do dique, o que não acontece na área mais próxima à arena do Grêmio. Bem como, também, outras comportas de serem abertas, onde nós temos cerca de 60cm de água na parte interna da cidade, do outro lado está seco, como é o caso da comporta que fica localizada na Av. São Pedro esquina com a Rua Voluntários da Pátria. Falar, de forma bem objetiva, esses pontos para que a gente possa ter retorno, obrigado.

Vereadora Fernanda Barth (PL): A São Pedro eu já ouvi que ia ser aberta hoje de tarde, mas é informação extraoficial, que não serve.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Presidente, me permite, isso aí todos nós queremos saber, qual é o plano do governo para poder atender tamanha situação que se apresenta. Eu acho que todos os vereadores têm perguntas aqui, por isso que é importante, após a fala resumida dos secretários, os vereadores terem a oportunidade...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Bom, a nossa ideia é, conforme o comparecimento, o secretário Schirmer tem 30 minutos.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, eu pedi a liderança antes do secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O.k. Depois da fala dos 30 minutos do governo, tem umas 10 inscrições que estão acontecendo pelo *chat*, mais as lideranças. O Ver. Pedro Ruas pede para falar antes então, o Ver. Pedro Ruas tem o tempo de cinco minutos, sem apartes a partir de agora. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente Mauro Pinheiro. Cumprimento o secretário Cezar Schirmer, em nome dele, o secretário Cassio Trogildo, ex-vereador desta Casa, bem como é vereador o Cezar Schirmer; cumprimento os demais, a Dra. Somensi, enfim. Cumprimento minhas colegas e meus colegas vereadores e os que nos dão a honra de assistir a esta sessão.

Há uma grande questão que mobilizou boa parte da opinião pública em Porto Alegre, no Rio Grande e até no País, que é uma denúncia feita pelo deputado ex-vereador Matheus Gomes, com o apoio do DMAE, com documentos importantes – para nós todos importantes – do período anterior, bem anterior a maior crise climática da história do Rio Grande, há mais ou menos 20 dias, e todas as providências que poderiam ser tomadas. Aquele conhecimento – e eu acho que os secretários ou o secretário não tem como falar qualquer coisa sem ter passado por esse tema inicialmente – prévio da possibilidade de uma crise brutal foi desconsiderado. O que havia, por exemplo, em relação ao muro da Mauá, em que são fechadas as comportas, como qualquer comporta ou portão móvel, correm sob trilhos. Não havia óleo sobre os trilhos há mais de três anos. Há mais de três anos! Como assim? Não havia uma gota de óleo onde até óleo queimado de automóvel funciona. Então tiveram que puxar ou empurrar com um caminhão ou puxar com um trator, quebrou embaixo. E botam um saco de areia com plástico. Bom, segundo os técnicos – eu sou advogado, não sou engenheiro – deveria ser saco de papel com cimento para poder endurecer, e ficar ali a água. A água não respeita o plástico e a areia, ela foi embora, e o Centro foi inundado pelas comportas. Não foi pelo que veio lá dos diques, lá perto da Arena; foi pelas comportas. Então aquela informação prévia da tragédia, por que foi desconsiderada, por que foi secundarizada, por que foi, talvez, até desprezada? Essa é uma questão da maior relevância, porque nós temos mortes, nós temos uma destruição da cidade. “Ah, bem, atingiu o Rio Grande”. Eu sei atingiu o Estado. Agora, Porto Alegre tem mais defesa que o Estado, Porto Alegre tem mais recursos que o Estado, Porto Alegre tinha o muro da Mauá e tem ainda. E,

aliás, tem todos os diques, Porto Alegre tem uma condição especial favorável, superior às demais cidades, até porque é a capital, até porque tem um orçamento muito superior, até porque tinha condições já previamente estabelecidas desde a enchente de 1941. É verdade, com equipamentos sucateados, mas já sucateados pela falta de cuidado, já sucateados pela ideia de ausência de risco. Mas o risco foi avisado em 2023. O risco maior foi avisado em 2023, não é na década de 1970, não é na década de 1980 ou 1990 do século passado, foi agora. E os técnicos do DMAE, há documentos, o próprio deputado ex-vereador falou, e nós tínhamos acesso a isso pela imprensa, eu tive pela imprensa. Eu fiquei estarecido: mas como? É uma questão de responsabilidade! É uma questão mais do que de responsabilidade, é uma questão, na verdade, que envolve a vida de cada uma e de cada um de nós. Porque, para a gestão pública, um caso desses onde o risco de perder tudo incluindo a vida tem que ser a prioridade total. Não pode haver nada mais importante do que isso; isso não pode ser desprezado em hipótese alguma. Isso precisa ser considerado no primeiro momento, essa é a questão. Há risco de inundação, há risco de problema climático, há risco sim de consequências graves para a população. Mesmo que não existisse o risco das vidas que existia, mesmo que fosse apenas patrimônio, já é muito. Tem pessoas que não têm para onde voltar nunca mais, nunca mais. Nós temos uma outra questão – e aqui concluo, Presidente, agradecendo porque pude falar antes – que é para onde vão voltar os desabrigados. Boa parte das casas não existe mais, não há mais para onde voltar. Esse momento que viveremos a seguir, agora, é absolutamente trágico. Porque as pessoas vão para o abrigo, que tem condição precária, geralmente, mas ainda têm um teto, ainda têm algum grau de calor, ainda têm uma coberta, ainda têm quatro refeições ao dia. Mas, e quando saírem dali, qual é o teto? Qual é a refeição? Quem alimenta? Então são situações... Vou concluir agora, agradecendo. Houve essa situação brutal do desprezo aos avisos, do desprezo aos anúncios, do desprezo à possibilidade real, e isso tem que ser explicado, o porquê disso. E o que vem pela frente é mais tragédia social. Obrigado, Presidente Mauro Pinheiro.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Não temos mais nenhum vereador inscrito em liderança, então, vamos passar o tempo.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Como que não tem mais inscrito em liderança? Eu estou inscrito em liderança, vou falar em liderança.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O senhor vai falar agora no início?

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Não, não vou falar depois.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Então vou passar o para o final dos...

Vereador Roberto Robaina (PSOL): E quero saber sobre os abrigos, porque também os abrigos não têm mais...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vai falar agora ou no final?

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Não, vou falar depois que o governo falar e der as explicações que tu pediste.

Vereador Moisés Maluco do Bem (PSDB): Presidente Mauro, só para eu entender, a presença não é pelo *chat*, é por aqui, não é?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Sim, o senhor está presente, Ver. Moisés.

Vereador Moisés Maluco do Bem (PSDB): Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Passamos agora ao tempo de comparecimento, que é 30 minutos, sem apartes. O Sr. Cezar Schirmer está com a palavra.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Eu vou fazer aqui algumas ponderações. Depois vou colocar esses 30 minutos para os outros colegas. Bem, nós estamos diante da maior catástrofe acontecida no Brasil em toda a sua história e uma das maiores do mundo, seja pela dimensão territorial, seja pelos prejuízos econômicos, seja pelas questões relativas à vida das pessoas, os que não perderam a vida, mas perderam as suas moradias, os seus patrimônios. Em área e consequências sociais, obviamente, é muito maior do que aconteceu lá no Katrina, nos Estados Unidos. Então nós estamos diante de um problema de uma dimensão muito superior a qualquer previsibilidade, em quaisquer circunstâncias que passassem pelas nossas cabeças. E diante disso, o primeiro desafio que tivemos – não só a Prefeitura, mas todos nós – foi salvar pessoas, foi, na emergência, de socorrer os nossos irmãos mais desabrigados, enfim. Foi um processo de salvação e acolhimento, e isto foi algo improvisado que envolvia não só a Prefeitura, mas também voluntários e instituições de outros estados que nos mandaram seus bombeiros, suas estruturas de socorro. E, aliás, isso tem que ser registrado, louvado e aplaudido: o esforço coletivo da sociedade gaúcha e brasileira na cooperação, no sentido de salvar pessoas e reduzir os danos que as pessoas estavam vivendo naqueles primeiros momentos. Então essa é uma coisa relevante, e temos que compartilhar com todos os senhores todas as dificuldades que tivemos no socorro imediato às vítimas. Isso foi feito de forma improvisada, o secretário de inovação, que não tem nada a ver com abrigo, e a presidenta da Procempa, num primeiro momento; e outros colegas que começaram a montar abrigos ao sabor da necessidade e daquilo que chegava, e não só de Porto Alegre. Porque há informações de que nós temos mais de 3 mil abrigados do município aqui de Eldorado do Sul e de Canoas, mas não podemos rejeitar a possibilidade de socorrer os nossos irmãos gaúchos. Num segundo momento, nós nos dedicamos – isto é concomitante – fundamentalmente a restabelecer o fornecimento de água e luz na cidade. Ainda tem algumas regiões que não têm luz. Obviamente que não é responsabilidade

da Prefeitura, mas o prefeito tem insistentemente falado com a Equatorial no sentido de restabelecer a energia.

O fornecimento de água também vem sendo restabelecido na medida das nossas possibilidades. Algumas instalações do DMAE já foram, enfim, resolvidas, e hoje na situação de abastecimento de água os problemas são muito menores do que aqueles nos primeiros dias. Também há um esforço da Prefeitura, e não só da Prefeitura, de outras instituições, por exemplo, a Sabesp nos mandou bombas para nos ajudar a bombear água que está retida do lado de cá da proteção da cidade, e os arroseiros ofereceram os seus equipamentos. Isso, depois, o presidente do DMAE, que está aqui ao meu lado, acabou de chegar, o Maurício poderá falar com mais propriedade que eu.

Também o esforço do governo, num primeiro momento, foi restabelecer o acesso a Porto Alegre. Obviamente, havia risco de uma crise de desabastecimento, e isso foi feito com aquele corredor humanitário que agora foi duplicado, no sentido de evitar todo um trajeto que significava mais de 40km ou 50km ali por Cidreira, Viamão. Isso foi feito, e o êxito disso está aí, é constatado por todos nós.

Também há um esforço de, na medida em que a água está baixando, começar a limpar a cidade. Nós já estamos limpando a cidade, a Prefeitura contratou dezenas de equipamentos. Está aqui o secretário Assis, que pode dizer melhor que eu, mas são dezenas de caminhões de diferentes naturezas, de retroescavadeira, pá, carregadeira, lava jato, enfim, vários equipamentos que depois nós podemos, se for de interesse do senhor, explicar quais equipamentos. Ainda estão chegando muitos desses equipamentos, e nós já estamos limpando as ruas e as calçadas de vários bairros da cidade. Vou citar alguns aqui, mas, obviamente, tem maior número: Cidade Baixa, Menino Deus, Centro Histórico, Sarandi, Lami, Ipanema, Floresta, Belém Novo, Nossa Senhora das Graças e outros onde a água está baixando. E isso já permite à Prefeitura intervir nesse processo de limpeza da cidade. Paralelo a isso, nós estamos distribuindo para, enfim, lojas e residências, alguns equipamentos estão sendo doados e outros estão sendo doados diretamente aqui no Centro Histórico. O Sindilojas e a CDL estão distribuindo também esses equipamentos de limpeza

das casas e limpeza das lojas. O esforço que o governo está fazendo, e todos nós, é no sentido de que haja uma sincronia entre a limpeza das casas, das lojas e o recolhimento desses inservíveis. Só no dia de ontem foram recolhidas 950 toneladas de lodo e de inservíveis em vários bairros da cidade. Então, isso está sendo ampliado, na medida em que a água esteja baixando e que oportunize à Prefeitura trabalhar e recolher lixo, inservíveis e resíduos de lojas e de moradias. Queria também falar sobre os abrigos, quero falar muito superficialmente sobre isso, está aqui também o secretário responsável por esse assunto. Os abrigos, que, num primeiro momento, foram abertos de forma a suprir uma carência imediata, pois não daria para esperar que se organizasse isso da melhor forma. E esses abrigos de responsabilidade da Prefeitura, num primeiro momento, chegaram a 154; hoje estão em número menor, cento e quarenta e poucos. Mas também há abrigos que não estão sob o controle e o conhecimento da Prefeitura. Agora se abriu, hoje, a possibilidade de que esses abrigos que nós temos conhecimento, informais, se cadastrem e possam também receber apoio da Prefeitura para que eles se estruturam adequadamente. Até ontem ou anteontem, a informação que tínhamos é de que tem mais de 300 abrigos abertos na cidade, muitos dos quais nós não temos ainda uma informação precisa. Obviamente que estamos todos nos organizando ainda no sentido de poder amparar esses abrigos. Nós temos uma dificuldade nos abrigos, porque em alguns deles já há conflitos entre as pessoas que lá estão, há a presença de tráfico de drogas, há a presença de violência, há a presença de abusos em diferentes naturezas. E obviamente que não depende só da estrutura da Prefeitura, temos apelado ao governo do Estado no sentido de que coloque um contingente policial que nos permita coibir a violência e coibir os problemas que muitos desses abrigos estão enfrentando. E, por outro lado, também há uma redução do número de voluntários, e nós temos carência de pessoal para suprir essas necessidades. A Prefeitura está visualizando um contrato emergencial de assistentes sociais, *etc.*, para melhorar as condições dos abrigos. Também estamos buscando espaços maiores porque tem abrigos de 20 pessoas, abrigo de 50 pessoas, abrigo de 100, de 200, de 300 e de 800 pessoas. Obviamente

que estamos buscando espaços maiores para fazer com que, com o esforço de todos nós, possamos dar condições minimamente de conforto, de qualidade nessas estruturas. E estamos vendo alternativas para aquilo que o vereador que usou a Comunicação de Líder colocou, o Ver. Ruas, que são os que estão saindo dos abrigos, não é? A Prefeitura está examinando, já está com alternativas nessa direção. Primeiro, estruturas de residências temporárias. Há um anúncio do governo federal e do governo estadual no sentido de - e não é só Porto Alegre - montar essas estruturas, isso não está exatamente claro, quantos e onde isso vai ser montado. A Prefeitura está trabalhando com estadia solidária, e estamos gerenciando junto aos governos estadual e federal para que isso seja compartilhado. A estadia solidária é um valor que as pessoas recebem para que possam ir para a casa de parentes aqui em Porto Alegre ou mesmo no Estado, para que possam se abrigar de uma forma ou de outra, porque muitas das suas antigas moradias, quando o rio, quando as águas da enchente baixarem totalmente, veremos que elas não existem mais. Nós estamos trabalhando com alternativas; agora, essas alternativas não dependem exclusivamente da Prefeitura. Por isso que, com relação a algumas informações, seria muito bom nós colocarmos nesta roda o governo estadual e o governo federal, porque isso, obviamente, enseja uma participação efetiva. O governo federal tem anunciado medidas, o governo estadual tem anunciado medidas, e há um esforço para que essas medidas sejam sincronizadas e sejam construídas coletivamente. Porque o pior que pode acontecer é cada governo puxar para um lado e nós não construirmos soluções adequadas para enfrentar as dificuldades da população. Ainda relativamente aos abrigos, tem escolas estaduais e municipais que precisam retomar o seu funcionamento; tem igrejas que precisam retomar as suas atividades; tem clubes que também precisam retomar as suas atividades. Houve um esforço gigantesco de colaboração, de voluntariado, de instituições que ofereceram espaços e obviamente que esses espaços não podem perdurar eternamente, obviamente tem um prazo razoável dessa colaboração. Isso é perfeitamente compreensível, e nós estamos concentrando o nosso esforço relativamente nos abrigos, no sentido de reduzir aqueles que hoje são abrigos

oferecidos por igrejas, por escolas estaduais, municipais e particulares, por clubes, enfim por pessoas ou por instituições.

E, por fim, eu queria ainda acrescentar a questão da retomada econômica da cidade. Nós temos aí, primeiro, 150 mil flagelados, mas tem 30% do território de Porto Alegre que estava embaixo d'água, e nesses 30% que estava embaixo d'água tem mais de 50 mil empresas de diferentes dimensões – grandes, médias, pequenas, micros e MEIs -, e muitas delas precisam de um apoio imediato, seja do governo estadual, do governo federal ou do governo municipal. É claro que a Prefeitura está atenta, nesse primeiro momento, às MEIs e às microempresas. Estamos vislumbrando medidas de redução de imposto, ao menos medidas imediatas de dois meses, mas já estamos, uma vez identificada toda a dimensão do problema, pensando em ter uma política mais consistente e mais afirmativa de socorro a essas empresas, sobretudo micros e MEIs. Estamos examinando microcrédito, estamos examinando alternativas, mas isso também demanda do governo federal e do governo estadual. Então eu acho que, avançando um pouco mais nessa direção, é claro que vamos aqui explicar todas as questões que envolvem a Prefeitura Municipal, mas é fundamental que os senhores vereadores tenham presente que esse processo envolve outras instituições públicas, sobretudo no plano federal e no plano estadual. E obviamente que os vereadores podem nos ajudar inclusive a organizar essa parceria indispensável para minorar o sofrimento não só dos porto-alegrenses, mas também dos órgãos de outras cidades do Rio Grande do Sul.

Por último, eu gostaria de não responder, porque não é meu papel nesse processo, não quero entrar nesse tipo de debate, que é a questão de responsabilização daqueles que, ao longo do tempo, nós possamos identificar, enfim, algum grau de responsabilidade nesse processo todo. Queria apenas, a título de informação, relativamente ao que disse o nosso querido Ver. Pedro Ruas, lembrar de um dispositivo da [Constituição Federal](#), que é o art. 21 da Constituição Federal, que diz o seguinte... Obviamente que eu não quero entrar nessa polêmica, porque neste momento nós estamos trabalhando é no socorro imediato das vítimas e na retomada econômica da cidade, mas o que diz o art.

21 da Constituição Federal? “Compete à União:” – e aqui é competência privativa, aliás é exclusiva, é intransferível essa competência. É, por exemplo, declarar guerra ou permitir a força estrangeira de entrar no País. Só a União pode fazer isso. E nesse artigo, no seu inciso XVIII diz: “planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações”. Então, obviamente que não quero aqui discutir responsabilidades, não é meu papel, mas estamos prontos assumir as responsabilidades da atual administração, e obviamente discutido das anteriores, mas também os papéis e as competências específicas de cada ente federal da União, dos estados, no caso do Estado do Rio Grande do Sul e dos municípios. Considerando que essa enxurrada tem um elo geográfico, ela começa nas nascentes dos rios que abastecem o lago Guaíba, essas nascentes estão, todas elas, esses rios que abastecem Porto Alegre estão todos assoreados, e de quem é a responsabilidade pelo desassoreamento desses rios lá atrás? Eu não estou querendo aqui discutir responsabilidades, mas Porto Alegre é o penúltimo elo dessa cadeia; porque depois de nós tem a Lagoa dos Patos, e lá embaixo há o represamento. Lá também sofrem os municípios de Rio Grande, Pelotas, São Lourenço e outros no entorno da lagoa. Então, essa discussão é relevante, sim; ela é muito positiva, ela é importante, mas nós queremos discuti-la num momento próprio, com todos os entes federados, não só com a Prefeitura de Porto Alegre e não só com atual governo. Porque obviamente essa é uma responsabilidade compartilhada com outros entes federados e com os outros municípios do Rio Grande do Sul. Dito isso, eu consulto aqui os meus colegas, Coronel, Cassio, enfim, se quiserem fazer alguma manifestação.

SR. ANDRÉ FLORES CORONEL: Boa tarde, Presidente. Só para complementar o que o secretário Schirmer falou, no momento nós estamos tratando de ações imediatas. Então, paralelamente, o prefeito nomeou o vice, Ricardo Gomes, que está tratando das ações de retomadas da reconstrução de Porto Alegre. Então, nós nos dividimos, neste momento, nas ações imediatas,

onde o próprio prefeito lidera, junto com secretários, e, paralelamente, o vice-prefeito já trabalha com a questão da retomada da cidade, com a reconstrução da cidade. Evidentemente que isso está passando por uma governança interna nossa, mas muito, muito trabalho junto com o governo do Estado e com a União. É claro, os senhores sabem disso, que não há condições de o Município sozinho enfrentar, como foi dito aqui, a magnitude que foi esse evento climático. Então, a gente vai depender muito, muito mesmo, do apoio dos vereadores, especialmente dos vereadores de oposição, no sentido de ajudar nessa construção, pois o interesse da cidade, hoje, está em primeiro lugar. Com relação também à questão dos benefícios, eu acho que é uma questão importante para os vereadores saberem que nós estamos construindo, junto com União e com Estado, alguns benefícios que já foram anunciados. Foi anunciado basicamente o auxílio reconstrução, que é aquele do governo federal, no valor de R\$ 5,1 mil, e o Município ficou com a responsabilidade de apresentar o cadastro dessas pessoas para poderem receber esse valor. Nós já conseguimos avançar, são sobretudo aquelas pessoas com Cadastro Único, que estão na mancha afetada pelas águas. Essas pessoas que estão no CadÚnico, nós vamos conseguir fazer a transferência já imediata para o banco de dados da União e a União também vai confrontar com o CadÚnico.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Isso já foi feito, Coronel? Isso já foi feito?

SR. ANDRÉ FLORES CORONEL: Está, neste momento, sendo feito. Esse é um dado muito importante. Nós estamos trabalhando também com a questão do Volta por Cima, que é um projeto governo do Estado, também trabalhando na mesma situação de possibilitar a interrompeabilidade dos sistemas, do nosso sistema que está tratando do nosso banco de dados com relação ao cadastro, com o cadastro do Estado também – isso vai agilizar o acesso a esses benefícios.

Um assunto importante que eu acho que não foi falado aqui é a questão da causa animal. Nós recebemos muitos animais, especialmente da região metropolitana,

de Eldorado do Sul especialmente, pela entrada do Gasômetro, e estamos, independentemente de serem ou não animais de Porto Alegre, acolhendo. Temos muitos abrigos, abrigos próprios da Prefeitura e abrigos, digamos assim, dessa grande rede parceirizada de solidariedade que nós estamos agora dando apoio. É claro que com relação aos voluntários que inicialmente nos abraçaram, e a gente agradece muito a atuação dos voluntários, há um certo esgotamento da atuação das pessoas, porque elas têm que seguir as suas vidas. Então, hoje, o que a Prefeitura está fazendo? Além de todos os CCs estarem centrados nas atividades, nós estamos convocando servidores de carreira também para participarem, conforme o seu perfil, das atividades necessárias a que a Prefeitura tem que fazer frente. Além disso, nós estamos fazendo contratos temporários, especialmente nessas áreas onde a gente tem mais dificuldade. Nós já temos três grandes contratos temporários realizados, como por exemplo: Veterinários, para os quais nós ampliamos o número de profissionais. Carregadores de armazéns, também já estamos com esse contrato em vigor. E agentes sociais, que também, automaticamente, quando diminuirmos os voluntários – principalmente nos abrigos está já diminuindo o número de voluntários –, nós vamos compensando com essas pessoas temporárias que o poder público, o Município está pagando.

Vereador Jonas Reis (PT): Coronel, dentro disso aí, só para lhe perguntar...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): No final, Jonas...

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Presidente, nós ainda temos tempo? Dos 30 minutos, tem tempo ainda?

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Tem inscrição, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Tem tempo. Podem continuar. Os vereadores estão inscritos. Agora é o governo que está falando ainda. Tem tempo hein.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Eu vou complementar.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O governo ainda tem sete minutos.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Muito obrigado. Eu queria dizer o seguinte, vereadores... Eu quero reiterar aquele pedido de desculpas inicial; todos nós aqui estamos, enfim, fazendo um esforço de superação, para cada qual ajudar, colaborar de uma forma ou de outra em áreas que não são necessariamente da nossa atribuição na Prefeitura. Eu, pessoalmente, quero pedir desculpas aos vereadores Mauro Pinheiro, Fernanda, Jessé, Idenir, Pablo, Tiago Albrecht, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Bins Ely, Sossmeier... Eu não estou lembrando, todos esses entraram em contato comigo, e eu tentei dar, enfim, as respostas adequadas; não sei se fui feliz, mas peço desculpas. Como os demais secretários, estamos todos aqui numa correria, mas estou inteiramente à disposição, como todos nós, para responder aos vereadores, enfim, para receber as informações que sejam necessárias. Eu queria, Presidente, tentar construir a organização daqui para a frente. Nós vamos ouvir todos os vereadores, ouvir dois, três vereadores, depois, dependendo do assunto, cada um aqui responde. Como é que seria a nossa organização?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Agora os vereadores estão inscritos. Secretário, nós temos 10 vereadores inscritos pelo tempo de cinco minutos cada um, mais as lideranças. Ao término das falas dos vereadores, a gente volta para o governo, para responder.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Depois de todos os vereadores, nós falamos, é isso? Ou depois de cada vereador?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Não, não. Os vereadores falam, depois, no final, o governo volta a falar.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Presidente, se me permitir repetir os temas que o senhor falou no início da exposição... Porque aí eu vou dispensar alguns dos secretários que estão presentes. Pode repetir os assuntos ou não?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Os temas que foram discutidos, que eu anotei durante a reunião de líderes, hoje pela manhã, foram: o tema dos abrigos, para saber como estão os abrigos, qual a situação dos abrigos; da alimentação, da distribuição de alimentos, como está funcionando, não só nos abrigos, mas também para aqueles que estão nas residências, nas casas de amigos, de familiares, para aqueles que já estão retornando para suas casas, se tem alguma distribuição; a inscrição nos programas governamentais. Aqui vários vereadores colocaram, inclusive agora, sobre o Humaitá/Navegantes, mas, na verdade, eu tinha sintetizado em casa de bombas. Casa de bombas e as bombas que também foram cedidas por São Paulo, aí vamos ver como vai funcionar a retirada da água, qual é a situação em que está neste momento a questão das águas. Com relação à água potável do DMAE, se já voltou em todas as casas, se não voltou. É qual a previsão, quais são as regiões que ainda têm dificuldade e por que as dificuldades. A questão da energia elétrica, apesar de saber que é da empresa CEEE Equatorial, os vários questionamentos, se há locais que ainda falta voltar a energia elétrica, por que não voltou, quando volta? A retirada das águas das ruas. A cidade de Iona solidária, ou sei lá o nome que vai ser colocado, se vai sair, se não vai, junto com governo estadual, federal, qual a situação? E a retirada dos materiais que a gente está vendo que estão se acumulando nas ruas, pois as pessoas estão retirando das casas, dos comércios também. Há vários pequenos comércios que ainda não retiraram e que vão retirar. Por exemplo, eu falo como quem tem um pouco mais de conhecimento, os minimercados dos bairros, e tem muito material que ficou dentro desses

minimercados, produtos que ficaram encharcados, farinha, arroz, feijão, estragados. Como é que eles vão fazer essa retirada? Porque talvez precise de um caminhão só para retirar de cada minimercado. Se botar na rua, ainda corre o risco de a população pegar. Se tem alguma previsão nesse sentido. Isso é um pouco do que a gente pegou, não do Ver. Mauro Pinheiro, mas do conjunto de vereadores.

Vereadora Fernanda Barth (PL): Faltou a questão da água... Faltou a questão da dragagem dos bairros... Lembras? Da abertura das comportas.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Eu não sei se o governo ainda quer responder um pouco das perguntas, antes de abrir para os vereadores, ou quer... Já abrimos para os vereadores, secretário?

Vereador Adeli Sell (PT): Tem inscrição. Tem inscrição.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Mauro Pinheiro, deixa eu dizer uma coisa para ti... Adeli, eu queria fazer um pedido... Eu vou ser muito sincero: se o governo respondesse às perguntas que o Mauro fez no início, facilitaria, mas as respostas não foram dadas. Então, agora nós vamos abrir inscrição e vamos ter uma segunda oportunidade para o governo falar. Se o governo respondesse agora, facilitaria, porque, até agora, não respondeu.

Vereador Adeli Sell (PT): Tem inscrição, eu sou o primeiro inscrito, eu preparei uma fala.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Mas, independentemente das falas, Adeli, acho que o que o Robaina propõe é que os secretários poderiam responder esses questionamentos, que são de todos os vereadores, e, depois, os vereadores fariam a fala após essas respostas. Era isso, Robaina?

Vereador Jonas Reis (PT): Acho que é isso, Mauro, porque a gente precisa saber o que está sendo executado e qual o planejamento para os próximos dias.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Só um pouquinho, Jonas, eu vou dar um exemplo, os vereadores até agora não sabem, o Coronel deu a explicação do pagamento dos R\$ 5,1 mil. Pelo que eu entendi, hoje estão encaminhando via Cadastro Único e as regiões que são geograficamente afetadas, que são de domínio público, isso é o que eu entendi. Bem, os que não estão no Cadastro Único, quando serão? Porque são perguntas objetivas que o governo precisa explicar. Depois, tem as considerações políticas, mas as questões que mostram, afinal de contas, se foi como da outra vez lá da região das ilhas, tem gente que até agora não recebeu os R\$ 3 mil. E, pelo que eu entendi, o pagamento dos R\$ 5,1 mil do governo federal depende de a Prefeitura cadastrar. Então, qual é o plano de cadastramento da Prefeitura? As pessoas perguntam isso. Esse é só um exemplo entre outros.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Bom, então, o governo ainda teria uns cinco minutos de tempo, ou passamos já para os vereadores falarem, e aí depois o governo vai falar?

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Presidente, o senhor leu várias perguntas que nós encaminhamos hoje de manhã na reunião de líderes, depois o senhor releu, e nenhuma delas foi respondida até agora. Acho que primeiro tem que responder a essas perguntas e, mediante as respostas, nós vamos nos inscrever, porque as perguntas já foram feitas hoje de manhã. Elas foram refeitas e reafirmadas pelo senhor. Então, nós precisamos também ver as respostas. Faltam as respostas.

Vereador Jonas Reis (PT): Está correto, Janta, é disso que a gente precisa.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Sr. Presidente, se me permite, na verdade, eu fiz uma fala genérica. Eu proponho que esses temas: abrigos, distribuição de alimentos, a questão de situação de água, de bombas, *etc.*, que foram colocadas aqui, limpeza e benefícios, que cada um dos presentes aqui possa falar, e, depois, nós vamos ouvir as perguntas dos vereadores, enfim, e dar respostas.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Os vereadores concordam? Tem algum vereador que discorda? (Pausa.) Então, vamos passar para o governo responder a esses questionamentos que não foram feitos pelo Presidente da Câmara, mas pelo conjunto de vereadores.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: O primeiro que vai falar sobre os abrigos é o secretário Luiz.

SR. LUIZ CARLOS PINTO DA SILVA FILHO: Sobre a situação dos abrigos, diante da magnitude do fenômeno, nós primeiro parceirizamos com algumas instituições, usamos o contrato que se tinha à disposição do desenvolvimento social, de uma empresa para alguns abrigos. A gente parceirizou e colocou pessoas na Prefeitura para fazer uma cogestão em outros abrigos, como, por exemplo, na Sogipa, no União, que eram abrigos grandes. Mas o número de desabrigados rapidamente ultrapassou a capacidade desses abrigos, e aí a gente começou a perceber que várias instituições da cidade, como igrejas, clubes e ginásios estavam também recebendo pessoas. Então, a gente passou os primeiros dias com uma situação muito grande de reconhecer esses abrigos para que a gente pudesse, pelo menos, ajudar na sustentação material. Num primeiro momento, eram colchões; depois, foram roupas; depois, foram banheiros químicos; depois, eram serviços de limpeza; depois, foram cobertores; depois, foram mantimentos. E se foi estruturando todo um setor de logística de suprimentos e criando redes com esses pontos focais dos abrigos, que chegaram a 163 instituições diferentes. Essas instituições tinham contato

direto com as equipes dos suprimentos daqui. Na medida do possível, nós fomos organizando as doações; depois, nós tivemos que começar a fazer uma homogeneização das doações, porque, se um abrigo emitisse três mamadeiras, a gente não conseguia ter logística para entregar três mamadeiras num abrigo. Mas o que nós fizemos foi uma parcerização com grupos de voluntários que se criaram a partir de um chamamento meu, ainda naquele primeiro sábado, da nossa emergência, e um deles foi o próprio SOS-RS, que faz essa questão do placar dos abrigos e suas demandas. Eles têm padrinhos dos abrigos e eles publicam, por exemplo, se o abrigo precisa de três mamadeiras, a própria sociedade civil fica sabendo disso, e isso nos ajudou a fazer a complementação da demanda daquilo que a gente atendia, de uma forma mais centralizada a partir de agora. Ao longo do tempo, nós fomos oferecendo serviços de segurança para os abrigos que começaram a sinalizar em relação a isso. Nós expandimos o contrato, fizemos o segundo contrato para poder ter mais serviços, porque, ao longo do tempo – e como isso vem se estendendo –, a gente teve aquela segunda onda de cheia, e muitos dos abrigos que, no primeiro momento, tinham redes de voluntários, de suporte, de doações, começaram a perder essas redes, as pessoas cansaram, os abrigos estão estressados. Então, depois dos primeiros dez dias, a gente começou a entrar numa fase em que a gente já não estava mais abrindo novos abrigos, mas a gente estava começando a fazer a gestão de abrigos que precisavam desmobilizar pelas mais diferentes razões: escolas que tinham que entrar em aulas, algumas instituições que dependiam, digamos, daqueles espaços físicos para gerar sua renda, algumas instituições que perderam seus voluntários, e a gente tentando fazer isso. Só que a gente não tem muitos espaços, ou seja, a gente prospectou muito os novos espaços, a gente conseguiu abrir o Cecores, que é um espaço da Prefeitura, mas, por exemplo, o Gigantinho, que era um plano, está sem luz e sem água, então, ele não consegue ser viabilizado. Então, a gente passou a trabalhar nessa segunda fase, que é sustentar os abrigos o quanto mais possível e fazendo pequenas alocações. Do topo de 163 abrigos, hoje a gente tem 140, e a gente chegou inclusive a parar de cadastrar novos abrigos, porque já não

conhecia muito alguns abrigos. E aí se decidiu que a gente não podia ter uma rede desqualificada, que fossem abrigos que eventualmente estavam entrando por razões não das mais nobres na rede. Então, nós paramos o cadastramento, mandamos assistentes sociais a cada um dos abrigos, equipes de saúde passaram em cada um dos abrigos, alguns abrigos fizeram trabalhos incríveis no Dia das Mães, de sustentação. Ouso dizer que, em alguns casos, a gente tem condições melhores nos abrigos do que algumas dessas pessoas tinham, apesar de, obviamente, nunca ser bom estar em um abrigo e se perder a privacidade, mas em termos de serviços, acesso a serviços, num esforço conjunto, Prefeitura e sociedade civil, muito maior. E, nesta fase de desabrigoamento, a gente tem que ter muito cuidado, porque as pessoas também se sentem inseguras, muitas estão voltando, conforme as águas baixam, para as suas casas. A definição dos mecanismos de apoio e a questão do cadastramento, nós tivemos duas fases: no primeiro momento de cadastramento, a gente estava basicamente interessado no nome da pessoa, no seu CPF, se possível, e onde estava o abrigo. Esse cadastro foi fundamental para que a gente pudesse parear pessoas que tinham ficado separadas durante o período de deslocamento, não só das águas, mas depois, até os abrigos. E isso foi fundamental, o nosso sistema foi utilizado pela Polícia Civil, pelo Ministério Público, as nossas bases criadas também no esforço; a Prefeitura chamou programadores voluntários para criar um *software* chamado AbrigosRS, que vai ficar como legado depois disso tudo, e foi o que permitiu a gente fazer esses primeiros encontros de pessoas. Mas obviamente esse primeiro cadastro, tem todos os defeitos por ser emergencial. Aí se fez todo um cuidado depois de unir todas as perguntas necessárias, isso foi um trabalho conduzido pela habitação, pelo desenvolvimento econômico, pela saúde, pelo desenvolvimento social, para que se pudesse fazer o que hoje é apelidado de Cadastrão, porque senão a gente teria que fazer cinco ondas de cadastramento para diferentes possibilidades de suporte em diferentes setores. Então, teve um tempo, sim, para que se pudesse unificar todo esse cadastro para que o trabalho pudesse ser feito de maneira coerente e total e não fragmentado, como seria se a gente

tivesse disparado vários cadastros dos diferentes setores. Esse trabalho foi iniciado no sábado passado com mais de 100 pessoas, que se dividiram. Cada entrevista com uma família para preencher cadastro dura em torno de uma hora. Nesse recadastramento profundo, já foram feitos 8 mil, isso deve terminar agora nos próximos dias, e é essa lista que nós estamos mandando para o governo federal, porque ela tem os dados. Não adiantaria mandar a primeira lista, porque o governo federal diria que não teria dados suficientes para encontrar alguma política com essa lista. Então, esse esforço está em andamento, está muito exitoso. Quem esteve em algum abrigo que tinha esses postos de cadastramento pode ter constatado isso diretamente, e isso deve terminar agora. A gente vai ter, então, esse cadastro que nos permitirá, inclusive, entender algumas políticas públicas. Afinal de contas, qual é o número exato que a gente tem de pessoas de Eldorado, de outros lugares, coisas que a gente, num primeiro momento, tinha alguns números, mas não tinha essa precisão que o Cadastrão vai trazer.

Em relação aos abrigos, a gente consegue sustentar a rede por mais alguns dias, mas muitas instituições estão sinalizando a necessidade de desmobilização. A gente vem conversando com as instituições, tentando trabalhar... A gente começou inclusive a perceber essa questão da ausência de voluntários, então, a Secretaria de Administração já fez uma previsão de contratação de pessoas para que a gente possa oferecer aos abrigos. A gente está discutindo uma possibilidade de, inclusive, fazer um ressarcimento de custos dos abrigos, porque a gente sabe que isso é outro mecanismo que está sendo estudado e que pode vir a ser disponibilizado pelo André Coronel, pelo secretário Jorge Brasil, para que a gente possa tentar sustentar esses abrigos nessa fase de transição. Mas isso está sendo estudado, pode depois ser explicado em melhor local. Nós estamos trabalhando muito a questão de que a gente deve ajudar as pessoas a voltar para casa também, ou seja, dentro da medida do possível. Nós estamos discutindo muito a questão de que, para alguns casos, nós vamos precisar de abrigos de mais longa duração, ou seja, como é que a gente vai fazer uma transição para eventualmente algumas

peessoas que perderam suas casas, ou que sejam alvo das políticas de habitação, sendo que isso demora alguns meses para ser produzido? A gente não vai ter nenhuma casa instantaneamente. Então, está se discutindo algumas alternativas em relação a isso. Inclusive está se começando a conversar com alguns abrigos sobre a possibilidade de eles ficarem por um tempo maior do que a emergência, que são esses primeiros 30 dias, já com horizonte de três meses, seis meses, mas, certamente, não vai ser essa mesma população que hoje a gente tem, de 140 abrigos; seria impossível manter uma rede desse tamanho. Mas essa é uma solução que está se tentando evoluir e se estudando como fazer, porque a gente nunca teve a necessidade de ter tantos abrigos, ela ultrapassa qualquer outra experiência que a gente tinha tido em relação a essa questão de abrigo. Acho que, como resumo geral, é isso o que a gente poderia dar como primeira informação.

SR. JORGE HELENO SANTANA BRASIL: Acho que já falou tudo. O mais importante é que esse cadastro é extremamente fundamental para que a gente possa ter os benefícios da população que foi atingida pelas enchentes assegurados. Então, embora a gente tenha optado por um cadastro mais completo, em vez de mandar o simplificado, foi justamente para dar segurança às pessoas e dar velocidade na obtenção do benefício.

SR. ANDRÉ FLORES CORONEL: Ainda com relação à questão dos abrigos, hoje ela conversa muito sobre nós efetivarmos o estadia solidária, que é essa possibilidade de a pessoa, podendo locar a casa de um amigo, a casa de um vizinho, ou até mesmo em uma imobiliária, poder fazer uma locação por um tempo para dar essa transição para que nós, o Estado e a União possamos resolver definitivamente a questão da habitação daquela pessoa. Então, a estratégia, o grande desafio nosso hoje é criar esse período de transição, que a pessoa consiga viver com dignidade durante um período, até que a gente possa efetivar a sua habitação definitiva. Com base nisso, foi criado um trabalho que une Estado, União e municípios, especialmente os municípios de Eldorado do

Sul, Porto Alegre, Canoas e São Leopoldo. Nós estamos numa comissão permanente que foi instituída hoje pela manhã e amanhã deve ser feita a primeira reunião de trabalho num nível abaixo dos ministros, dos secretários, e onde a gente vai tentar construir isso de forma parceirizada. Então, por exemplo, no caso do estadia solidária, o prefeito Melo sinalizou a possibilidade de dar R\$ 400,00, o Estado acredito que deva anunciar hoje ou amanhã a possibilidade de também, no Estadia Solidária, dar mais R\$ 400,00, e foi feito um pedido à União, que está bem sensível neste ponto, é possível também que ela entre nesse compartilhamento com mais R\$ 400,00. Aí nós chegaríamos a um valor de R\$ 1,2 mil, que a gente acha, no caso de Porto Alegre e região metropolitana, um valor que as pessoas vão ter condições de fazer essa locação mais solidária, seja com amigos, seja com vizinhos, ou até mesmo formalmente. Isso ainda a gente está estudando um formato; são políticas que estão sendo discutidas neste momento. Então, eu gostaria de salientar essa situação.

SR. LUIZ CARLOS PINTO DA SILVA FILHO: Para complementar, nós fizemos um esforço muito grande da SMAMUS para mapear aqueles imóveis na faixa dos R\$ 170 mil a R\$ 200 mil, que pudessem ser ofertados também para aquelas políticas que o governo federal disse que poderia eventualmente fazer aquisição de imóveis. Então, a gente já fez essa base, já comunicou essa questão, tem até os números, posso depois mandar aqui para os vereadores.

SR. ANDRÉ FLORES CORONEL: Fizeram uma pergunta sobre as estruturas temporárias ou a cidade solidária, modulares, enfim. Isso é um assunto que está sendo tratado também com os três entes, é uma preocupação dos três níveis, não é só Porto Alegre, envolve, como eu disse, esses maiores municípios, especialmente São Leopoldo, Canoas, Eldorado, Porto Alegre e Guaíba também. Então, está sendo feita uma discussão em conjunto para tentar achar essa solução, por isso que agora, como falou o secretário Luiz Carlos, há a possibilidade, nós estarmos fazendo uma discussão interna e vamos levar a esse grupo do Estado e da União. Talvez estudar a possibilidade de passar a

dar um recurso para esses abrigos, alguns que tenham um cunho mais social, que as pessoas possam receber o valor *per capita*, por pessoa que puder acolher neste momento de tensão.

Então, são várias medidas que estão sendo estudadas para poder superar este momento de transição e dar tempo para que, especialmente a União, possa, junto conosco e com o Estado, adquirir as casas permanentes. Estão sendo estudados diretamente os estoques desses imóveis aqui em Porto Alegre, por exemplo, a MRV, a Tenda, a Caixa Econômica Federal já levantou esses imóveis, bem como o Município também já levantou esses imóveis. Outros tipos de políticas que estão sendo estudadas, como a possibilidade, de repente, de também a gente comprar imóveis até um valor de R\$ 190 mil, mais ou menos, e poder essa pessoa ter acesso a um crédito mais amigo e poder dar um *upgrade* na sua casa. E que essa casa, mesmo usada, com esse valor de R\$ 190 mil a R\$ 200 mil, ela venha também para esse estoque. Então, são várias medidas...

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Coronel, uma coisa só que eu não entendi, por favor, sobre o cadastramento para os R\$ 5,1 mil, é o CadÚnico, mas, além do CadÚnico...

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Nós combinamos que a Prefeitura fala sobre cada assunto, e, depois, nós vamos ouvir as perguntas dos vereadores. O Coronel está concluindo aqui a parte dos abrigos.

SR. ANDRÉ FLORES CORONEL: Então, para concluir, todas essas políticas envolvem o Município, não só Porto Alegre, por isso que ela é uma discussão que não se esgota. (Problemas na conexão.) É uma política que é discutida com outros municípios, com o Estado e com a União. A União inclusive está tendo um cuidado nessa questão da estadia solidária, de, de repente, qualquer política que é anunciada eventualmente por algum município pode servir de base para outros municípios. Então, nós estamos estudando várias alternativas que têm

reflexos sociais, jurídicos, administrativos. Está requerendo uma governança muito árdua nossa aqui, mas que passa pelos três entes, inevitavelmente.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Bem, a parte de abrigos, *etc.*, foi aqui manifestada pelos presentes, representando o governo. Agora, vou convidar o secretário Assis, secretário de serviços urbanos, e também o vice-presidente do DMLU, para falar sobre a questão da limpeza.

SR. ASSIS ARROJO: Boa tarde, vereadores. Baixando as águas, o Município está planejando uma grande operação de limpeza. O nosso planejamento é entrar com 20 equipes de limpeza, uma equipe em cada bairro. Onde as águas já baixaram, já começamos. O secretário Schirmer já falou sobre alguns bairros onde já estamos trabalhando, mas primeiro foi Menino Deus, Cidade Baixa e Centro Histórico. Nós estamos, então, contratando 20 equipes de limpeza, contratos emergenciais. Cada equipe a gente está montando com quatro retroescavadeiras, uma pá, uma *bobcat* com uma vassoura, caminhão *truck*, caminhão toco, hidrojato, caminhão-pipa, 25 operários, encarregados, veículo utilitário, mais um caminhão-caixa para ajudar nas ferramentas, e um ônibus para carregar os operários. Então, são cinco, seis equipes menores, e cada equipe entra nos bairros. No Centro, já estamos trabalhando, e a gente está aí prevendo contratar 450 equipamentos para fazer a limpeza da cidade. Desses 450 equipamentos, 166 já chegaram, começaram a chegar na sexta-feira, no sábado; ontem e hoje chegaram mais. Então, nós estamos com 160 equipamentos trabalhando, de um total previsto de 450. Essas equipes já estão nos bairros, elas entram, recolhem os inservíveis, o lixo, e levam para um aterro, um bota-espera. Isso vai agilizar bastante o nosso trabalho para não transportar para muito longe. Temos quatro locais de bota-espera já definidos, estamos trabalhando para ter mais dois locais que ainda estão submersos. Já estamos fazendo um bota-espera no Porto Seco, outro lá na Serraria. Temos dois no Centro, os dois são na Av. Loureiro da Silva, um ao lado Justiça Federal, na área federal que foi cedida para nós, na antiga Vila Chocolateiro; outro em frente à

Usina do Gasômetro, embaixo do aeromóvel, ao lado do DMAE. Nesses quatro pontos, estão levando os materiais inservíveis e, dali em diante, eles vão ser transportados em uma carreta com destino para um aterro maior. A limpeza já começou, o nosso planejamento é de 45 dias para atacar a cidade, e estamos trabalhando para isso com 450 equipamentos de limpeza, 20 equipes trabalhando simultaneamente em todos os bairros. A água já baixou, já começou o trabalho no Sarandi também, no Lami, na Vila dos Sargentos, em Ipanema, vários bairros, mas o foco maior hoje está ainda na Cidade Baixa, no Centro, no Menino Deus e com bastante equipamento também no Sarandi, que é uma área muito alagada. A gente, hoje, conseguiu estancar o dique da FIERGS, o que vai contribuir bastante para diminuir a água no Sarandi. Então, vamos ter mais serviços ainda lá nessa área que está bastante afetada. Outras áreas grandes afetadas também, nós sabemos, é a Vila Farrapos, Humaitá, Navegantes e 4º Distrito, onde ainda as águas não baixaram. Assim que forem baixando as águas, mais equipes. Rapidamente, era isso que eu queria falar. O Vicente está aqui junto conosco, ele é diretor-adjunto do DMLU. Estamos trabalhando em conjunto. A Secretaria de Serviços está contratando esses contratos emergenciais e disponibilizando para o DMLU trabalhar e efetivar o trabalho. Então, nós contratamos, e o DMLU operacionaliza. Estamos trabalhando juntos e a ideia é em 45 dias a gente dar um *up* na cidade. Estamos lavando as ruas. Amanhã, devem chegar os caminhões hidrojetos para se juntar às nossas equipes. Aos poucos, estamos aumentando as equipes, conforme o nível das águas baixa; conforme as empresas vão apresentando equipamentos, vamos aumentando o número de equipes. Rapidamente, era isso.

SR. VICENTE MARQUES: Complementando, então, hoje nós estamos com 26 equipes de trabalho. Essas equipes totalizam em torno de 870 colaboradores da Cootravipa que estão nessas frentes. Só para ter um dado estatístico, no primeiro dia, lá na sexta-feira, nós retiramos 800 toneladas. Ontem, para o fechamento do dia, nós conseguimos retirar 319 viagens de caminhões. Que totalizam 1.743 toneladas, pessoal. É um trabalho muito grande que está

acontecendo. As equipes de lavação... O DMAE hoje nos encaminhou caminhão pipa e hidrojato, e mais um que a gente tem na Cootravipa no nosso contrato regular. Estão trabalhando cinco ao redor do Mercado, em função de dar uma celeridade aqui no nosso polo cultural, e também no Largo Glênio Peres. Basicamente é isso. Amanhã, teremos novas informações para tratar dessas novas frentes de trabalhos que ocorrerão.

Quanto à questão do entupimento da rede de esgoto, está aqui o presidente Maurício, mas eu vou... Nós estamos fazendo uma análise periódica de quais as frentes. Porque para desentupir a rede de esgoto precisa ter uma margem de área seca para poder fazer uma análise e fazer a limpeza. Então, a gente já está fazendo isso ali no Centro, ao redor do Mercado Público, fazendo esse trabalho também.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Queria só acrescentar o seguinte: tem caminhões que recolhem o lodo e caminhões que recolhem o lixo.

SR. VICENTE MARQUES: A parte que tem mais lodo na cidade ainda não baixou bem as águas, então nós estamos fazendo as varrições, estamos raspando e estamos agrupando. Depois vai passar um caminhão que vai exclusivamente retirar o lodo e outro que vai retirar os móveis e inservíveis.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: O desafio aqui é sincronizar a limpeza das casas, limpeza das lojas e a ação da Prefeitura. Às vezes tem um retardatário, a Prefeitura passa limpando a rua e aí, no dia seguinte, alguém larga o lixo ali, então, tem que parar tudo para buscar aquele inservível que foi largado na rua. Aqui na Cidade Baixa, no Menino Deus e no Centro, que eu estou acompanhando, isso avançou significativamente, mas de vez em quando... Então, aparece no meio da rua o seu lixo, seu inservível, aí tem que voltar todo o trabalho.

SR. VICENTE MARQUES: Isso, o que acontece? Dependendo da característica das pessoas que moram no domicílio ou até a característica de quem tem o seu negócio, muitas vezes, tem uma equipe maior que está conseguindo retirar tudo, e às vezes tem uma família, às vezes até mais idosos, que tem uma retirada mais lenta. Então, o DMLU, muitas vezes, numa rua, chega a passar cinco ou seis vezes para considerar aquela rua totalmente retirada ao longo dos entulhos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só uma observação, vereadores, nós fizemos um esforço para coordenar com os voluntários, na medida do possível, então foi feita uma conexão com o DMLU e com os voluntários. Inclusive as redes se organizaram, por exemplo, para a questão do resgate. Alguns deles, hoje, com outros aí, estão trabalhando, e aquela questão daqueles que tinham voltado para suas casas. Então, o DMLU, na medida do possível, informa as rotas para que as pessoas possam tentar sincronizar. Claro que isso não vai ser perfeito, mas a gente está, na medida do possível, usando as forças da sociedade para reforçar a limpeza de dentro da casa, enquanto a gestão pública faz a limpeza das ruas, obviamente.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Voluntários para ajudar na limpeza das casas e eventualmente lojas, e a Prefeitura inclusive está fornecendo EPI.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso, estamos espalhando mais.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: E também equipamentos como rodo, balde, etc.

SR. VICENTE MARQUES: Todos os dias, às 9h, entre 9h e 10h, sai um informativo das equipes sobre onde estarão nas ruas ou nas localidades mais próximas das ruas.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Bem, a parte de limpeza nós encerramos. Agora vamos para... Tem duas remanescentes: doações e água. Então, sobre doações eu vou pedir para falar o responsável, o Bruno. Para quem não conhece, ele é secretário-adjunto do planejamento, servidor do Tribunal de Contas cedido, e economista. Tem realizado um trabalho bem expressivo nessa área. Bruno.

SR. BRUNO BREYER CALDAS: Boa tarde, vereadores e vereadoras. Boa tarde, pessoal, membros do governo na sala. Nós recebemos muitas doações de fora, e muitas delas foram diretamente para os abrigos. Num primeiro momento, a necessidade de suprir os abrigos foi muito grande. Então, a sociedade civil se juntou, supriu os abrigos muitas vezes diretamente, fossem cadastrados da Prefeitura ou não cadastrados. Nós também fizemos suprimentos, através da nossa equipe de suprimentos liderada pela Juliana Cucchiarelli, para os abrigos; e eu fiquei responsável por gerir os estoques, colocar as doações nos estoques da Prefeitura e direcioná-las para os abrigos, para as entidades e para o acolhimento familiar. Nós temos diversas maneiras de direcionar essas doações. Uma delas é para os abrigos. Outra delas é através do telefone 3433-0156, que é para as entidades e o acolhimento familiar, e outra delas é diretamente entrega de doações nas subprefeituras. Nós fizemos já uma rota passando por todas as disponíveis, as que não estavam alagadas, e agora estamos na segunda rodada de rota de entrega de doações. Nas entregas do Exército, já foram mais de mil entregas. Nessas todas, elas compunham água, colchão e o que as pessoas solicitavam para a gente pelo 156. Então, foi mais de mil entregas, uma quantidade de toneladas expressiva, mais de 50 mil litros de água, também mais de mil colchões entregues através do Exército. E também nas subprefeituras, mais de 13 mil cestas básicas entregues em diferentes subprefeituras, todas elas com o controle que a gente faz de acompanhamento das cestas. Os nossos depósitos...

Vereador Aírto Ferronato (PSDB): O Bruno...

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Ver. Ferronato, vamos deixar o Bruno terminar e depois nós vamos ouvi-los com a máxima atenção.

SR. BRUNO BREYER CALDAS: Existem atualmente 16 pontos de coleta. Desses, três são da Prefeitura. Um deles é no DEMHAB, na Rua Conde D'Eu, 66, onde nós recebemos doações. Outro deles é na Defesa Civil, na Rua La Plata, e outro é no Porto Seco, Armazém B4. Este do Porto Seco é o centro de distribuição que distribui para os menores. Assim como o DEMHAB, a partir do DEMHAB distribui daí para a população: o Exército recolhe no DEMHAB e distribui para a população que solicitou via 156. Os outros são diversos parceiros, por exemplo, o Olímpico também recebe e dá doação; o Clube Farrapos também recebe, coleta e distribui doação; assim como o Ministério Público, postos da Polícia, a Amrigs recebe e distribui remédios. O instituto de farmácia recebe remédios, então, doações de remédios de farmácias na Amrigs. Nós temos também a prevenção de... Nós também temos uma parceria muito forte com a Defesa Civil do Estado, onde nós pegamos doações que vêm diretamente do governo do Estado, que é a ampla maioria, e eles levam para o galpão da CEEE, e a partir de uma parceria via Município e governo estadual nós fazemos solicitações e podemos retirar lá donativos para distribuir para a população, já que o governo do Estado não distribui diretamente.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Um último assunto da listagem que nós tínhamos aqui é a questão da água e prevenção, *etc.* Vou pedir aqui que o Maurício, presidente do DMAE, fale.

SR. MAURÍCIO LOSS: Pessoal boa tarde, vereadores e vereadoras. Primeiro aqui o meu pedido de desculpas, pois praticamente todos vocês têm tentado entrar em contato comigo. Eu sei que vocês fazem ideia da correria que a gente está, mas vocês, às vezes, querem alguma resposta, algum pedido ou alguma situação, e eu não estou conseguindo atender. Seja por entrevista, por reunião

com prefeito, então, eu alinhei com o secretário Cassio e com André Coronel para que passasse para vocês o telefone do Jesoni, que é meu assessor lá do gabinete, e muitos de vocês conhecem, para que ele seja o ponto focal dos vereadores, que ele também está muito próximo a mim e consegue trazer as informações de maneira rápida aos senhores e às senhoras. Então, primeiro aqui é o pedido de desculpas. Eu vou dar uma palavra geral, mais ou menos da situação, e depois eu vou adentrar nas respostas do Ver. Pedro Ruas. Depois sigo à disposição para todos os questionamentos.

Em relação à água, pessoal, das nossas seis estações de tratamento, chegamos a ter, por um determinado momento, apenas uma funcionando, que é a do Belém Novo. Depois, gradativamente, fomos recompondo, e temos agora ainda uma força-tarefa muito forte há vários dias lá no Moinhos de Vento, que ainda estamos em processo de regularização, de normalização, perdão. A água já tem chegado a partes mais altas, mas a estação ainda requer alguns ajustes, que a gente tem feito todos os dias, instalação de motores, substituição, limpeza, manobras para retirada de ar no sistema. Mas gradativamente o sistema tende a se normalizar. E os demais sistemas, o São João, na Zona Norte, e o Menino Deus, eventualmente a gente tem que fazer uma parada para ajuste. Nós temos também aquela questão da turbidez da água, o que diminui um pouco a nossa eficiência no tratamento. Então, nós temos que tratar uma vazão menor para garantir e ter 100% da certeza da potabilidade da água. Então, eventualmente, nós temos que fazer algum ajuste, alguma diminuição de vazão. O que ocorre é que as partes mais altas e mais distantes das ETAs acabam ficando, por um determinado momento, sem abastecimento. Mas isso também, com a baixa do Guaíba, tende, gradativamente, a normalizar. E a situação das Ilhas, pessoal. O nosso time está reunido agora neste momento com uma equipe já para avaliar os danos. Amanhã vai ser feita uma visita *in loco* e agora nos próximos dias vamos providenciar, então, o reparo nas Ilhas. A gente está buscando já outras possibilidades. Além do reparo, que vai ser de emergência, já há outras medidas, outras tecnologias, inclusive de substituição ao sistema. Que seja algo mais

seguro, que não fique na iminência de ser alagado como facilmente tem sido pelo fato de as Ilhas não terem um sistema de proteção contra cheias.

Em relação a alagamentos, pessoal: das 23 casas de bombas, nós chegamos a ter quatro em funcionamento. Neste momento nós temos 10, então, gradativamente, estamos conseguindo recompor o sistema de bombeamento através das casas de bombas. Estamos atuando em mais quatro ou cinco para, nos próximos dias, também conseguir restabelecer. Nós precisamos que a água baixe, agora está um cenário melhor para a gente atuar. Mas claro, tem todo um processo de conseguir acessar a casa de bombas, de retirar os motores. Nós temos que levar esses motores para nossa empresa terceirizada para que esse motor seja aberto, para que ele seja lavado; tem que tirar toda aquela lama de dentro, tem que ficar de 24h a 48h na estufa para poder recuperar esses motores, depois volta, a gente tem que montar. Toda parte elétrica, comandos, inversores, uma série de equipamentos que de tanto que danificaram, a gente está com dificuldade de conseguir também, mas estamos sempre buscando com parceiros. Por isso que nós não temos um retorno imediato dessas casas de bombas, porque dependemos de uma série de fatores, seja pela baixa das águas para conseguir acessar, chegarem com caminhões e com maquinário. Inclusive, nas primeiras, para a gente fazer um dique de proteção e conseguir tirar aquela água de dentro da casa de bombas para acessar os motores. Mas agora tem sido um cenário mais fácil e já estamos com várias frentes.

Em relação às bombas da Sabesp, vereadores. Das 18 bombas que já chegaram aqui, dez seriam para Porto Alegre e oito para Canoas. Mas Novo Hamburgo fez um pedido, através daqui da Prefeitura e através do Exército, então, nós cedemos uma bomba para Novo Hamburgo, porque estamos aqui diante de uma situação calamitosa, mas também temos que ser solidários com todo o Estado, na medida do possível. Então, uma das nossas bombas foi cedida para Novo Hamburgo, e nós vamos ficar com nove bombas. Nós já estamos com duas operando no Sarandi. Uma equipe da Sabesp está fazendo a pré-montagem dessas bombas, que estão lá no batalhão do Exército em Nova Santa Rita, e nós já estamos trazendo-a ali para a região do Sarandi, na casa de bombas 9, junto

ao dique do Sarandi. Há previsão de instalar mais duas agora até sexta-feira, ali, ou talvez até mais três, ficando com cinco bombas. Nossa equipe também avaliou toda a logística do aeroporto e do bairro Anchieta, onde nós também estamos trabalhando. Nós vamos colocar as bombas dos arroseiros que estão chegando agora na tarde também, do pessoal de Pelotas que quis disponibilizar bombas dentro do aeroporto. Serão cinco bombas que vão despejar água das partes alagadas para dentro dos canais e assim, gradativamente também, a situação vai baixando. A gente está avaliando pontualmente uma bomba também, se possível, na Av. Severo Dullius também despejando para o canal para que a gente consiga acelerar o processo do Anchieta.

Em relação ao Humaitá, senhores, tínhamos, sim, aventado a possibilidade de colocar as bombas da Sabesp no Humaitá. Isso num primeiro momento, quando as comportas ainda estavam fechadas e quando não tínhamos casas de bombas em funcionamento. Mas hoje a situação já é bem diferente, apesar da situação ainda ser muito delicada, muito alagamento, principalmente no Humaitá, especificamente no 4º Distrito, no bairro Humaitá, mas a casa de bombas 5 já está operando. Nós temos as comportas 12 e 14 abertas, nós estamos abrindo agora à tarde a comporta 11. A casa de bombas 4, que fica na Rua Voluntários da Pátria e é muito próxima da Av. Cairú, também está funcionando. E hoje de tarde, entram duas equipes: uma na casa de bombas 3, que fica próximo à Av. São Pedro, também na Rua Voluntários; e uma próximo à rodoviária, na Rua Voluntários. A nº 2 ainda tem uma situação um pouco mais delicada, então agora nosso foco é a nº 1 e a nº 3 para que a gente consiga também retirar motores, recuperar, e nos próximos dias colocar em funcionamento. Nós não temos, pessoal, nesse momento, como colocar as bombas da Sabesp ali; a nossa ideia seria colocar as bombas da Sabesp por um espaço da comporta de nº 14, mas como a comporta está aberta, a vazão que sai é maior do que aquela área, do tamanho da comporta, a vazão, é maior do que o bombeamento. Nós não temos... A única possibilidade seria colocar nas ruas a da Sabesp por cima da *freeway*, mas ela perderia em rendimento, porque é uma bomba de recalque, eu teria que erguê-la, e ela perderia eficiência. E eu não posso interromper a

freeway porque é a via de acesso, enfim, de toda a população e principalmente de ambulâncias. A gente não tem como interromper a *freeway*. Então, acho que de um panorama geral é isso, eu acho que os senhores vão ter mais questionamentos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Maurício, desculpa, sobre a comporta 14, ela está aberta...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vereador, agora tem as inscrições aqui, vamos partir para as inscrições dos vereadores. Vamos lá, quem é o primeiro inscrito?

SR. MAURÍCIO LOSS: Tem mais, Presidente, tem mais, eu acho que a gente pode aproveitar as respostas para o Ver. Pedro Ruas também, já que foram feitas previamente.

Em relação à limpeza, acho que, e o adjunto aqui, o Vicente, explanou bem, mas nós temos a parceria com a Prefeitura também. Estamos fazendo um pregão para contratação de mais hidrojetos, porque são mil quilômetros de ruas. E não só as ruas, mas principalmente as galerias, as redes pluviais. E certamente com aquele barro que fica ali sedimentado, e daqui a pouco a gente tem um período de seca, esse barro vai petrificar e a gente vai ter um comprometimento das redes. Estamos contratando mais hidrojetos, a tentativa é que consigamos contratar 38 caminhões de hidrojato agora num pregão de três dias, que a gente está lançando agora essa semana, justamente para que a gente tenha uma grande força-tarefa para a limpeza e desenvolvimento tanto das ruas quanto desentupimento das redes.

Passando, então, para os questionamentos do Ver. Pedro Ruas e depois, se ficar alguma coisa para trás, a gente com certeza segue. Vereador, em relação aos trilhos que o senhor fala dos portões e manutenção. Não é o óleo no trilho, vereador, que faria a menor diferença, nós estávamos com aqueles trilhos quebrados...

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Estou atento, obrigado.

SR. MAURÍCIO LOSS: Como estou falando, nós estamos estávamos com as comportas em manutenção, daquelas comportas nºs 12 e 14, justamente porque tivemos problema nas outras cheias e essas comportas não estavam mais correndo no trilho e, sim, nós estávamos içando-as com guindaste e soldando no local. O que trouxe até uma segurança maior. Se elas não estivessem soldadas, a comporta nº 14, por exemplo, teria rompido antes. Mas já estava sendo desenvolvido, ou seja, era uma das medidas tomadas a partir das chuvas do ano passado. Essas comportas já estavam, sim, em manutenção. O senhor fez um comentário também de que o Centro teve a inundação pela comporta, e isso não é verdade, vereador, ele teve a inundação pelas casas de bombas 17 e 18, pelo poço de descarga, que aqui eu já vou entrar mais à frente nos erros de concepção de projeto que elas têm. Em relação ao processo que o senhor menciona, inclusive que o deputado Matheus, então, trouxe à tona, das comportas de nºs 13, 17, 18 e 20, acho que a gente pode então falar, e isso é um tema pertinente a todos os vereadores, para que todos tenham conhecimento. Ele é um processo que foi aberto em 2018 e concluído em 2019, no antigo DEP. Ele só passou a ser de conhecimento do DMAE em outubro do ano passado. Quando tivemos a primeira cheia, em setembro, nós fomos avisados por e-mail por um servidor que era do DEP e que desde 2021 trabalha no DMAE. E a primeira pergunta é: por que esse servidor quando veio para o DMAE não trouxe à tona esse processo e, sim, somente há cinco, seis meses atrás? Então, a partir do momento que se teve conhecimento desse processo, o nosso diretor de desenvolvimento e obras pediu para reabrir esse processo. Esse processo, depois de 29 de novembro... Esse servidor, Marcos, fez toda uma relação das casas de bombas problemáticas: 13, 17, 18 e 20. E então foi dado o devido encaminhamento, esse processo não ficou parado, ele não passou por mim nem pelo prefeito, mas foi dado o devido encaminhamento das áreas afins, como áreas de projeto. Claro que a gente está falando aqui, e acho que vamos

recapitular um pouco: nós estamos falando de um sistema de proteção contra cheias que foi construído após a cheia de 1941. Ele foi começado a ser construído em 1968 e terminou na década de 1970. Esse sistema nunca foi submetido à prova real como foi submetido agora. Nós sempre tivemos cheias de 3,10 m, 3,15 m, 3,46 m, que foi o que chegamos em novembro do ano passado. Nunca chegamos a 5,35 m. Se tivéssemos tido essa cheia na década de 1980, com certeza todos esses problemas que surgiram agora teriam surgido na década de 1980. O princípio da inundação que foi pelas casas de bombas 17 e 18, cujo projeto é de 1974, senhores, ele teve um projeto errado, ele foi construído em uma cota muito baixa, os motores são muito baixos, e o poço de saída, o poço que se bombeia e a água vai para Guaíba, aquela parede é muito baixa, e é o que menciona o deputado Matheus. O problema é que não é um simples erguer de parede, como diz o deputado, que não é engenheiro, é que aquela parede não teria durado cinco segundos com a força da água do Guaíba, aquilo requer um cálculo estrutural, um dimensionamento, nós temos que estroncar – e tem vereadores aqui que são engenheiros, como é o caso do Ver. Engº Comassetto –, nós temos que escorar essa parede para que ela suporte toda a força. Isso requer um projeto, isso requer uma licitação, isso requer uma obra, e todos sabem que, no poder público, em cinco meses, por mais que se tenha urgência, infelizmente nós não conseguimos fazer tudo isso. Mas o fato é que, quando o DMAE teve conhecimento desse processo, esse processo tramitou pelas áreas afins e não ficou parado. Cabe lembrar, vereadores, assim como eu falei aqui das casas de bombas nºs 13, 17 e 18, que são da década de 1970, e também falando da casa de bombas nº 20, que é citada no processo, de um projeto de 1989, e até me falou aqui o secretário Cassio que o Olívio Dutra era prefeito, é um projeto também extremamente equivocados, extremamente problemático, e, ao longo desses 50 anos, todas as gestões que passaram poderiam ter percebido esses erros. Ou não foram percebidos, porque, de fato, não tinha sido feito um teste, que agora foi feito, sob esta gestão, e que esta gestão já está tomando providências.

Em questão à manutenção. O DEP foi extinto em 2019, foi passado para o DMAE, e teve um período de transição, tanto que, a partir de 2021, o DMAE de fato começou a atuar em relação ao sistema de drenagem de Porto Alegre. Desde lá, da maneira que o DMAE recebeu o DEP, com casas de bombas com fiação aparente, faltando motor, com motor queimado, faltando telhas... O DMAE fez reformas estruturais, claro que simples, para dar uma melhor funcionalidade nas casas de bombas. Não teve como solucionar, porque, teve casas de bombas... Inclusive nós constatamos e já tínhamos encaminhado projetos antes das cheias do ano passado, que é o caso das casas de bombas n^{os} 1 a 5, em que elas já estão há muitos meses fazendo nova concepção de projeto e desenvolvendo projetos pela empresa KF2. Então só ali, por exemplo, nas casas de bombas n^{os} 1 a 5, rede de macro e microdrenagem, que precisam naquela região do Humaitá e Navegantes, rede de esgotamento sanitário, nós estimamos investir, nos próximos anos, aproximadamente R\$ 600 milhões. Então, essas casas de bombas, que poderiam ter sido, pelos diretores inclusive que assinaram esse manifesto - trinta e tantos aqui, 33 engenheiros que assinaram e que, inclusive foram ex-diretores do DEP e do DMAE... Também não encontrei, nas buscas que fizemos, nenhuma ação que possam ter feito de ação corretiva de todas essas casas de bombas.

Eu acho que é mais ou menos isso, vereadores. Acho que essa questão do processo está bem explicada. Quanto ao DMAE, estamos muito tranquilos de investimentos de melhorias que fizemos. Concluindo em relação às melhorias, nós já investimos entre compra de novos motores, reformas elétricas, reformas estruturais, em contrato de manutenção permanente para que todas essas bombas estejam sempre funcionando, que é o caso agora, desde o início das cheias que elas estavam, nós temos investimentos comprovados em processos de aproximadamente R\$ 20 milhões.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Bom, Presidente, de nossa parte, esgotamos...

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente Mauro, gostaria de fazer duas observações muito breves, porque ele falou o meu nome várias vezes. Eu só não aceitei a colocação do ilustre secretário Cezar Schirmer de que a responsabilidade é da União, porque poderia, então, ser avisada a União. Com relação ao muro menor e à máquina menor, elas são de 1974. Poderia ser feito algo nesse período, o que disse agora o presidente do DMAE. Obrigado, era esse o registro.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Não quis acusar ninguém, só disse que esse é um problema federal.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Boa tarde a todos. Respeitosamente gostaria de ter mais informações sobre as ações que a nossa administração pública já tomou e vai tomar em relação ao Mercado Público. Na minha opinião, a primeira parada cardíaca da cidade foi quando a água subiu 1,90 m dentro do Mercado Público, que é o coração da cidade. Eu gostaria que os senhores tivessem uma atenção especial e nos dessem um retorno sobre essa questão. Se eu entendi bem, pela explicação que o secretário Schirmer já tinha me dado anteriormente e que o diretor do DMLU explicou, os entulhos vão ser basicamente todos recolhidos para esses caminhões caçambas e dirigidos para os devidos lugares. Mas eu só queria confirmar melhor essa questão, porque hoje eu vi as fotos. Ainda não consegui chegar ali na orla por outras questões, a água foi tão devastadora que alguns daqueles quiosques simplesmente arrebentaram tudo, então aquilo é uma montoeira de coisa, mas qualquer concessionário ou permissionário desse espaço não vai ter condições de tirar. Como é que será feito isso? Assim como o Mauro se referiu anteriormente, alguns mercados, e lojas, botecos aqui no Centro, têm muito entulho, como é que isso vai ser feito? Se eu entendi bem, a Prefeitura está com mecanismo de recolhimento, mas eu só queria confirmar essa questão.

Eu proponho que, diante do problema do cadastro, Schirmer, chegou muita queixa aqui, do problema dos CRAS, do cadastro, que não tem gente, que tem sete ou oito fichas, não sei o que lá, e eu sei que tem um cadastro agora *online*, que eu ainda não pude verificar, eu queria um pouco de explicação e eu proponho que, emergencialmente, se necessário, a gente aprove a contratação de assistentes sociais, pode ser até por tempo determinado, e de psicólogos, porque a situação é efetivamente dramática. Eu parablenizo todos aqueles que se esforçam, como nós todos somos esforçados, mas eu estou impactado, eu tinha um profundo respeito pelo Maurício, pelas coisas que ele vinha fazendo, mas comecei a ficar com um pé atrás quando ele disse, na CPI da CEEE Equatorial, dos quatro geradores embarcados, e eu não sei onde é que eles estão. O senhor falou que havia sido encaminhada a compra. Agora eu vou lhe dizer, sinceramente, o senhor perdeu a grande oportunidade de ser um pouquinho modesto; o senhor se acha o rei da cocada diante de 30, 40, 50 profissionais. Eu gravei absolutamente tudo, Maurício. Eu sou um cara de muita paciência, mas hoje a minha paciência estourou com vossa senhoria. O senhor teve uma postura arrogante, não condiz com a situação de dramaticidade que vive a cidade. Não condiz. Então, está tudo registrado, mas essa acusação que V. Sa. faz a outras pessoas, eu, se não tomar outras providências... Eu não queria fazer isso contra nenhum gestor público, e não fiz, não faço, mas eu estou pensando em fazer contra vossa senhoria. É uma decepção total e absoluta nesse esforço que todo mundo está fazendo aqui, o senhor vem com esse papo furado, me decepcionou tremendamente. É a minha opinião, eu sou sincero e falo as coisas como elas devem ser.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (Pcdob): Quero cumprimentar todos que estão nesta nossa sessão plenária de vereadores e secretários. Hoje pela manhã nos reunimos com as lideranças e quase que, por unanimidade, nós nos

manifestamos afirmando o quanto nós, parlamentares, temos sido ignorados pelo Poder Executivo. Quando nos reunimos com o prefeito Melo, lá no Hotel Embaixador, nós pedimos a ele que nos colocasse frente a um interlocutor do Executivo e ele, imediatamente, nos indicou o secretário Cassio. A minha experiência, quero dizer que eu encaminhei várias sugestões, pedidos de providências ao secretário Cassio e todas as respostas foram: “Estou encaminhando; vou encaminhar”, até o momento em que eu perguntei: está encaminhando para quem? E ele me respondeu que era para o André Coronel, chefe de gabinete do prefeito, para o qual, portanto, eu passei a encaminhar as minhas indicações, diretamente ao André Coronel, porque não precisava de um intermediário. Eu quero dizer que, nesse momento, nós estamos, sim, tratando de questões imediatas, mas todas essas ações terão repercussão futura, assim como as decisões anteriores tiveram essa repercussão agora. Portanto, é preciso ter responsabilidade e transparência nesse debate, aliás, transparência que nós estamos exigindo. Nós estamos solicitando que a Prefeitura disponha a esse Poder Legislativo o que tem recebido do governo federal, do governo estadual e para onde está dirigindo esses valores, para que ações já está chegando para as pessoas que mais precisam.

Por falar em quem mais precisa, eu quero dizer que, para nós, está muito claro que nós precisamos tratar as pessoas que estão desabrigadas diferente das pessoas que estão desalojadas. Essa é uma questão de equidade. Quando a gente vê que tem já a presença do DMLU, por exemplo, no Menino Deus, na Cidade Baixa, para atender a limpeza, os desalojados dali, a gente não enxerga isso na Farrapos, não enxerga isso no Humaitá. Nós não estamos enxergando isso. Nós vimos, por exemplo, algumas das respostas dadas aqui, como todo o respeito, mas é a mesma resposta que nós obtivemos dos voluntários, que sabiam muito mais nos responder do que os próprios coordenadores de abrigos. Ao visitar o abrigo do Centro Vida, saí de lá chocada, primeiro porque eu levei cerca de uma hora para identificar onde estava o tal do coordenador, que é de uma ONG que foi contratada. Ele não conseguiu me responder sequer uma das

perguntas que eu fiz a ele, não conseguia sequer elaborar uma resposta, e eu tive que me socorrer de voluntários que puderam, sim, me responder.

Então, quando hoje a gente vê uma grande repercussão do povo pelo povo, essa é uma resposta, uma mensagem que diz, sim, o povo tem que contar com o povo, porque o Poder Executivo não está conseguindo chegar lá, porque o poder público não está conseguindo dar as respostas que o povo está precisando. E eu reafirmo: se nem nós, os parlamentares, conseguimos ter minimamente uma resposta, quem dirá o povo! Porque nem nós conseguimos repassar respostas, pois perguntamos ao Poder Executivo e sequer respostas tivemos. Eu tenho que afirmar aqui que o André Coronel me tem atendido muito bem, respondido as minhas perguntas. Ontem mesmo, eram 9h da noite, nós estávamos atendendo um abrigo – não é, Coronel? –, buscando solução, mas nós não estamos sendo atendidos pelo Executivo, especialmente, pelo secretário Cassio, que foi orientado, digamos, para fazer a interlocução com este Poder Legislativo. Aqui o secretário Cezar Schirmer pede desculpa a vários vereadores por não ter respondido. Eu sequer desculpas tive, quanto mais a própria resposta.

Eu, obviamente, tenho muitas perguntas, todos nós temos. especialmente nesse momento em que muitos abrigos estão sendo desfeitos. Para onde irão essas pessoas? E nós reafirmamos: não admitiremos essa resposta imediata, improvisada, segregada, que tenta isolar essas pessoas dentro de abrigos, como a proposta do Porto Seco ou do Olímpico. Nós queremos que essas pessoas que estão tão machucadas e que já foram vitimizadas tenham o mínimo de dignidade e de respeito. Portanto, nós indicamos alojar essas pessoas dentro do seu próprio território, onde elas têm esse convívio com a vizinhança, com os profissionais da saúde, da educação, onde elas já têm essas relações. Esse tipo de tratamento é o mínimo que nós esperamos.

Frentes de trabalho: nós propusemos que contrate imediatamente frentes de trabalho. Essas equipes que foram ditas aqui, 25 pessoas aqui, 10 pessoas ali, não dão conta sequer de um bairro, quanto mais de todas as regiões que estão precisando urgente que tenhamos pessoas contratadas para ajudar essas pessoas a construir renda, inclusive, e vai ajudar as pessoas que podem voltar

para suas casas a voltarem mais imediatamente. E aquelas que estão desabrigadas que elas sejam abrigadas com dignidade.

Portanto, eu gostaria de ter mais respostas sobre a questão dos abrigos que estão sendo desfeitos, muitos deles em escolas, e para onde essas pessoas estão sendo dirigidas. Porque nós vimos um abrigo ser desmontado em que as pessoas entraram rapidamente dentro de um ônibus e sequer sabiam para onde estavam sendo levadas. Quer dizer, não tem a menor condição desse desrespeito para com as pessoas que já estão tão aviltadas com essa situação, e muitas delas, nós já dissemos, poderiam, sim, ser minimizadas se houvesse a prevenção e não o negacionismo. Quando se abriga pessoas dentro da Pepsi num dia e no outro tem que retirar imediatamente porque a água está chegando, é porque negaram que essas águas podiam, sim, adentrar a cidade como de fato aconteceu. Portanto, agora a situação dos abrigos não é dizer quantos abrigos há, minimamente a gente tem essa resposta, agora quantas pessoas estão sendo abrigadas em abrigos residenciais, domiciliares, e eu, inclusive, fui pedir ajuda para atender esses abrigos domiciliares, e a resposta que eu tive da Prefeitura foi: “Ligue para o 156”. Eu, que estava ali me apresentando como procuradora da mulher, não era um CPF, era um CNPJ, sim, era a Câmara Municipal pedindo ajuda para poder ajudar, mas até agora a Prefeitura não ajudou esse Poder Legislativo que tem legitimidade, é quem está na ponta. Cada um de nós está lá atendendo uma comunidade, um território, fazendo, muitas vezes, das suas próprias casas, abrigos para outras pessoas, no entanto, nós temos tido dificuldade de que a Prefeitura nos ofereça, minimamente, transparência. É isso que nós queremos, é isso que nós exigimos. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Eu tenho duas colocações para fazer. Uma, em relação ao indicativo sobre desassoreamento e dragagem, que nós

vamos encaminhar para Prefeitura na semana que vem. (Problemas na conexão.)

Vereador Cassiá Carpes (CIDADANIA): Estou aqui, Mauro.

Vereadora Mari Pimentel (PL): Eu também tinha me inscrito.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vereadora Mari, a senhora está inscrita em comparecimento, a senhora é a próxima, mas liderança precede.

Vereador Jonas Reis (PT): E eu, Mauro?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas é o sexto em comparecimento.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Mauro, eu só vou fazer uma proposição, porque na verdade eu tanto posso me inscrever em comparecimento como liderança. Me inscrevi. Eu acredito que se coloque na ordem das inscrições.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Agora não dá mais.

Vereador Engº Comassetto (PT): Comassetto em comparecimento.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Já não tem mais vagas, Ver. Comassetto.

Vereador Engº Comassetto (PT): Mas não são dez vagas, Presidente?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Já tem dez pessoas inscritas em Comparecimento: Adeli Sell, Alex Fraga, Oliboni, Ferronato, Jonas Reis, Claudio Janta, Lourdes, Roberto Robaina e Giovanni.

Em liderança, estão inscritos Pedro Ruas e Biga Pereira, que já falaram; Fernanda Barth, Roberto Robaina, Cassiá Carpes, Hamilton Sossmeier. A Ver.^a Fernanda seria a próxima. Quando restabelecer seu sinal, ela retoma.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, vereadores e vereadora, o primeiro ponto que eu queria dizer é o seguinte: eu tenho já pedido uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a situação do DMAE. Eu fiz esse pedido de CPI em dezembro de 2023 por conta de denúncias de corrupção no interior do DMAE. Durante dois anos, a direção da autarquia ficou, a partir da nomeação do prefeito Melo, com um diretor-presidente que é suspeito de corrupção, com investigação, inclusive, do Ministério Público. Eu não sou engenheiro, também não sou policial, mas eu acho que, no caso do DMAE, faltou escutar engenheiros e acho que, no caso do DMAE, falta, sim, uma investigação para ver o tipo de problema que nós temos dentro da autarquia contra servidores, contra engenheiros que alertaram os problemas. E o diretor-presidente atual diz que “outros não fizeram, então, nós também não fizemos”. Então o problema do DMAE é gravíssimo. Ponto 1 – não acho que nós vamos conseguir nos entender aqui, eu pelo menos, como líder da oposição, com o governo nesse caso, porque o governo não está dando explicação nem para sua base na Câmara. Nem os vereadores do governo estão sabendo direito das informações, talvez porque o governo não saiba exatamente o que fazer, aí eu já não tenho claro. Mas o tema do DMAE eu tenho claro que é preciso, sim, uma investigação. Se o governo está tão seguro de que fez tudo certo, então ajude a fazer com que exista, de fato, uma investigação no interior da Câmara dos Vereadores e não sabote a investigação, como fez na Secretaria de Educação, que disse que estava tudo *ok* e a própria secretária terminou presa.

Então a gente tem que ter, sim, muita responsabilidade nesse momento. Eu tenho uma linha de unidade para tratar de garantir a atenção das pessoas, mas não tenho visto isso por parte do governo. O que eu tenho de informe, por

exemplo, sobre os abrigos, nós temos alguns abrigos que estão bons, abrigos organizados, sobretudo, pela sociedade civil. O governo, inclusive, contratou uma empresa para cuidar dos abrigos que não entende absolutamente nada de abrigo. E eu tenho informes de outros abrigos onde as pessoas recebem comida azeda, além das milhares de pessoas que estão nas casas dos parentes, nas casas dos amigos, que só conseguem comer, quando conseguem comer, porque existem marmitas, cestas básicas que estão sendo distribuídas, mas estão sendo distribuídas de modo absolutamente espontâneo, porque o processo de distribuição da Prefeitura tem sido tão desorganizado, no mínimo, para dizer o mínimo. Eu já escutei vereadores da base do governo dizer que precisa transparência nisso, porque tem gente que está sendo beneficiada, não gente do povo, gente dos agentes públicos, políticos. Já ouvi vereadores da base do governo em reunião de lideranças dos vereadores, não é em conversa de café. Então, o tema dos abrigos é chave. Assim como é muito importante, eu fico contente em ouvir o projeto, não sei se vai ser discutido, mas eu ouvi o governo, e o secretário Cezar Schirmer comentou, eu acho que o Coronel também, sobre esse valor da moradia solidária, que eu considero fundamental, porque pelo que saiu nos jornais, porque nós ficamos sabendo pelos jornais, seria R\$ 1 mil, eu acho que seria... Bem, R\$ 1 mil é melhor do que nada, mas eu acho que o valor tem que aumentar. Então, são medidas que eu ouvi, e quando essas medidas aparecerem, eu vou apoiar ativamente e vou buscar melhorá-las, mas nós precisamos agilidade, e essa é a outra preocupação que eu tenho, Presidente Mauro. Quanto teve as enchentes da região das Ilhas, por sinal a região das Ilhas está abandonada, assim como o Humaitá está abandonado, a Zona Norte está abandonada... O prefeito Melo deveria dar uma passeada na Zona Norte para conhecer como é que está a reação da população em relação a isso. Mas quando houve as enchentes de novembro, aliás, não foi nem de novembro, a enchente de setembro do ano passado, nós votamos, na Câmara, numa sessão rapidíssima, o auxílio de R\$ 3 mil. Pois tem gente das Ilhas que ainda não recebeu o auxílio de R\$ 3 mil. Sabe por quê? Porque foi definido que a Defesa Civil ia fazer a vistoria, casa por casa, uma Defesa Civil que tem 30 funcionários.

Na época de setembro, eram 12 funcionários. Parecia um deboche que uma Defesa Civil... Por mais que o servidor da Defesa Civil se esforce, com 12 funcionários é absolutamente absurdo achar que vai poder ter uma vitória nas casas que foram alagadas em setembro. Daí depois veio novembro, que alagou tudo de vez, e agora nós tivemos uma situação em que há um colapso na região das ilhas, onde todo o pessoal que é do Humaitá, da Zona Norte de modo geral, do Sarandi, foi atingido. Então o problema do cadastro, Coronel, eu ainda não entendi, então não quero criticar sem entender, obviamente, mas o tema do cadastro tem que ser muito rápido. Não tem que esperar! O governo federal falou em R\$ 5,1 mil, então tem que garantir absolutamente, rapidamente esse cadastro.

Por último, eu estou aqui no celular, Presidente, muito preocupado, porque entre, primeiro, a garantia do cadastro para o pagamento de R\$ 5,1 mil; segundo, a garantia de que as pessoas que estão nos abrigos vão se alimentar decentemente e que as pessoas que não estão nos abrigos, mas que foram atingidas e perderam tudo, tenham os recursos do poder público, tenham a assistência do poder público, portanto, estou preocupado também que haja transparência nessa assistência, coisa que hoje não existe. E, por fim, estou muito preocupado que se tenha uma política de moradia provisória, por isso que eu acho que é importante essa moradia solidária, mas eu tenho levantado uma proposta, que é a utilização da rede hoteleira da cidade de Porto Alegre. Nós temos uma rede hoteleira que comporta 14 mil pessoas. É óbvio que não precisa usar toda a rede hoteleira, mas nós temos uma rede hoteleira, inclusive, a ação do governo pode ser uma ação que ajude economicamente, inclusive no setor dos hotéis que estão numa crise, que vão ficar numa crise ainda maior. Então, não é possível que o governo fique paralisado e que não pense em propostas, inclusive algumas delas cobrando do governo federal, porque, por exemplo, o tema das moradias, em última instância, vai ser uma política federal, porque nós vamos necessitar de uma reforma urbana na cidade de Porto Alegre, uma reforma habitacional e uma reforma urbana, em que nós temos milhares de apartamentos que estão vazios. Nós temos uma possibilidade, portanto, de fazer

uma reforma urbana, uma reforma habitacional que garanta a moradia digna e que, pelo menos, nós tenhamos esse saldo positivo de uma tragédia enorme que nós tivemos em Porto Alegre e no Estado do Rio Grande do Sul, mas é preciso políticas públicas igualitárias, que pensem nas pessoas, que é o que hoje, infelizmente, não tenho visto. Muito obrigado, Presidente.

Vereadora Fernanda Barth (PL): Ver. Mauro Pinheiro, eu gostaria de poder falar.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Desculpa, vereadora, eu não tinha notado que a senhora tinha voltado, achei que a senhora tivesse caído. A Ver.^a Fernanda Barth continua a sua manifestação que havia sido interrompida pela queda da conexão. Ver. Cassiá, o senhor pode aguardar mais cinco minutinhos.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Estão me ouvindo? É que eu ligo o meu áudio e alguém desliga, fica difícil. Aproveitando que os secretários estão nos ouvindo, vejo que tem duas ações que a gente precisa fazer para se antecipar a pioras nesse quadro que a gente está enfrentando, uma delas é que nós vamos precisar de uma ampla campanha de saúde pública por causa da quantidade de coisas podres e alimentos que estão em decomposição, que estão nas ruas ainda e que estão indo para esses lixões. A gente vai precisar de uma campanha de vacinação de hepatite A, de hepatite B, ver a questão da tifo, do tétano, da leptospirose, a gente vai precisar disso. Eu gostaria de ouvir o que a Secretaria de Saúde tem em mente sobre esse quadro, porque a gente não pode esperar a rua ser tomada por rato e barata para começar a trabalhar nesse sentido.

A outra questão é que, oriundo do trabalho que a gente já vinha fazendo na Frente Parlamentar da Orla do Guaíba, nós tivemos grandes indicativos de que essa enchente, essa catástrofe que a gente enfrentou agora, ela foi muito fortalecida pela catástrofe de setembro, porque em setembro a gente já teve um nível muito grande de detritos e de areia descendo dos afluentes do Guaíba, que

prejudicaram o canal ao criar novos bancos de areia, e talvez isso tenha ajudado a piorar a nossa situação. Agora, falando com pessoas da Defesa Civil, da Marinha e algumas pessoas dos clubes náuticos, nós já sabemos que provavelmente a nossa cota de inundação teve uma baixa de 1 metro pelo menos, de tanto lixo, detrito e assoreamento que nós temos no canal atualmente. Ou a gente consegue, através de um trabalho conjugado com governo do Estado, fazer um trabalho imediato de desassoreamento e profundidade do nosso canal, ou da próxima vez nós vamos precisar de metade desse volume d'água para ter uma enchente pior. Então é isso que eu gostaria de colocar aqui. Sei que a responsabilidade sobre isso é do governo do Estado, é da Secretaria de Portos e Hidrovias, que não fez por falta de recursos, mas está na hora de a gente buscar uma solução conjunta, porque senão, da próxima vez vai chover metade e nós vamos ter um resultado desastroso igual a esse. A correnteza do rio Jacuí desceu com tanta força, porque o rio Jacuí está assoreado, cheio de entulho já desde antes, que pode ter posto abaixo as nossas comportas e a porta justamente ali do dique, onde pegou de frente. Então esse problema tem que ser visto, e é para ontem. Essas são as minhas duas colocações. Obrigada.

Vereador Jonas Reis (PT): Não entendi a vereadora pedindo vacina.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Obrigado, presidente. Tenho algumas perguntas e alguns respostas, no sentido de aproveitar essa oportunidade. Primeiro lugar, eu acho que é com o secretário Schirmer: o Grêmio pode, e essa é a grande discussão, ser requisitado pela Prefeitura, sua permissão tem prerrogativa, até com pagamento de aluguel para resolver a situação, aí se determina o tempo. Essa é a pergunta. Com pagamento de aluguel, existe essa possibilidade, há prerrogativa para isso? E resolveria

momentaneamente, porque aí determinaria o tempo, partindo do Grêmio, ou melhor, da Prefeitura, essa requisição. Tem prerrogativa para isso.

Segundo, tem que explicar melhor para sociedade, pois há uma confusão do que é federal e do que é municipal e do que é estadual. O nosso comerciante aqui, de uma cidade de serviço, o micro, o pequeno, o médio, está ansioso para saber quais as iniciativas da Prefeitura, porque há uma confusão de impostos e de prerrogativas. Então, esse comércio, principalmente, que é nosso, é forte, ele precisa de uma resposta mais urgente da Prefeitura sobre o que vai fazer. Nós sabemos que o projeto está chegando aí, a gente já está informando o projeto – a Prefeitura vai dar algumas isenções, em alguns momentos até liquidação com 95%, isso nós vamos depois desmistificar –, que está chegando na Casa, mas é importante essa atenção ao micro, ao pequeno e ao médio, de Porto Alegre.

Outra questão, aproveitando a presença do secretário Cassio. Cassio, eu acho que é tua área: existem muitas denúncias, recebi várias denúncias de que no DEMHAB, que distribui, vocês deram a relação da distribuição, tem vereadores, tem ex-secretários que são candidatos, adjuntos de secretários que são candidatos, pré-candidatos, e nós temos que ser claros aqui: a maioria dessas pessoas que estão distribuindo material são CCs, e CCs de vereadores, e às vezes desses pré-candidatos. Isso é uma reclamação geral, eles é que estão fazendo a entrega. Então isso é preocupante, nós estamos no ano eleitoral, nós queremos avisar antes, para não ter problema depois. Eu tenho várias denúncias, e tem vereadores que irão também nessa linha, até porque confirmaram hoje de manhã que existem essas denúncias. Então, a preocupação é sobre essa distribuição de material, quem é que está fazendo e como está fazendo. Na subprefeitura, nós sabemos que são CCs, em média, de vários partidos. E os secretários estão aí; os vereadores estão reclamando muito que o ex-secretário anda de lancha, muitas vezes com o prefeito, e assim por diante. Ele está ainda, acha ele, na prerrogativa de fazer as coisas, mas ele já não é mais secretário, é ex-secretário e candidato a vereador. Nós estamos num período eleitoral, muito cuidado, há uma generalização muito forte. Então, são esses detalhes. Até para distribuir, tem que distribuir para a sociedade os

alimentos, cobertores, agasalhos. Agora vem o inverno, então nós temos que ter muito cuidado nisso para a Prefeitura também não ser envolvida nessa questão. Eu peço muita atenção neste aspecto. Eu sei que o Cassio é atencioso, o Cassio é da governança, então que tenha cuidado nisso, qualquer coisinha retira esse CC, bota em outro trabalho. Mas não pode ter CC de vereadores, de partidos, de pré-candidatos, de adjuntos e de ex-secretários, atendendo. Aí, olha, é confusão na certa.

Secretário Schirmer, essa questão do Olímpico me chamou atenção, até porque eu morei um ano ali dentro, e aquilo está abandonado e a Prefeitura tem que tomar decisões. Até pergunto mais, vou mais adiante: quais os empréstimos que a Prefeitura faz em nível internacional e nacional? Se não há possibilidade de parar um pouco com isso que estava projetado antes das enchentes e repassá-los para a questão que aflige a nossa cidade, que são as enchentes, o muro da Mauá, os portões. Não dá para direcionar esse investimento internacional, agora, já que essa é a prioridade? Essa é a minha pergunta, quero ajudar, esse é o nosso objetivo. Sou da base do governo, sei quando se deve criticar, mas estou buscando aqui ajuda, porque é nesse sentido que nós temos que atuar, sermos sinceros, e esse é um momento crucial. Peço ao secretário Maurício, que está fazendo um belo trabalho: seja mais sucinto, mais direto e objetivo, não fique fazendo volta. Está fazendo um trabalho bom, e nessa hora nós precisamos cuidar. Todos os vereadores aqui, nós estamos preocupados, diretor Maurício, com a questão do Humaitá e Sarandi agora. Já foi o Menino Deus, já foi a Cidade Baixa, o Centro; a limpeza, já falaram aí. Agora começam outros problemas, que vocês já falaram aqui, é verdade, problemas que nós, vereadores, vamos enfrentar também. Se nós ajudávamos de um jeito, agora vamos ter que ajudar de outro, é outra circunstância. Agora vem a fome, em seguida, já está chegando, é a questão da habitação, moradia. Então nós temos que andar rápido, porque a população cada vez cobra mais de todos nós. Ninguém vai escapar, não há político que escape, nem prefeito, nem vereador, todos estão nessa barca. Portanto, nós queremos ajudar nesse sentido. E que os projetos sejam urgentes para a Câmara, mas sejam avisados para os vereadores, meu

secretário, não para a imprensa. Primeiro informar os vereadores, para que nós possamos ajudar. Um abraço a todos, parabéns pelo que estão fazendo agora, embora a gente possa reivindicar e questionar, faz parte da nossa prerrogativa. Obrigado a todos, um abraço.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Boa tarde a todos, Presidente Mauro, secretários que estão conosco, senhores vereadores que nos assistem. Bom, eu tenho que deixar registrada aqui a questão também do Humaitá e 4º Distrito, que tem sido uma pressão muito grande de cobrança nossa com relação a isso, e só tem se falado muito no Sarandi. E a dificuldade dos cadastros das pessoas que estão nos alojamentos, para que elas possam fazer os cadastros, e está tendo uma burocracia exagerada. O correto teria sido, na minha opinião, como a Prefeitura já tinha os cadastros, que fosse até os abrigos e já antecipasse esses cadastros, fizesse um *link*. O pessoal tem perdido muito tempo, muita reclamação. Aliás, eu tenho que deixar registrada aqui a dificuldade que a gente está tendo em receber as informações. Seria muito interessante que a gente tivesse, no grupo dos vereadores, as informações de todos os canais em que podemos buscar respostas para a gente não ficar pipocando, correndo que nem um desesperado para tentar buscar informações que são importantes. Essas informações teriam que vir para os vereadores, que são aqueles que representam a população, foram eleitos para dar satisfação, e a gente tem que estar sempre correndo atrás, que nem um desesperado, de tudo que é informação, informações que são, muitas vezes, bem simples para dar.

Outra coisa que é importante entender, na minha ótica: as informações do governo municipal teriam que chegar primeiro para os vereadores, não para a imprensa. Eu estou muito chateado com isso, porque a gente fica falando, fica ouvindo, e a gente não recebe as informações que os vereadores teriam que receber para repassar.

Outra questão, que seria uma pergunta: desde ontem, tenho sido indagado por alguns abrigos que têm recebido uma informação e eu não estou conseguindo com o governo do Estado essa informação, de que os Bombeiros têm mandado uma solicitação de fazer, inclusive, um PPCI provisório, de 90 dias, para esses locais que estão abrigando pessoas, que são igrejas e outros locais. Ora, esses locais estão ajudando o poder público, estão servindo provisoriamente como um braço estendido do poder público, e agora vem essa informação. Inclusive eu quero ler aqui um dos parágrafos desse documento que chegou em minhas mãos, e eu não consigo resposta do governo do Estado: “É de responsabilidade do responsável pelas edificações e áreas que abrigarem serviços de apoio às vítimas do evento climático que assolou o estado do RS e aqueles afetos aos serviços públicos prestar as informações exatas e verdadeiras no Auto de Declaração e, sob orientação do responsável técnico, proporcionar as condições mínimas de segurança e mitigação de riscos aos ocupantes do local.”

Ora, o pessoal está procurando ajudar, são voluntários que estão lá sem ganhar nada, cansados, não cobrando aluguel do governo, de ninguém, e agora vem os Bombeiros pedir esse documento, para que seja feito esse PPCI provisório. Eu considero, da minha parte, um desrespeito com aquelas pessoas que estão abrindo seus locais para abrigar essas pessoas, para atender as pessoas como voluntários. Então, eu, como vereador de Porto Alegre, tentei ir atrás dessa informação para entender do que se trata esse Auto de Declaração, se seria uma espécie de PPCI provisório ou algo do tipo. Segundo, para questionar essa tal exigência que seria um tanto descabida num momento tão difícil, a maior tragédia climática que nós vivemos na história do nosso Estado. Então passo aqui essa minha ponderação sobre essa informação e esses abrigos que estão sendo questionados sobre isso. Literalmente, vão acabar fechando esses locais. Não ganham nada, tem um grupo de pessoas voluntárias lá que também não ganham nada, não querem nada, estão ajudando, mas também não pode ter uma pressão desse tipo. Deixo isso como um questionamento, e os outros questionamentos que eu acabei fazendo. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Presidente Mauro, demais colegas, secretários, a minha natureza é muito espontânea e objetiva. Eu vou dizer aqui para vocês que eu já tentei, de várias formas, saber informações do governo, é muito difícil. É mais fácil falar com o chefe da Casa Civil do Rio Grande do Sul e com o governador Eduardo Leite do que obter informações do nosso governo. A última vez, inclusive, que eu tentei saber de uma informação que eu ajudei a construir, eu recebi a seguinte informação: “Não podemos falar porque o prefeito vai dar uma coletiva e não podem sair informações antes da coletiva”. Então eu quero dizer para vocês aqui, como jornalista e como vereadora, isso é um absurdo, porque a gente anda na rua, nós somos os maiores cabos eleitorais do prefeito, e no momento em que eu sei das informações, eu posso multiplicar e ajudar o governo, assim como também posso buscar apoios. Aliás, tudo que eu tenho feito até agora – eu não peguei uma cesta básica, nem um material do governo –, eu tenho feito através de amigos empresários. Então isso é muito desagradável. A política é feita de entusiasmo por causas e pessoas, e isso acaba desestimulando.

E outra coisa que eu sou completamente contra, com todo respeito, Cassio, que eu tenho por ti, foste meu colega, mas o que rola, o que circula em todos os ambientes, é que tem uma preferência muito grande por pessoas do teu partido que são candidatos a vereador, que estão circulando e sendo beneficiados pelo governo. Isso me incomoda porque eu acho que tem que ser para todos igualmente. Eu queria registrar essas posições, passo a palavra.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Presidente Mauro, só um parêntese. Posso me inscrever como liderança - como é que está a ordem, tem muitos líderes ainda?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Temos inscritos os vereadores Márcio, Jonas; depois voltamos, se nenhum vereador se inscrever...

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Mas aí que está, temos um problema, daqui a pouco chega um outro vereador e se inscreve como liderança, não pode, não precisa atender o Regimento num problema desses.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Primeiramente quero fazer uma saudação ao Presidente Mauro Pinheiro, cumprimentá-lo pelo efetivo esforço na retomada dos trabalhos do Legislativo; também quero aqui cumprimentar o governo nome do secretário Cezar Schirmer, secretário Cassio; em meu nome, falo em liderança do meu partido, eu e o Ver. João Bosco Vaz, quero cumprimentar todos aqueles que, de uma forma ou de outra, tem feito um esforço no enfrentamento à calamidade. Perdemos! Muitas pessoas perderam muito, algumas perderam tudo, outras perderam a vida, secretário Schirmer. Eu mesmo tinha uma pessoa muito próxima a nós aqui, que fazia hemodiálise duas vezes por semana, foi fazer hemodiálise no sábado e não conseguiu fazer hemodiálise; na segunda-feira nós enterramos essa pessoa. Então, a dimensão do problema vai muito além, digamos assim, daquilo que a gente enxerga. E aquilo que a gente enxerga é uma tragédia inimaginável. Então, toda a minha solidariedade e o meu agradecimento também aqui a todos os voluntários, em nome do nosso partido. Todo o Brasil acabou se envolvendo; hoje ainda recebemos uma carreta com 14 toneladas de doações, aqui junto ao Conselho Regional dos Corretores de Imóveis, nosso mandato tem uma parcela importante classista, então também o meu agradecimento, mas a gente percebeu naquela reunião com o prefeito Melo, numa das falas ali, que dos mil barcos, vamos dizer, 950 barcos eram de voluntários. Então, acho que aqui cabe também um reconhecimento a todos esses que de uma forma ou de outra

contribuíram nesse momento tão difícil que enfrenta o Rio Grande do Sul, em especial a capital dos gaúchos aqui, que é a parte que nos compete. Eu queria, de maneira bem objetiva, secretário Schirmer, solicitar alguns esclarecimentos sobre encaminhamentos, o que efetivamente vai poder ser feito, se tem algum planejamento, algum quantitativo sobre alguns pontos que entendemos relevantes aqui. O primeiro deles é com relação ao IPTU das pessoas atingidas, aqueles que perderam tudo, se nós vamos ter alguma forma de remissão, de isenção para o ano que vem, enfim, alguma coisa no que diz respeito ao imposto predial municipal, que aí cabe ao Município, se nós vamos ter como fazer algum movimento para os principais bairros atingidos. Depois, num segundo momento, sei que já tem três projetos tramitando aí para serem aprovados em medida de urgência, eu acredito que mais tardar na semana que vem vamos estar aprovando, se não for na segunda, o mais tardar na quarta-feira, que diz respeito aos auxílios, mas com relação também ao aluguel social. Amanhã vou ter uma reunião com o presidente da Caixa Econômica Federal também, porque essa pauta do aluguel social é algo muito relevante aqui também, que diz respeito a um período até as pessoas conseguirem arrumar as suas casas, para poderem retornar aos seus lares, e seria importante que nós pudéssemos ter alguma estratégia também de oferecer algum tipo de aluguel social - vi que a Simone Somensi estava aí também na reunião. Então, ver, de alguma maneira, o que a Prefeitura tem a relatar aos vereadores com relação ao aluguel social. Sem dúvida nenhuma, a questão do Humaitá e Farrapos é uma pauta que bate no telefone do vereador a toda hora, aqui todos os vereadores têm relação com esses bairros, muitos já se manifestaram, mas tem alguma bomba flutuante, secretário, tem algo mais urgente, tem alguma solução, porque a água está ali, e as pessoas nos cobram, até com manifestações legítimas de pessoas na rua, pedindo um socorro. Então, na medida do possível, algo que possa ser feito? Também, claro que tudo é emergente, tudo é urgente, tudo é para ontem neste momento, mas ali é onde nós temos pessoas atingidas, já que a água está baixando em outras localidades - o que pode ser feito para aquilo ali? Com relação aos servidores públicos, recebi também o telefonema da Rita, recebi

vários telefonemas, do pessoal da Guarda, muitos perderam tudo, com água até o telhado da casa. O que eu queria perguntar, assim, secretário: é possível, com relação aos consignados, a Prefeitura abrir mão daqueles 2% que ela cobra ali, de todo o sistema financeiro que faz empréstimos para os servidores, pelo menos nesse período, ou algum outro gesto com relação aos consignados, no que diz respeito às empresas do sistema financeiro que se credenciaram e que emprestam dinheiro para os servidores públicos. Está todo mundo com água no pescoço, secretário. E quem não foi atingido, tem algum familiar atingido, tem alguém que vai precisar de um rancho, um colchão, um material de limpeza, do material de higiene, de um cobertor. Não tem, nessa hora, quem não esteja metendo a mão no bolso para tirar algum auxílio para os mais necessitados. Então, ver de que maneira podemos auxiliar os servidores do Município, em especial, a gente sabe que muitos servidores estão com a corda no pescoço com relação aos empréstimos consignados. Então, o que a gente pode fazer com relação a esta pauta? Ou uma linha de crédito especial; vi que o Governo Federal - conversei com o Ver. Adeli nessa semana – está pensando numa espécie de um Pronampe, e eu pergunto também, além é claro do aluguel social, se nós vamos ter alguma situação envolvendo comércio, indústria, serviço; nós vamos ter condições de estender a mão, talvez, como a gente fez na última catástrofe há três, seis meses, era em torno de R\$ 3 mil. Os taxistas que tiveram a água até o teto do seu táxi, vamos ter como auxiliar de novo, os taxistas? Tem um planejamento sobre a recuperação, hospitais, postos de saúde, as escolinhas municipais, as conveniadas. Nós temos algum planejamento estratégico para ajudar essas pessoas a reerguer os seus estabelecimentos para que a gente possa atender as nossas crianças que ficaram um período grande sem aula? A gente sabe que às vezes é na escola que está a principal refeição do dia das nossas crianças, em muitos bairros das comunidades carentes, bem como nos bairros atingidos também. Então, sei que o tempo é curto, agradeço ao Ver. João Bosco; em nome do nosso partido, resumidamente, tentei dar aqui a minha contribuição sobre alguns pontos que entendo relevantes, que acho oportuno e importante colocarmos na agenda de recuperação do nosso Município. Tenho

certeza de que encontraremos força para que juntos possamos reerguer Porto Alegre; pela atenção, muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Presidente; cumprimentando Vossa Excelência, cumprimento os colegas; cumprimentando o secretário Cezar Schirmer, cumprimento todos os membros do governo presentes nessa reunião, que estão aqui para nos ouvir. A questão central que eu trago é para o diretor Maurício, do DMAE. Diretor Maurício, por que hoje o DMAE tem ainda R\$ 430 milhões investidos no capital financeiro e isso não foi implementado na cidade no sistema de prevenção de cheias? Segunda pergunta para vossa senhoria é por que, até agora, não foi apresentado um debate sobre como é que vão ser fechadas essas comportas que tem no muro e que não precisam mais serem abertas? Comportas da época que tinha porto, que funcionava, que entrava e saía caminhão toda hora, e não tem mais isso! Então, quero saber quais as comportas que vocês vão fechar definitivamente, porque eu vi que teve problemas nas comportas. Outra questão: quais são os técnicos de saneamento, de drenagem, que estão destacados para fazer o estudo? Já estão fazendo o estudo, eles estão destacados? O processo SEI, aquele que estava arquivado, que foi para mídia, que os jornais publicaram, o jornalista Lennon deu publicidade a ele, este processo, qual o despacho que o senhor deu nesta semana a esse processo? Qual é a sua decisão sobre esse processo? Falava-se das casas de bombas 17, 18, falava de comporta, o que o senhor fez até agora? Outra questão: vocês têm que ser melhores na comunicação do DMAE, vocês falam depois que o jornal noticia, não dá! A gente fica sabendo das coisas que estão acontecendo na cidade e não é pelo DMAE, é pela Gaúcha. É um absurdo isso; nós estamos sabendo pela RBS o que está acontecendo, a gente sabe pelo cidadão que manda foto do que está acontecendo na sua rua. Está acontecendo agora alagamento na zona do Menino Deus, Praia de Belas, até

agora não desalagou. As pessoas não sabem o que está acontecendo; vocês têm que ir lá, mandar um assessor comunitário. Cadê os CCs, tem tanto CC dentro do DMAE, nomeados pelos partidos políticos, por que eles não estão nesses bairros alagados, conversando com as pessoas? Por que tem CCs espalhados nos locais da Defesa Civil entregando rancho, entregando pacote, mas não estão orientando a população? Sobre a leptospirose, por exemplo, quem são os agentes – está faltando o secretário da Saúde aqui – da saúde que estão responsáveis por orientar, nos bairros, as pessoas, sobre o contato com a água, com a leptospirose? Não adianta depois a gente ficar pedindo vacina. Vocês têm que ter uma orientação de comunicação direta com a população nos bairros - esses mil CCs que vocês têm, eles têm que estar nas comunidades, orientando, porque hoje comunicação não é só WhatsApp, comunicação não é só dar entrevista na Gaúcha, botar jaleco, esse jaleco laranja que adoram colocar e irem para rádio falar que o dique não estourou, o dique rompeu, o dique extravasou. E aí, quando a gente vai lá no Sarandi, vê o dique rompido. Então, assim, desde o início vocês não dão as informações precisas para a população. Tem que parar esse negócio aí, sinceramente, secretário Cezar Schirmer, eu lhe respeito enormemente, o senhor foi ex-prefeito de Santa Maria, o senhor vir aqui evocar a Constituição para dizer que agora a Constituição, a União é responsável? Então, por que que o Município não fez as coisas que deveria em várias áreas, por exemplo, educação? Deve R\$ 1 bilhão da Receita municipal que vocês não implementaram os 25% - isso é Constituição. Então, em uma hora a Constituição serve, em outra hora a Constituição não serve! Reitero aqui uma pergunta que tenho feito há muito tempo nessa cidade: qual é o programa de discussão com a população no orçamento participativo? A população teve o direito de discutir onde ela queria botar o dinheiro? Não teve. Vocês foram lá e botaram asfalto em tudo que é lugar, decidiram. Esse secretário aí, que o Cassiá até falou, que anda para cima e para baixo, aquele mesmo que estava se atirando no chão, pulando no asfalto, dando pirueta; agora, ele está lá num barquinho, correndo e dizendo que a água está baixando, a água está subindo, a água está baixando, mas ele, quando foi secretário lá, o dinheiro foi todo em

asfalto, não foi em saneamento, não foi em discussão, não foi em orientação. Então, assim, a prioridade do orçamento municipal... Vocês têm que parar de ficar só pedindo dinheiro para União, dinheiro para o governador, vocês têm que pegar e inverter as prioridades do orçamento municipal deste ano, o dinheiro que era só para asfalto vocês têm que botar em drenagem, em saneamento, vocês têm que implementar agora. Se não foi feito, tudo bem, não fizeram, uma decisão política, mas daqui para frente vocês têm que mudar, vocês têm que pegar e dizer: a prioridade agora, gente, vai ser saneamento; a prioridade agora é um auxílio real de aluguel para essas pessoas que estão sem moradia. Para completar, Presidente, a prioridade agora é o bônus-moradia, aumentar, vocês têm que equiparar o bônus-moradia com o bônus-moradia da União, e não só ficar pegando dinheiro federal. E outra coisa: na assistência, para concluir, essa quantidade de pessoas que tem na assistência não dá conta da demanda real, gente. A Zona Norte está quase toda alagada, a orla do Guaíba, e vocês estão com a mesma quantidade de atendentes nos CRAS, nos CREAS, na Secretaria de Assistência. Já chega aquele cara que se foi para Munique, sei lá para onde, para Berlim tomar cerveja e abandonou a cidade depois daquele fatídico incêndio que aconteceu. Então, assim, pelo menos vocês façam emergencialmente, peguem as instituições conveniadas que temos, que aumente o contrato e botem mais pessoas para trabalhar, ou botem os CCs fazer atendimento na assistência, mas não as pessoas idosas, pessoas acamadas, as pessoas tendo que ir lá, não consegue o seu cadastro para pegar o dinheiro, do Estado, R\$ 2,5 mil já liberou, e a União, R\$ 5,1 mil.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra. Na sequência, os vereadores Alex Fraga, Aldacir Oliboni, Ferronato, Eng^o Comassetto, Claudio Janta, Lourdes Sprenger, Roberto Robaina e Giovani Culau e Coletivo.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Há tempo ainda para me inscrever, Presidente?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O senhor fica como 11º; se algum não falar, o senhor pode falar.

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Boa tarde a todos; primeiro obrigada pela oportunidade, pelo Executivo estar aqui comparecendo e tirando nossas dúvidas. Eu gostaria de aproveitar essa fatídica sessão para reforçar que a Prefeitura de Porto Alegre, quando passou de uma gestão para outra, deixou um contrato assinado com a Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 2 bilhões para fazer o sistema de drenagem da nossa capital, para fazer um estudo do sistema de drenagem, e sobre as casas de bombas, que já era histórico, inclusive a gestão anterior sabia, tinha esse alerta. Esse estudo - e por que eu falo desse estudo? Porque eu já pedi três vezes para o Executivo, e aqui eu tenho o secretário Schirmer, que sabe que por lei, eu, como vereadora, pedindo já três vezes - e reiteramos -, eu poderia até pedir um *impeachment* do prefeito, porque esse estudo, da mesma maneira que foram feitos mais dois estudos sobre o sistema de saneamento de Porto Alegre, já foi solicitado pelo meu gabinete, mas eu nunca tive acesso. Então, não é sobre politizar, é sobre dar transparência a um item público que estava na história de Porto Alegre, era um edital que o gestor anterior tinha deixado público, e a gestão atual enterrou, arquivou, e nenhum vereador tem acesso.

Eu acho isso preocupante, e preocupante também porque um dos estudos que foi feito, do DMAE, foi feito pelo advogado, que era advogado na CPI, o advogado com quem tivemos todos os problemas, que era o Poli. Então, nós temos uma dificuldade de ter a transparência devida e a gente conseguir debater esse assunto, porque se nós tínhamos R\$ 2 bilhões previstos, por que em três anos e meio não foram investidos? Por que esse estudo não foi para frente, por que a gente não tem base, nós como vereadores, de debatermos esse assunto? Eu reforço aqui que nós temos essas informações sendo omitidas; tivemos um orçamento ano passado, depois das enchentes, no qual eu era relatora. Eu sempre tive uma grande interlocução, junto com secretário Cezar

Schirmer, respeito o teu trabalho e tudo mais, mas a gente tinha um sistema contra enchentes que estava orçado em R\$ 4 mil, isso para uma capital que já tinha alagado duas vezes em 2023. Era R\$ 4 mil; na emenda eu tentei investir para Porto Alegre, através de outros que assinaram a emenda, outros vereadores, que foi construída, R\$ 300 mil. Não era muito, era o valor que o secretário da Fazenda usou para fazer um curso de *coach*, com seu time. É triste, mas são escolhas de gestão. Depois, tínhamos investimento para conseguir arrumar, a Defesa Civil, para que conseguisse nos alertar e fazer o trabalho da Defesa Civil, e a emenda era de R\$ 1 milhão. Vereadores, nós temos uma capital que tem um orçamento de R\$ 11 bilhões. Então, são escolhas de gestão; são escolhas, todos os dias, de gestão, e isso preocupa, preocupa a celeridade que a gestão está dando atualmente para a solução do aluguel social. É um grande desafio. Se a gente votou em dois dias, agora já faz mais de 12 dias que nós não temos uma solução. E nós temos governo federal vindo, anunciando; a gente tem o governo estadual que já entregou cartão com dinheiro na mão da população. O governo do Eduardo Leite, que nós podemos reclamar, e tem gente que é base, tem gente que não é, entregou cartão com R\$ 2 mil, e o que fez a Prefeitura, que é muito mais fácil de gerir que um governo do Estado? Nada ainda; a gente ainda não conseguiu aprovar um projeto de lei aqui na Câmara; a gente não consegue dar resposta para o nosso eleitor. E nós estaremos em xeque daqui a quatro meses sobre o que fizeram os vereadores, eles estavam lá, foi célere a Prefeitura? Esse é o desafio que nós temos. Então nós temos respostas que deveriam ser agilizadas devido ao problema e à dificuldade. E aqui eu termino para colocar, até para o secretário, para o presidente, Maurício Loss, e eu sei que ele assumiu a secretaria depois de um gestor anterior, mas o processo tramitou no DMAE em 2022; depois, tramitou em 2023, o processo que foi denunciado pelo deputado, depois foi pela imprensa; então, nós tínhamos tempo, de 2022. Vimos que a Prefeitura, quando ela quer ser célere, comprou livros do Jailson, numa soma de R\$ 50 milhões em questão de semanas. Quando a Prefeitura quer ser célere, ela é. Então, a gente sabe que não foi prioridade. E o que nós precisamos agora é que a Prefeitura mostre o que é

prioridade e dê a celeridade necessária. A gente entende que o time que aí está, que está segurando a onda, a gente sabe que têm secretários que estão deslocados das suas funções, que estão assumindo um protagonismo, a gente tem a presidente Letícia Batistela assumindo protagonismo, já que a gente não tem um secretário, um presidente, nenhum secretário assumindo o protagonismo dos abrigos, mas nós precisamos porque eu reforço: essa Prefeitura vai estar em xeque daqui a quatro meses, nas urnas, da mesma maneira que os vereadores. O vereador que pede voto no Humaitá, como ele vai pedir voto no Humaitá, uma vez que o Humaitá está inundado? Então, acho que é importante essa celeridade, e principalmente a transparência de quando vai ser resolvido e quando as pessoas vão ter as suas vidas normalizadas diante desse caos. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde Presidente Mauro Pinheiro, colegas vereadores e vereadoras, secretários e demais representantes do Executivo nessa nossa sessão. Vou tentar ser bastante sucinto; existem vários apontamentos necessários a fazer no momento, mas separei a minha fala em dois momentos: primeiramente, vou reforçar algumas preocupações que tenho, somando-me à preocupação da Ver.^a Biga, em relação ao desmonte dos abrigos. Nós precisamos ter clareza de para onde serão direcionadas essas pessoas. Gostaria também de salientar a fala do Ver. Cassiá com relação à falta de clareza na distribuição dos materiais, principalmente cestas básicas. Algumas pessoas que já são declaradas pré-candidatas a vereador estão fazendo a distribuição de cestas básicas em nome da Prefeitura, e isso incorre em crime eleitoral. É importante que o Executivo se atente a este fato. Segundo, tenho muita preocupação quando eu vi imagens das equipes da Prefeitura derrubando um dos muros, um dos portões da Av. Mauá, justamente para a água fluir do Centro de Porto Alegre em direção ao Guaíba. A cota de inundação foi

ultrapassada; vai demorar muito tempo para que o Guaíba retorne ao seu curso normal. Se nós mantivéssemos essas portas fechadas, com um sistema efetivo de bombas móveis, como por exemplo bombas flutuantes, nós poderíamos elevar o nível do Guaíba até os 6 metros, para o qual ele foi dimensionado, aumentando a vazão de águas, secando o Centro de Porto Alegre o mais rapidamente possível. Isso não é mais possível, não é mais possibilitado porque o portão foi arrancado, ele não foi simplesmente deslocado, movimentado, ele foi arrancado. E não há possibilidade de colocar ele de novo no lugar. Então, acho que isso foi muito precipitado, não foi inteligente por parte do Executivo, pode demorar muito mais tempo para fazer o desalagamento da região central da nossa cidade.

Eu tenho quatro sugestões, vou tentar ser rápido nas colocações. Os secretários informaram que vão montar 20 equipes operativas para cuidar da limpeza da nossa cidade. Eu peço que sejam priorizados os espaços escolares, porque, com o retorno das aulas, nós precisamos ter a segurança de que as nossas crianças vão chegar em condições salubres nos seus espaços escolares, principalmente nas regiões que já foram desinundadas, que já foram desalagadas, mas em que as escolas ainda não tiveram atenção da limpeza e desinfecção. Portanto, temos aí um iminente risco à saúde das crianças e dos adolescentes. Eu peço prioridade da Prefeitura para fazer, em primeiro momento, a higienização dos espaços escolares. Sugiro também que as equipes de capina que estão trabalhando em Porto Alegre, lá na Zona Sul – eu passei nessa semana por duas equipes grandes de capina –, sejam direcionadas para essa força de trabalho para a limpeza. Não é momento de cortar a grama, agora é momento de limpar a cidade para a gente ter a possibilidade de, o mais rapidamente possível, retornar às nossas vidas, à dinâmica da nossa cidade. Então capina não é prioridade. Vamos botar essas equipes para fazer o trabalho de limpeza, de remoção de resíduos, de entulhos, e tocar a nossa cidade o mais rapidamente possível para os eixos.

Minha terceira sugestão é: o secretário Schirmer falou que a Prefeitura está analisando a possibilidade de postergar a cobrança de tributos municipais. Eu

sugiro que, principalmente para as empresas, para as micro e pequenas empresas que foram afetadas nos bairros de Porto Alegre como Sarandi, Humaitá, toda a região do 4º Distrito, região central, Menino Deus, Cidade Baixa e o Extremo-Sul da cidade, que se faça a isenção das dívidas, não apenas a postergação. Isso pode se transformar em uma armadilha para o pequeno, para o microempresário, justamente por conta da incapacidade de custear a folha de pagamento, pagar insumos, pagar maquinário, móveis novos e mais uma bola de neve que pode ir se somando, inviabilizando esses negócios. Então, para que isso não se transforme em uma queda de braço com emendas a projetos que vierem do Executivo, eu sugiro que o Executivo mande um projeto adequado para a Câmara, perdendo as dívidas das micro e pequenas empresas, para que nós não tenhamos uma queda de braço aqui no plenário da Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

E o meu quarto apontamento, minha quarta sugestão, para encerrar, Presidente Mauro Pinheiro: não basta a Prefeitura pedir para que a Equatorial religue os sistemas de transmissão de energia nos bairros afetados, é necessário que a interlocução entre o Executivo e essa empresa privada se dê no seguinte... É necessário que, em regiões alagadas, as redes de transmissão sejam isoladas, sejam rompidas, para que haja a possibilidade do restabelecimento das áreas dos bairros que já estão secas. No Centro de Porto Alegre, existem ruas que estão há 20 dias sem energia, e nem sequer uma gota se acumulou nas calçadas e no piso. Portanto, é necessário que se faça a ruptura dessas redes, mantendo os locais que ainda estão inundados sem energização para garantir segurança no local e restabelecendo a ligação de energia elétrica e o fornecimento de energia para as regiões que já estão secas. As pessoas precisam limpar as suas casas, reorganizar as suas vidas o mais rapidamente possível. Agradeço a atenção e a oportunidade de me manifestar. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Boa tarde a todos, ao nosso Presidente da Câmara de Vereadores, aos colegas vereadores, ao secretário Cezar Schirmer e aos demais secretários. Eu estou ouvindo aqui o depoimento de cada vereador. O dia de hoje inteiro eu estou passando nos nossos abrigos, visitando, falando com os coordenadores, mas eu quero fazer só uma breve colocação. Nós precisamos lembrar que nós estamos em uma situação de calamidade pública. Sendo uma calamidade pública, as coisas não seguem o fluxo normal, e a gente não tem a informação de tudo. Então, nesse sentido, eu quero parabenizar o trabalho que a Prefeitura está fazendo; prefeito, secretários, eu vejo que eles estão se debruçando ao máximo. E eu concordo com os meus colegas vereadores que a gente precisa ter informação. Nós precisamos disso, com certeza, mas, no meio de uma calamidade pública, tu tens que fazer escolhas, ou tu conversas com os vereadores ou tu resolves. Então eu acho que a Prefeitura está fazendo tudo o que pode fazer. E o que eu quero pedir para todos também, neste momento, é que tenham empatia, essa é a palavra-chave; a gente tentar se colocar no lugar do prefeito, tentar se colocar no lugar dos secretários. Não deve estar sendo fácil, não está sendo fácil para ninguém. É óbvio que nós, como políticos, como vereadores, somos cobrados também por informações, enfim; se a Prefeitura puder nos ajudar nesse sentido, através de outros canais, assessoria, se puder ajudar de alguma forma, ótimo. Mas eu quero só lembrar isto: em uma situação de calamidade pública o fluxo de comunicação é difícil mesmo, e temos que ter empatia, porque eu tenho certeza de que todos nós estamos querendo reconstruir a nossa cidade. Era isso, obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Obrigado, Presidente Mauro. Só reforçar aqui o questionamento que eu fiz no início ao diretor Maurício Loss. Eu tenho tentado ligar, inclusive, para o diretor Maurício Loss. Imagino a correria

que está, seu telefone, seu WhatsApp. Mas todos nós também estamos com bastante correria e buscamos ter um tempo, pelo menos, para poder responder àquelas ligações e àquelas mensagens que são importantes e de interesse público da cidade. Eu gostaria, Maurício, que tu pudesses responder de forma muito objetiva a alguns questionamentos. Eu vou reforçar aqui o primeiro ponto: na imprensa, foi noticiado que as bombas da Sabesp não podem ser colocadas dentro da Vila Farrapos e do Humaitá porque não haveria possibilidade técnica – e compreendo isso – de as mangueiras poderem transpor o dique. Porém, na comporta 14, inicialmente, foi considerada essa possibilidade; e, de alguma forma, ali na comporta 14, as bombas da Sabesp poderiam contribuir nesse processo também de esvaziamento da região ali do entorno da ponte do Guaíba, e isso acabaria contribuindo também para as águas poderem extravasar, tanto pela CB 5 quanto também por aquela região ali com esse tipo de equipamento. Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta é com relação às comportas, muito especialmente à comporta localizada na esquina da Av. São Pedro com a Rua Voluntários da Pátria – ali nós temos uma lâmina de água de cerca de 60 centímetros na parte interna da cidade. Quem passa por ali acaba questionando por que aquela comporta não foi aberta ainda, já que do outro lado a lâmina é praticamente nula. Não teria mais a presença de água naquele ponto, podendo a água extravasar, contribuindo para o esvaziamento naquele entorno da Av. Polônia, Av. São Pedro, Rua Almirante Tamandaré e Rua Álvaro Chaves. Então essa é a segunda pergunta.

A terceira pergunta é: qual é a previsão real, qual é a previsão que o DMAE tem com relação ao ligamento das CBs 2 e 3? Que vocês pudessem nos informar. A CB 4, por exemplo, está operando com duas bombas, com dois equipamentos do total de quatro; de qualquer forma está ali em funcionamento, e, visivelmente, a água já consegue escoar, já está entrando no poço da casa de bombas. Mas a gente tem sido muito questionado com relação às casas de bombas 2 e 3. Só para entender qual é o trabalho que está sendo feito e qual é a previsão real que vocês têm para que nós possamos também, junto a vocês, comunicar a

sociedade. São essas três perguntas, de forma muito objetiva, que eu gostaria da resposta também de forma muito objetiva e técnica de vocês. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente Mauro Pinheiro, os colegas vereadores e vereadoras, os secretários aqui presentes na liderança, o secretário Schirmer, os cidadãos e as cidadãs que podem estar nos acompanhando. Realmente, é uma situação muito delicada, gravíssima, única, e não tem como nós não nos solidarizarmos com os cidadãos que estão na espera de ações concretas dos poderes municipal, estadual e federal para amenizar um pouco o seu sofrimento. Neste momento, tem que haver a compreensão, nós temos que nos colocar no lugar do cidadão, do cidadão que está albergado, do cidadão que está fora de casa, do cidadão que está aguardando um recurso para poder voltar e limpar a sua casa ou comprar os seus eletrodomésticos, do cidadão que espera uma sinalização do poder público. E aí nós podíamos levantar várias questões, a primeira é a transparência. A transparência tanto na distribuição de mantimentos para os albergues como também nesse processo de cadastramento de entidades ou de cidadãos que estão acolhidos. São centenas de famílias; segundo informações, são mais de 60 mil pessoas. De que forma vão ser cadastrados para receber esse recurso ou esse benefício? Várias esferas de governo estão tratando disso. A segunda é que se crie, secretário, um processo de comunicação transparente, em que, Schirmer, diariamente, pode se comunicar ao grupo de vereadores – parece que V. Exa. ainda está no grupo – as ações do governo. Nós teremos, é claro, que debatê-las a cada sessão que acontecer, mas as ações de governo são divulgadas para a imprensa e, como disseram aqui muitos colegas vereadores, às vezes, somos os últimos a saber. Vou dar um exemplo: vamos supor que uma das bombas seja colocada amanhã lá no Humaitá, a gente não sabe. Nós temos, inclusive, vídeos aqui – no final da minha fala, quero colocar um deles – sobre

um processo de indignação dessa comunidade, como do Sarandi, de falta de agilidade na colocação dessas bombas. Nós estamos em um processo com demora e sem retorno, sem explicação para toda a sociedade com relação à questão dos trinta e poucos postos de saúde fechados, que devem ser recuperados imediatamente, a que devem retornar ou não os servidores. Em que momento e qual é a operação que o governo fará nesse processo, considerando que se avizinha o inverno e nós precisamos ampliar o número de servidores, nem que seja para um período de contratação. Olha o que fez o GHC; inclusive, conseguiu autorização esta semana de 840 servidores. Por que o Município não faz uma operação também diferenciada para poder atender futuros casos que virão logo em seguida?

Nós sabemos que, para poder ter influência junto à CEEE Equatorial, é preciso que o governo municipal adote um sistema de socorro pedindo a eles a isenção das contas da CEEE. O governo municipal anunciou essa questão do DMAE, das contas de água. Nós precisamos que o projeto chegue para aprovar essa questão da isenção do IPTU, mas como a CEEE, vamos dizer assim, hoje privatizada, tem uma interferência junto ao governo do Estado, é preciso que o gestor municipal fale sobre os seus municípios. Nós temos aí três projetos protocolados do governo municipal. E aí eu faço um apelo, Schirmer, Cassio, olhem só: num dos projetos, vocês fazem uma repercussão financeira para atender 5 mil famílias... Só albergadas já são 15 mil pessoas, entendem? Nós temos que atender mais pessoas. Tem que fazer uma mensagem retificativa mudando a repercussão financeira para deixar em aberto. Nem nós sabemos, nem os senhores sabem quantas famílias os senhores têm que atender; não são só 5 mil, qualquer leigo sabe que vão ser mais de 10 mil, mais de 15 mil, mais de 20 mil. Então esses R\$ 1 mil que ora vão ser direcionados às famílias mensalmente, até 12 meses, não são só 5 mil, será muito mais, então tem que deixar em aberto a questão da repercussão financeira ou melhorar essa situação no projeto de lei.

Com relação ao outro projeto de lei, enfim, parece que estaria sendo protocolado hoje ou amanhã, que fala sobre as áreas que ora vão ser consideradas como

atingidas por esta catástrofe, tem que ter todas. Hoje, por exemplo, eu estive sendo chamado por uma das comunidades, que é o Jardim Floresta, e a comunidade do Jardim Floresta nos fez um apelo, porque a Av. Polar, a Rua Avaré e a Rua Realengo não estavam incluídas no processo. Tive contato com o prefeito, o prefeito pediu para uma assessora falar conosco, e parece que foi incluída então essa região que não estava sendo contemplada. Isso pode acontecer com outras regiões, outros vereadores, então esse processo de abrir o diálogo com os vereadores é positivo, ele é positivo.

E aí, para finalizar, quero mostrar um vídeo aqui ao Maurício. Maurício, olha bem, escuta bem esse vídeo.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): A comporta da São Pedro está trancada, a água não sai. Qual é o plano, Maurício, sobre essa questão da abertura e do fechamento das comportas? Quantas bombas vão ser instaladas? Quantas foram instaladas até o momento? Apresente para a Câmara, nem que seja para o grupo dos vereadores, para a sociedade, esse processo de recuperação desse problema tão difícil. Nos somamos para tentar amenizar, com certeza, o sofrimento da população. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Primeiro, meu abraço a todos e a todas. Eu quero saudar os vereadores e vereadoras, saudar os nossos secretários de governo que estão conosco nesta tarde; e dizer que todos nós compreendemos a dimensão do desastre que está acontecendo. Todos nós sabemos das ações que o governo está fazendo – nos três níveis de governo –, e se propondo a fazer. Todas as manifestações aqui trazidas eu acho que são positivas. Mas eu, hoje, vou me deter, mais uma vez, na questão das nossas

bombas flutuantes, porque eu já ouvi diversas manifestações e justificativas, e parece que, a cada vez, surgem mais com relação ao Humaitá e à Vila Farrapos e a outras lá da região. Agora, hoje, surgiu ainda a posição do próprio Maurício, diretor, de que bombas ali não poderiam ser colocadas em razão da nossa *freeway*. E eu ouvi também que nós teríamos três bombas que estariam atendendo a retirada das águas do aeroporto Salgado Filho. Bem ou mal, aeroporto em Porto Alegre, hoje nós temos funcionando a base aérea de Canoas. Bem ou mal, a nossa Fraport teria condições de financiar a contratação de bombas para retirar águas de lá. Digo e repito que isso eu ouvi e não sei se procede, mas, se isso procede, eu acredito que não seja prioridade hoje – essa é a minha visão – a retirada das águas do aeroporto; claro que ela seria importante, mas, em primeiríssimo lugar, vamos atender as pessoas que estão ilhadas fora de suas casas, com suas casas alagadas, e que estão ansiosas no sentido de retorno às suas residências. Portanto, eu acredito, Maurício, que temos, sim, possibilidade de instalar bombas flutuantes; vamos ver de que forma instalamos bombas flutuantes para atender a demanda, que é desesperadora, da região da Farrapos, Navegantes, São João e Humaitá, assim como Sarandi – já temos bombas lá. Mas a minha pedida é que se dê uma atenção especialíssima à região e que se coloquem bombas; pode ser na madrugada, se elas têm que atravessar a *freeway*; pode ser abrindo um canal na *freeway* e depois tapando, provisoriamente, mas que se tenha uma forma de retirada das águas daquela região. Portanto, me somo a todas as proposições que foram trazidas aqui e insisto na ideia de que ali na região Farrapos, Navegantes, Humaitá, São Pedro, *etc.* precisamos, imediatamente, de busca de soluções para a retirada das águas. Abraço, obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Boa tarde, quero cumprimentar cada um, cada uma; cumprimentando o secretário Schirmer, eu cumprimento a equipe

da Prefeitura municipal de Porto Alegre. Eu quero me reportar aqui, neste momento, ao tema primeiro referente à situação do alagamento. E eu quero aqui repetir que o nosso papel é alertar a situação, é falarmos isso com antecedência. No ano passado, em outubro, quando tivemos o episódio do fator ambiental, eu escrevi um documento, falei na tribuna, fiz o alerta. Vou repetir aqui, secretário Schirmer e demais, o que eu escrevi naquela época, como alerta, mas nem bola foi dado pelo Executivo municipal: “A Porto Alegre que já foi símbolo da democracia participativa e serviços públicos eficientes e acessíveis está enfrentando uma transformação preocupante. Hoje, a cidade se tornou símbolo de desconstituição das leis urbanísticas, de exclusão social, negligenciando a população de baixa renda. A privatização da Carris avança (não tinha sido privatizada ainda), sendo entregue ao setor privado. Agora, o alvo é o Departamento Municipal de Água e Esgotos, responsável pelo serviço de água e esgoto, que sempre foi empresa pública de exemplo para o mundo. As mudanças climáticas vieram para ficar, as catástrofes climáticas serão mais intensas e mais frequentes, e a cidade se encontra desamparada de uma política preventiva e de planejamento estratégico para enfrentar as mais de 120 áreas de risco. Os afetados são sempre os mesmos: a periferia, os excluídos, que se tornam também desamparados. Há falta de cuidados com a infraestrutura de prevenção existente. Comportas, casas de bombas, diques não funcionam a contento, fruto do sucateamento e do desmonte do Departamento Municipal de Água e Esgotos para privatizá-lo. Hoje, tem mais de R\$ 400 milhões aplicados. A privatização se estende a parques, transporte, educação, saúde, enquanto falta manutenção e investimento em infraestrutura, o que contribui para agravar a situação. A população afetada por enchentes e falta de planejamento urbano clama por solução. As comunidades atingidas, de norte a sul, como a vila Beira do Rio, o 4º Distrito, Ipanema, Guarujá, Lami, entre outras, onde os moradores enfrentam a falta de política preventiva da Prefeitura quanto à crise climática. A solidariedade e os apoios emergenciais federais e estaduais são bem-vindos, mas a cidade precisa investir em infraestrutura, equipamentos e previsão climática para enfrentar as emergências de forma mais eficaz. Este é o papel da

gestão pública municipal. O apelo é por representantes comprometidos com a vida da população articulando pautas ambientais com políticas habitacionais. Há necessidade de um Plano Diretor que contemple as transformações climáticas e a cooperação entre a comunidade e o poder público com controle social, isso se destaca como requisito para superar os desafios que Porto Alegre enfrenta”. Isso foi quando eu usei a tribuna em outubro do ano passado. Esse documento, tornei público nos veículos de comunicação. Bom, há poucos dias, quando veio a catástrofe, cada um ajudou e ajuda como pode. Eu me reuni com o conjunto dos engenheiros, fizemos um documento, ligamos para o Melo, a Ver.^a Mônica foi junto, entregamos o documento ao prefeito, fazendo um conjunto de sugestões. Dessas sugestões, a mais eficiente delas está sendo adotada pelo governo federal, com a vinda das bombas flutuantes para jogar a água para fora. Ali está o documento que é de conhecimento, está na mão do prefeito, aponta um conjunto de diretrizes e de sugestões de graça, não precisa vocês contratarem empresa americana Alvarez & Marsal para dizer isso. Os engenheiros de Porto Alegre, do IPH, da UFRGS e todos nós estamos à disposição para ajudar de graça a dar todo o funcionamento que precisa ser feito, mas tem que aceitar. Nos tratam como se a gente fosse sempre o bicho de sete cabeças. Se tem todo esse conjunto aí que quer ajudar, por que não aceitar? Aqui, Ver. Cassiá, nós que debatemos muito, nós temos que juntar todos aqui, eu quero dizer isso. Falo o Cassiá e a Mônica, porque se o vereador João Antônio Dib estivesse vivo aqui, ele estaria conosco dizendo o que nós estamos falando aqui. Os engenheiros do DMAE e do DEP são eficientes, e eu concluo, Presidente, não dá para esquecer a gestão passada que perdeu R\$ 124 milhões que estavam em caixa por falta de projeto para fazer a manutenção do sistema de proteção. Por último, nós pedimos que sejam suspensos, de imediato, os leilões das vendas de áreas públicas municipais, e que coloquem todas à disposição - tem mais de 1.500 imóveis o município de Porto Alegre - dentro de um programa para reassentarmos essas famílias todas nesses imóveis que são da Prefeitura e áreas públicas que podem ser destinadas para a habitação imediata. Muito obrigado, Presidente Mauro, abraço aos colegas vereadores e vereadores.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Claudio Janta está com a palavra (comparecimento), e após prossegue seu pronunciamento em Comunicação de Líder.

Depois a Ver.^a Lourdes, o Ver. Roberto Robaina e o Ver. Giovanni Culau.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Boa tarde a todos, aos secretários que estão nos acompanhando nesta reunião. Eu queria iniciar quando o prefeito nos chamou lá no hotel para ver questões do repasse da Câmara e das nossas emendas impositivas. Eu já tinha pedido para a Câmara, através da figura do Presidente, fazer esse encaminhamento para o governo, de quais emendas impositivas já foram cumpridas e atendidas e quais ainda faltam para a gente ter uma noção da questão desse dinheiro. Não tem nos faltado empatia. Eu acho que a Câmara tem sido empática, muito. O que tem nos faltado é falta de diálogo do governo para conosco. Eu vejo falta de diálogo do governo para com a Câmara de Vereadores, com a sua base, com os vereadores que estão lá na ponta. Eu acho que tem faltado isso. Porque tem coisas que eu não compreendo e com certeza a população de Porto Alegre também não. Nós demos uma grande isenção de impostos para a Fraport, e agora nós estamos botando bombas que eram para auxiliar o Município, para auxiliar as pessoas lá no 4º Distrito, no Navegantes, no Anchieta, bombas que eram para estar no Sarandi, a favor da Fraport, que foi uma das empresas que até agora não se viu fazer um ato de solidariedade, até agora não se viu nada da Fraport. A gente vê empresas do mundo inteiro se manifestando, entidades do mundo inteiro se manifestando, e não se viu nenhuma tentativa de ajudar e resolver as questões de Porto Alegre. Nós estamos vendo aí a possibilidade de dar um auxílio para cinco mil pessoas. Só o Centro de Porto Alegre, trabalhadores que foram atingidos da parte baixa do Centro - hoje pode-se dizer que o Centro tem a parte baixa, para não dizer a parte alagada - ultrapassa cinco mil trabalhadores, somente as pessoas que estão há quase 25 dias sem poder trabalhar, sem poder levar o sustento para suas famílias, aí nós estamos falando de pequenas

empresas, onde funciona o proprietário, mais um ou dois funcionários. Muitas vezes se chega nessas empresas e está somente o proprietário trabalhando lá. Outra questão, volto a insistir, nós temos as centrais de distribuição e recebimento da Prefeitura, o DEMHAB, Farrapos, SESI, por aí afora. Os abrigos, todos eles têm comida, pessoas recebem alimentação, isso engrenou, as pessoas têm recebido alimentação. O questionamento que eu tenho feito e sigo fazendo: nós estamos dando cestas básicas. A gente vê cada anúncio do governo aí, é 1.200, 1.500, 1.800, filas e filas monstruosas de pessoas na espera da cesta básica. Qual é o critério para isso? A família acolhedora, mas alguém realmente comprovou que essa família está acolhendo? Se essa família está acolhendo e tem um critério, se essa família foi cadastrada, eles não precisam estar na fila, naquelas filas monstruosas de entrega de alimento. E quando a gente tenta interceder a favor de uma igreja, a favor de um templo espírita, a favor de uma associação, de um CTG, a primeira pergunta que fazem é se está cadastrado. Nós estamos falando de um colapso que nós tivemos e ainda seguimos tendo na cidade de Porto Alegre, um colapso. Aí nós tivemos três eventos climáticos, três eventos já de enchente na cidade de Porto Alegre, e pode-se dizer que em menos de um ano nós tivemos três eventos de enchente na cidade de Porto Alegre. Tivemos também aquele vendaval que demoliu, quebrou milhares e milhares de árvores na nossa Cidade de Porto Alegre. E aí nós dissemos que não tivemos tempo para resolver essa questão. Eu vou falar a linguagem de quem eu represento: um trabalhador, com seu esforço, retirando lá seu fundo de garantia, vendendo seu carrinho, fazendo a complementação de renda da esposa, do filho, consegue um financiamento e compra uma casa. Esse trabalhador, mediante a compra da casa, deixa uma reservinha porque ele sabe que vai ter que arrumar a casa que ele comprou. Como é que nós até hoje não arrumamos? Como é que até hoje não foi feito um trabalho nas casas de bomba, não foi feito um trabalho simples nos portões, botar uma borracha, mexer esses portões para ver se estão realmente funcionando? Como é que nada disso foi feito, se um trabalhador, quando compra uma casa, ele vai lá e tenta arrumar essa casa, resolver problemas que dificultam a vida da família, o bem-estar da

família; um deles é goteira, calha entupida, o telhado com alguma telha quebrada, o trabalhador vai lá e faz esse papel, arruma a sua casa. Como é que nós vamos dizer para as pessoas que não conseguimos fazer? E eu pego, por exemplo, o valo que atravessa o Jardim Itu-Sabará, a Av. Prof.^a Paula Soares. Esse valo eu estou há três anos, já tive vistoria da Secretaria de Obras, do DMAE, já teve aqui duas vezes o DMLU, já teve aqui duas vezes, o valo estourou, ele já está no asfalto em dois pontos da Av. Prof.^a Paula Soares. É uma rua que interliga a Zona Norte à Zona Leste, é uma rua de grande movimento e fluxo que tem um valo no meio, e agora, na enchente do dia 16 de janeiro, houve até um óbito de uma pessoa dentro desse valo, centenas de carros foram perdidos, casas foram invadidas, e nós continuamos com esse valo aqui sem sequer ter limpadado, ter tirado as pedras, ter feito nada. Eu pego o tempo de liderança, Presidente. E assim vários outros valos de Porto Alegre. Nós temos que olhar para a nossa cidade, nós temos que olhar a necessidade para as pessoas daqui. Não pode a líder do governo vir numa sessão da Câmara dizer que não está tendo acesso a políticas do governo, a nada do governo. Se está difícil para uma líder do governo, imagina para nós, vereadores, que não somos líder do governo, que temos dificuldade de logística, de doar para Prefeitura de Porto Alegre. Até nós temos dificuldade de doar para Prefeitura de Porto Alegre, porque nós estamos num momento muito difícil, mas não tem empatia, não existe isso. Compreender que está chegando uma carreta de água, uma carreta de comida e precisa dar um destino certo para isso, sem ficar uma carreta andando dentro da cidade de Porto Alegre. Nós não fizemos até hoje uma operação de transbordo para esses caminhões imensos não precisarem entrar na cidade de Porto Alegre. Estamos falando de empatia com todos, com a população num todo. Hoje nós vivemos duas Porto Alegre, a Porto Alegre alagada, cujas pessoas vivem em abrigos que não têm uma segurança na sua vida e a Porto Alegre que está no seco, que também tem dificuldade de se mexer. Então eu acho que é importante nós vermos esses critérios, principalmente esse critério de distribuição de auxílios do governo, porque na questão da alimentação, não digo nem cesta básica, a questão da alimentação para as

peças não está funcionando. Me desculpe, não é botar um aviso dizendo: vamos distribuir cesta básica na região norte, na subprefeitura, que nós vamos resolver o problema dessas pessoas que estão acolhendo. Até porque muitos estão sem luz, sem celular, sem nada. O diretor do DMAE diz que a água está normalizada aqui na Zona Norte. Na estação São João a água não está normalizada. Dou o exemplo aqui do Jardim Itu-Sabará, em que nós estamos sem água, esse horário, às 17h, todos os dias nós ficamos sem água, nenhum aviso é dado, e as pessoas vêm perguntar para nós. “Vereador Janta, por que nós estamos sem água? Vereador Janta, por que não tem água?” As pessoas vêm perguntar para nós. Nós somos a ponta lá na frente. É isso que nós estamos cobrando, que o governo se comunique com os vereadores, que a gente não saiba das coisas através da imprensa. Hoje a imprensa dá mais informação de questões políticas, questões de encaminhamentos do governo do que o governo nos dá. Os encaminhamentos vêm muito mais da imprensa hoje em dia, vêm muito mais de redes sociais do que da própria Prefeitura. E eu acho que é importante fazer um estudo e ver, porque tem áreas na nossa cidade que estão alagando sempre. E não é porque o Guaíba chegou a quatro metros, não é porque o Guaíba chegou a cinco metros, estão alagando sempre. Nós precisamos de espaço para essas pessoas e nós temos muito espaço público. Agora o que não pode é secretarias, dentro do governo, estarem gastando R\$ 12 milhões, gastando R\$ 8 milhões, R\$ 9 milhões de reformas de salas de equipamentos de mobília, enquanto nós não temos esse recurso para sequer fazer um dique numa casa de bomba, sequer fazer uma contenção numa casa de bombas. Até o esclarecimento do dique, falando em dique, o esclarecimento do dique do Sarandí ficou no ar: uma espessura de seis metros, isso foi uma vazão normal do dique... Seis metros, eu acredito que não, e nós sabemos muito bem como é a água. Água morro abaixo e fogo morro acima é a pior coisa que existe para uma pessoa, para um trabalhador. Então eu acho que nós temos que ver, volto a afirmar, esses critérios, que não são critérios claros, não são critérios transparentes para essas questões. Seria isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde, Presidente, vereadoras, vereadores, secretários, é uma reunião muito produtiva, com informações, também com reivindicações e busca de outras informações. E eu vou me referir apenas, para ser rápida, ao secretário da Saúde. O que nós estamos observando são animais que foram a óbito pela leptospirose, e tem outras doenças de gatos, a esporotricose. Então isso não é só a vacina, mas a vacina é necessária, são medicamentos. Esses medicamentos, nós estamos numa calamidade, isso não estava sendo estocado.

Como está havendo essas ações em nível estadual e federal, eu gostaria de saber, secretário Schirmer, se foi incluída esta parte como uma solicitação ao Ministério da Saúde ou do Meio Ambiente também, porque nós não estamos com três mil animais, nós estamos com mais de 10 mil animais da Região Metropolitana, animais que vieram de Eldorado, Guaíba, Mathias Velho, que está um caos, o centro de Canoas tem atendido, mas a Mathias Velho hoje eu vi um vídeo de não sei quantas dezenas de animais com duas voluntárias somente, um verdadeiro caos. E como a gente sabe que o animal tem grande importância, ele tem vida, nós temos que nos preocupar também com a vida dos não humanos, e nós fizemos muito isso em Porto Alegre, com voluntariado, com a estruturação também que a Prefeitura cedeu, de prédios. Então eu gostaria de saber isso aí, a preocupação com as zoonoses tendo em vista que esses animais vieram de todas as partes, beberam essa água contaminada, tem outro tipo de verme também que se aloja nos rins do animal e pode ter outras consequências para nós. Isto seria uma das observações. E para o secretário Cassio, se ele ainda está aí, eu encaminhei ontem, conforme a última reunião, um assunto de 150 pessoas num abrigo, vamos dizer assim, com certos problemas, e que não tinha... Durante o dia, a Brigada Militar está dando todo o apoio, mas à noite, para as voluntárias, era importante ter segurança. Era isso, muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Apregoamentos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos o PLCE nº 006/24, do governo municipal, que suspende a obrigatoriedade de cumprimento de obrigações tributárias acessórias por 60 dias e dá outras providências.

Apregoamos também o PLCE nº 007/24 que institui o programa de recuperação fiscal RecuperaPOA 2024. Era essa a matéria a ser apregoada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu estava dizendo, Presidente Mauro, que eu apresentei uma série de indicações. A indicação do não pagamento do DMAE, nesse caso, em nome da oposição. E tem um projeto de lei de isenção do pagamento do IPTU para as vítimas das enchentes. Agora eu vejo que o governo está apregoando um projeto que trata disso, mas que isenta por dois meses. Eu acho que é muito pouco, mas é um projeto do governo. Nessa minha segunda intervenção, eu só quero reforçar duas questões, que são as preocupações centrais. A primeira é o cadastro, como o governo vai fazer o cadastro, que o governo explique de modo claro para que as pessoas possam acessar os R\$ 5,1 mil. Esse é o primeiro ponto que eu considero que tem uma grande importância. Pessoas estão já demandando esse recurso e depende da Prefeitura a liberação do pagamento. Se a Prefeitura não informa o cadastro, o pagamento não é feito. E a segunda é: qual a política que o governo vai seguir em relação aos abrigos provisórios, à moradia provisória? Eu já vi várias intervenções do prefeito, uma hora dizendo que seriam 10 mil no Porto Seco, outra hora comentando que seriam cidades provisórias, três possibilidades, três espaços. Hoje vi uma entrevista no Correio Brasiliense em que o prefeito disse que não tem condições de garantir a moradia de 14 mil pessoas. Então, eu quero saber qual é a proposta do governo. Eu apresentei a proposta de utilização da

rede hoteleira, mas isso é uma variante. Se o governo tem uma proposta, é muito importante que ela seja apresentada, a Câmara conheça, a sociedade também, para que as pessoas não tenham uma situação de insegurança completa em relação a como elas vão ficar no período em que tem uma transição para essa política habitacional que está sendo prometida. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Obrigado, Presidente Mauro, eu espero que todos e todas estejam bem. Eu considero que tenho tido uma postura contida nas últimas reuniões que tivemos da Câmara, mas eu quero aproveitar a presença do governo para ser bastante franco, honesto e perseguindo a seriedade que sempre me pauta. Primeiro, eu preciso dizer que não considero que o governo Melo tenha inventado os eventos climáticos extremos que nós vivemos, mas eu considero, sim, que a atual gestão municipal tem tido medidas que repetem erros e agressões ambientais que nos trouxeram até aqui. E mais grave do que isso é a falta de preparação e planejamento para a nova realidade climática que nós vivemos. E nós podemos, na própria reunião de hoje, exemplificar o que significa essa falta de preparo e planejamento. Foi dito aqui, pelas representações do governo, que os resgates foram feitos de forma improvisada. E eu não consigo naturalizar uma manifestação dessa. Se foi feito o resgate de forma improvisada é porque se falhou no monitoramento, se falhou no sistema de alertas, se falhou na não construção de educação climática para que a população compreenda o sistema de alertas. E vejam, se nós olharmos o orçamento que nós votamos no ano passado, o orçamento proposto pela Prefeitura, entre outras coisas, previa redução de investimento em educação ambiental, redução de investimento em diagnóstico e monitoramento ambiental. É dessas coisas que eu estou falando. Eu estou falando também, como foi dito aqui por outros colegas vereadores, que os eventos climáticos que nós vivemos no ano passado deveriam ter significado para essa cidade uma

preparação mais qualitativa. Nós vimos, no ano passado, a fragilidade do sistema de comportas. A primeira pergunta que eu faço: o que foi feito? A Ver.^a Mari Pimentel falava também da relatoria do orçamento e falava, se não me engano, da emenda acolhida pelo seu relatório, proposta pelo meu mandato, que buscava ampliar os recursos justamente para a melhoria do sistema de prevenção às cheias. Aquilo que nós propusemos não era capaz de resolver definitivamente o tamanho da gravidade do que nós temos hoje, mas eu elaborei aquela emenda, em primeiro lugar, porque aquilo que estava previsto no orçamento evidenciava a falta de planejamento. A diretoria do DMAE trouxe aqui uma recuperação histórica das datas, daquilo que tem sido denunciado pela imprensa no último período. Dizia que uma demanda apresentada em 2018 chegou novamente no DMAE somente em 2022, 2023. Eu também não consigo naturalizar uma manifestação dessas. Sim, entendo que precisamos refletir sobre que responsabilidade tem, diante de um cenário desse, aqueles e aquelas que extinguiram o DMAE, aqueles que perderam recursos ou aqueles que estão na gestão hoje e que contam, na atual gestão, com servidores que estavam em 2018, em 2019, em 2020. Se não me engano, o diretor adjunto do DMAE hoje era diretor-geral no governo anterior. Eu não sou engenheiro, a minha área é ciências sociais, mas eu quero dizer que nós, que somos das ciências sociais, dizemos que os seres humanos e que a sociedade não podem ser tratados como cobaia. Digo isso, porque, por consequência, nós não podemos achar que a população possa servir de teste para um sistema de proteção às cheias. A inteligência da cidade, o desenvolvimento tecnológico e o saber técnico precisam ser capazes de garantir previsibilidade para que a gente não lamente as consequências da tragédia.

Feito o meu posicionamento, eu quero objetivamente tratar de algumas questões. Primeiro, sobre o ponto de assistência. Todo mundo tem falado aqui, Presidente Mauro, sobre o tema do cadastramento, e é importante que se tenha consciência de que são duas questões diferentes. A política federal do Auxílio Reconstrução é acessada e garantida a partir do cadastramento unificado desenvolvido pela Prefeitura. Mas existem outras políticas de âmbito estadual,

como o programa Volta por Cima e o Pix do SOSRS, que, nesses casos, precisam de cadastramento no CadÚnico. Eu digo isso, porque são duas questões que eu quero consultar o governo, questionar e sugerir. Primeiro, as equipes da assistência que estão indo nos abrigos estão fazendo o cadastramento somente no cadastro unificado e não no cadastro único. As equipes que estão indo nos abrigos precisam fazer o cadastro no CadÚnico. Da mesma forma, quem não está abrigado também tem demanda desse cadastro. Nós precisamos ampliar as condições de cadastramento, porque o retrato hoje, nas cidades, são filas enormes de pessoas procurando a Secretaria de Desenvolvimento Social e os CRAS. Sobre os abrigos e cestas básicas, minha terceira questão. Recebi o contato do coordenador do abrigo que acontece na Escola Santos Dumont, na Zona Sul da cidade, um abrigo que tem cem pessoas. A Prefeitura destinou oito cestas básicas para o abrigo que tem cem pessoas. Eu quero entender como nós, enquanto Câmara de Vereadores, podemos ter uma interlocução para resolver esses impasses, porque os abrigos não estão sendo assistidos da forma como precisam, e eu estou trazendo um exemplo concreto aqui. Também nós sabemos que as pessoas que estão abrigadas nos contatos de amigos, vizinhos, familiares, somos nós que estamos distribuindo cestas para eles e para elas. Nós precisamos reorganizar esse sistema de distribuição das cestas básicas. Anotei aqui também. Entendi que houve contratação emergencial de equipamentos para o processo de limpeza, mas não ficou nítido para mim se houve contratação emergencial para mais trabalhadores e trabalhadoras para o serviço de limpeza, porque 20 equipes é insuficiente, nós sabemos disso. Também aproveito para consultar se, em outras frentes de trabalho, o governo tem examinado a contratação extraordinária e emergencial, para buscar avançar sobre o tema da moradia. Poderia me estender longamente, escrevi um documento, enviei para o André Coronel, para o Cassio Trogildo, porque o meu espírito é de colaboração para que a cidade supere isso. Nós convocamos, Ver. Cassiá e Vice-Presidente, para terça-feira que vem, uma reunião da CUTHAB para tratar exatamente sobre o tema da moradia, com a presença ou, pelo menos, a convocação do governo estadual e do governo

federal, para que a gente possa tratar desse tema de forma coesa com as três esferas de governo, como é necessário que se faça.

Por fim, sigo muito preocupado com os acontecimentos de hoje: água voltando pelos bueiros do Menino Deus – queria entender as razões –, água voltando pelas comportas que foram abertas no muro da Mauá. Sobre o tema da região do 4º Distrito, Vila Farrapos, Humaitá, entendi da diretoria do DMAE que a aposta é no religamento das estações de bombeamento que estavam inoperantes. Mas eu reforço o apelo para que nós, assim como temos feito no Sarandi, busquemos outras ações combinadas que fortaleçam a luta pela drenagem daquela região. Quero fortalecer esse apelo e concordo com o Ver. Janta de que isso precisa ser uma prioridade anterior ao aeroporto. Por mais que eu considere que o governo federal e outras esferas de governo deveriam ter prioridade num tema de logística tão importante como é o caso do aeroporto, para a Prefeitura de Porto Alegre a prioridade precisa ser drenar as águas do 4º Distrito. Teria outras questões para levantar, mas estou vendo que o Mauro está se movimentando para dizer que meu tempo acabou. Então, por hora, é isso.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, eu quero fazer só uma pergunta ao Ver. Culau, uma perguntinha: a que horas é a reunião da CUTHAB, na terça, que ele falou, porque eu queria estar na reunião. Não é a minha comissão.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Dez horas da manhã, vamos compartilhar o *link* com todos os vereadores e vereadoras.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Obrigado, vereador.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. José Freitas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (Republicanos): Boa noite a todos. Diante de tudo que eu ouvi, tudo o que foi falado, eu só quero reforçar três questões, a mais

latente, para todos os vereadores, pois o nosso dia a dia é a cobrança. Uma delas é o cadastramento. Por exemplo: eu tenho quatro familiares que são do Humaitá. Eles estão em casas de familiares, e assim tem centenas e centenas de pessoas. Essas pessoas que não estão em abrigo, estão em casas, como elas vão ser alcançadas pelo cadastramento? É uma pergunta. Outra pergunta para o DMAE. As águas acumuladas. Eu gostei da fala do Ver. Ferronato, que falou sobre o aeroporto. Entre priorizar o aeroporto e as pessoas que estão sem casa, fora de casa, eu priorizaria, com certeza, essas pessoas. Se tem condições, se vão botar, se tem previsão de colocar essas bombas flutuantes no Humaitá, como já foi falado. Eu acho que para tudo isso tem um jeito, ainda mais que temos previsão de chuva, e não são poucos milímetros para as próximas horas. Não ficou bem claro também em relação às cidades provisórias, se já têm local, se já estão previstos quais vão ser os locais, onde serão as cidades provisórias, se já está organizado isso pela Prefeitura. E quantas pessoas vão comportar. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Com a fala do Ver. José Freitas, acho que não temos mais inscritos. Eu só quero fazer uma pergunta, até porque eu não tenho tempo aqui. Quantas pessoas ainda estão em abrigos? Quantos desses abrigos são coordenados pelos voluntários, dependem do voluntariado, tipo os clubes e as igrejas, e quantos são comandados pelos profissionais da Prefeitura, e quantas pessoas tem em cada um. Gostaria de saber também como foi feita a entrega de alimentação nos abrigos esses que não são coordenados pela Prefeitura, tipo o Centro Vida. Tem alguns abrigos que eu participei, que eu estive muito próximo. Eles já abriram e já fecharam, e eu não vi chegar nem uma garrafa de água nesses abrigos, que dependem totalmente do voluntariado. A minha preocupação é como vão funcionar esses que ainda são por voluntários, porque o voluntariado e as pessoas que estão doando estão acabando, vai chegar um ponto que vai reduzir. Como essas pessoas vão sobreviver? Até agora, eu vi que chegaram muitas carretas, mas eu não vi saírem essas carretas para alguns locais. Como vai ser feita essa entrega, como está sendo feita. Eu

gostaria de entender também quantas cestas básicas foram entregues pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, onde foram entregues e quantas foram recebidas. Eu acho que tem uma conta aí, é matemática, não é? Tem que fechar essa conta. Já ouvi falar que foram entregues, mas quantas foram entregues e como foram entregues, e como é que a gente tem o controle dessas cestas básicas, de onde foram entregues; parece que não estão chegando na base, e a gente não está enxergando, principalmente, pela fala dos vereadores, como é que elas estão chegando. Elas não estão chegando nas comunidades. Se estão chegando, que me digam como estão chegando e qual é o controle que se tem do que chega e do que sai, e se é possível prestar contas para a Câmara de Vereadores daquilo que se recebeu e daquilo que se entregou. Obrigado.

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, acrescento que todas as perguntas que você colocou, eu gostaria que também fossem respondidas, e quanto aos abrigos de animais e às rações de animais.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A palavra está com o governo.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Presidente, só fazer uma consulta. Eu anotei aqui todos os vereadores, eu sigo essa ordem? Não sei se o vereador está presente, o que perguntou, como é que eu faço isso?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Não escutei, secretário.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: A minha pergunta é a seguinte: eu anotei todas as questões colocadas por cada vereador, não sei se todos ainda continuam presentes. Eu sigo essa ordem, ou privilegio aqueles que ainda estão. Como é que faço agora, como é que eu vou conduzir aqui, é um por um?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Eu não sei se tem algum vereador que não está mais aí.

Vereador Alvoni Medina (REPUBLICANOS): Eu poderia fazer uma pergunta para o diretor do DMAE?

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, aparentemente, quem perguntou está presente.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Eu estou esperando aqui.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): O Robaina, apesar do acidente doméstico, está ali ó, firme.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Bom, eu vou responder então, vou começar assim. Eu vou deixar as questões específicas do DMAE, que são várias perguntas em várias manifestações de vereador, para uma resposta coletiva do nosso presidente, que está ao meu lado. Uma ou outra questão que eu, eventualmente, não saiba responder, os colegas que estão aqui responderiam. Vou começar pelo Ver. Adeli Sell. Ele perguntou, primeiro, sobre o Mercado Público. Estamos em permanente contato com a Associação dos Mercadeiros. Eles decidiram que, a partir de quinta, hoje é quarta, a partir de amanhã, eles vão começar a retirar o entulho, os resíduos inservíveis. Já temos equipamento lá para recolher esses inservíveis. Paralelamente a isso, nós já começamos uma limpeza no entorno do Mercado. Também tem depósitos que estão colocados lá para que cada mercadeiro que queira colocar... Tem uma caixa, tem quatro caixas coletoras que já foram colocadas lá no entorno do Mercado. Paralelo a isso, além do descarte do resíduo, amanhã também, ou tão logo seja feito o descarte, vamos começar a limpar o Mercado, porque o Mercado obviamente deve ter ali uma dose significativa de lama. Também nós estamos verificando se os esgotos do Mercado não estão entupidos, não adianta limpar o Mercado, porque a água não vai fluir. Para o Mercado, nós estamos dando um tratamento muito particular e muito especial em comum acordo com os mercadeiros.

A outra questão do Ver. Adeli é sobre o entulho das lojas. Eu repito o que eu disse antes: nós estamos tentando sincronizar o entulho das lojas e das residências com a operação da Prefeitura. Nós temos caminhões para recolher entulho e caminhões para recolher lodo, porque onde se bota o entulho, não se bota o lodo; onde se bota o lodo, não se bota entulho, até porque a destinação é diferenciada. Estamos trabalhando dessa forma. Quanto ao cadastro, aqui já foi falado, depois vou passar para o secretário de Assistência Social e o André Coronel, que conhece bem esse assunto, mas, na verdade, ele tem que separar o que é cadastro único e cadastro unificado, porque a Prefeitura e o governo federal têm vários cadastros, tem cadastro de Assistência Social, tem cadastro do Bolsa Família, cadastro da Saúde, da Educação, da Defesa Civil, cada um tem o seu cadastro, e nós estamos fazendo um esforço para a unificação desses cadastros. Depois vou pedir aqui que seja explicado.

A Ver.^a Abigail falou que os vereadores estão ignorados pelo Poder Executivo. Eu já tentei expor isso, a dificuldade em que todos estamos. Não é uma calamidade pequena, é uma das maiores do mundo, certamente a maior da história do Brasil. Estamos todos redobrando esforços, trabalhando em áreas que não são das nossas competências. Claro que há uma dificuldade de comunicação, e não é anormal isso, é normal infelizmente, mas o prefeito está atento a essa relação com os vereadores. Tem insistentemente falado comigo, com o chefe da Casa Civil e com os demais secretários para dar uma atenção especial aos vereadores. Eu queria insistir, o meu telefone está à disposição de qualquer vereador, à hora que quiserem, sobre qualquer assunto. Se eu não puder responder na hora, eu vou atrás; se o Coronel não puder responder na hora, nós vamos atrás e responderemos. Também a Ver.^a Abigail falou das pessoas desabrigadas e desalojadas. Para nós, claro que tem que dar atenção para a questão mais urgente. Nós não podemos ignorar que tem um universo gigantesco de pessoas que estão sofrendo as consequências do que aconteceu. Mesmo pessoas que não moram na zona alagada não têm luz e não têm água. Está voltando, alguns mais rapidamente, outros menos rapidamente; para uns já voltou a água, não voltou a luz; para uns voltou a luz e não voltou a água, e para

outros voltaram os dois. Então há uma prioridade sim do governo àqueles que estão na região alagada. Também uma pergunta sobre o abrigo Centro Vida. Houve lá, realmente, uma divergência. A Prefeitura fez uma intervenção, e esse assunto está resolvido.

A Ver.^a Fernanda Barth falou da questão do desassoreamento. Claro que não estamos aqui querendo transferir responsabilidades, mas desassoreamento de rios e lago Guaíba, Lagoa dos Patos, isso não é de responsabilidade da Prefeitura. Não adiantaria nada – nem seria uma competência da Prefeitura –, desassorear o lago Guaíba, se, lá para cima, os afluentes estão cada vez mais assoreados, e daqui para baixo também. Aliás, essa é uma questão muito relevante, porque, se chover a metade e nós continuarmos com esses rios todos assoreados, vai dar o mesmo resultado que deu agora. Então tem que haver um esforço nessa direção, os recursos são altíssimos e não é competência da Prefeitura.

O Ver. Robaina falou sobre a investigação do DMAE, a outra investigação. A Prefeitura fez a investigação, encaminhou para o Ministério Público, e, provavelmente, o Ministério Público está tomando as providências devidas relativamente a esse assunto. A Prefeitura e o prefeito fizeram tudo o que foi possível para eliminar qualquer questão que envolvesse a lisura da ação pública. Ainda fala que as Ilhas não receberam o auxílio, o anterior. Uma grande parte recebeu, mas obviamente que isso tem que ter transparência, tem que ter uma atenção muito especial do Ministério Público, do Tribunal, dos vereadores. Enfim, todo cuidado é pouco. Mas a grande parte das demandas de auxílio aos moradores das Ilhas no vendaval passado foram atendidas. O que resta é um número não muito significativo, aliás, bem insignificante, e tem inconsistências, porque não dá para dar dinheiro para quem, eventualmente, não esteja precisando, então, todo cuidado é pouco, porque o responsabilizado por passar recurso para quem não precisa vai ser o prefeito, os seus secretários e as pessoas que estão cuidando desse assunto. Sobre o cadastro, também vai ser falado isso. Nós estivemos ontem com o Maneco consultando sobre como é que seria essa formação do cadastro. Foi cogitada uma autodeclaração no cadastro

federal, comprovável pelo próprio governo federal, mas isso foi eliminado. A Prefeitura tem que fazer esse cadastro, e não é um cadastro para uma pessoa nem uma família, nem cem pessoas, nem mil pessoas, são dezenas de milhares. Nós estamos fazendo o cadastro, já vou me adiantar aqui um pouco, das pessoas que estão nos abrigos. E tem outras tantas pessoas, milhares, que estão em casas de particulares, que muitas vezes a Prefeitura ainda não tomou conhecimento, ainda não sabe quem são, onde estão. O secretário aqui vai falar depois, nós já estamos trabalhando no cadastro nos abrigos, está em fase muito adiantada, e já vendo como...

SR. LUIZ CARLOS PINTO DA SILVA FILHO: Abriu hoje.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Abriu hoje o cadastro para as pessoas que não estão nos abrigos. Depois vocês podem até falar melhor sobre isso.

O Ver. Robaina ainda falou sobre a rede hoteleira. É uma ideia interessante, mas isso tudo tem custo, e não sei se os hotéis aceitam receber pessoas por um tempo imprevisível. Não está claro isto: seis meses, um ano, quanto tempo. Pode ser que alguns aceitem, outros não, mas vamos cogitar essa hipótese. Além do mais, eu gostaria de afirmar o seguinte: o orçamento da Prefeitura quem faz é a minha secretaria, eu sou obrigado a ser muito sincero com os senhores vereadores: o orçamento que os senhores aprovaram, a enxurrada levou. Esse orçamento não existe mais, infelizmente. Há previsão de redução de arrecadação de 30 a 40%, a previsão é de que a arrecadação de ICMS do Estado tenha uma redução de 20% e, por consequência, diminui também a arrecadação do ICMS da Prefeitura, daquilo que é a parte a nós destinada. Então nós estamos trabalhando, está aqui o secretário adjunto da Fazenda, exatamente para buscar fontes alternativas para suprir essa redução da arrecadação municipal; agora, isso não acontece do dia para a noite. Se os senhores quiserem, depois, talvez não seja o momento próprio, nós vamos explicar quais são as ações que nós já estamos fazendo, tanto a Secretaria da Fazenda quanto a nossa secretaria, no sentido de suprir essa carência de recursos que obviamente vai acontecer aqui

na Prefeitura. E o ideal seria, como no passado, que o governo federal mandasse um recurso para as prefeituras e para o Estado do Rio Grande do Sul suprindo essa carência, porque certamente isso nos permitiria socorrer mais e mais rapidamente as pessoas que estão desamparadas.

A Ver.^a Fernanda Barth falou também na questão da campanha de saúde pública e vacinação. Na listagem que nos foi dada anteriormente não estava a saúde. Então eu vou buscar as informações sobre a saúde e vou repassar à vereadora. Aquela questão de desassorear os afluentes, eu repito, tudo bem, isso é responsabilidade do Estado ou da União, não sei exatamente de quem. Isso não é competência da Prefeitura, e eu acho que os vereadores poderiam nos ajudar no sentido de que o Estado ou a União faça a sua parte relativamente a essas sugestões.

Depois o Ver. Cassiá Carpes falou da questão do Grêmio; vereador, foi uma das primeiras alternativas que se colocou à nossa frente, mas tenho uma informação, não sei se posso dizer, oficial ou não, mas o Grêmio não aceitou a proposta da Prefeitura, mesmo pagando. E tem essa ideia da requisição, nós estamos tentando trabalhar alternativas antes de uma medida extrema de requisição. Então nós estamos buscando outras áreas exatamente na direção do que foi exposto aqui pelo Ver. Cassiá, que deu contribuições muito interessantes.

Relativamente às iniciativas da Prefeitura de não pagar os impostos, vereador, que você falou durante a sua manifestação, já foram para a Câmara duas medidas, eu vou tentar aqui traduzir, o secretário adjunto da Fazenda pode me ajudar relativamente ao IPTU, às moradias. O IPTU de pessoa física e jurídica, portanto residências e atividades econômicas, os meses de maio e junho não serão cobrados, isto é, isso é um perdão da dívida do IPTU que deveria ser pago pelo carnê aqui no mês de maio e junho, então 60 dias, quem está prestacionando o IPTU não paga nada, e depois eu vou voltar a esse assunto. O ISSQN, a Prefeitura não pode abrir mão dos 2%, por lei federal. Então, a Prefeitura tem que cobrar os 2% do ISS, isso é lei federal, mas a medida que nós tomamos para evitar essa questão da legislação federal foi postergar o pagamento do ISS dos meses de maio, junho e julho para serem pagos dois

meses depois. Portanto, quem eventualmente faturar alguma coisa no mês de maio, mês de junho e no mês de julho, vai pagar esse imposto relativamente a sua atividade econômica no mês de julho, agosto e setembro, dois meses no primeiro mês, dois meses no segundo mês, dois meses no terceiro mês. Isso tudo para residências e atividades econômicas na área alagada. Então, na área alagada, fique claro isso. Agora, por que nós tomamos essas medidas por 60 dias? Porque assim nós podemos ter um tempo de examinar todo o flagelo, todo o prejuízo, toda a dificuldade que empresas e pessoas terão na área alagada, e não só na área alagada. Então o que nós estamos fazendo é uma medida emergencial para dois meses. Não é só isso que nós vamos fazer. Nós estamos já examinando, a Secretaria da Fazenda, o prefeito, outras medidas para serem anunciadas à frente, mas neste momento, imediatamente, os próximos dois meses do IPTU foram perdoados e o ISS foi postergado para dois meses depois do mês relativo à atividade econômica. Deixa-me ver o que mais.

Distribuição de doações de material, essa questão permeia todas as manifestações aqui feitas. Nós vamos ver depois com o prefeito, com o Bruno e com o Cassio, enfim, com o chefe de gabinete, alternativas para que se evitem essas críticas e possamos superar essa questão. O esforço de todos nós é no sentido de absoluta transparência, clareza de propósito. Não há nem de longe, por parte do prefeito, de quem quer que seja, qualquer tentativa de manipulação de natureza política, porque isso por óbvio é crime e obviamente este governo não concorda com isso.

Também o Ver. Cassiá falou dos empréstimos internacionais que estão sendo feitos. Por que a administração tem privilegiado empréstimos internacionais? Porque as carências são maiores, porque o juro é muito mais baixo para os empréstimos internacionais e o prazo de pagamento é muito longo. Nós temos cinco empréstimos internacionais em andamento num valor de R\$ 3,9 bilhões para diferentes áreas da administração, área social, Centro Histórico, 4º Distrito, POA Territorial, social, drenagem e microdrenagem, etecetera e tal, habitação. E agora nós já acertamos com os bancos uma flexibilização da destinação desses recursos e estamos acertando com o Ministério da Fazenda, a Secretaria

do Tesouro Nacional – isso tudo tem que passar pelo Senado da República – para que se agilize esses procedimentos. Mas, de qualquer forma, esses recursos internacionais, eles só estarão ao nosso alcance, na melhor das hipóteses, e estou fazendo um cenário otimista, mais para o fim do segundo semestre, não é para agora. Não é para agora, não tem como ser agora, porque obviamente isso demanda alguns procedimentos que nós estamos encurtando e flexibilizando.

O Ver. Hamilton Sossmeier falou da informação primeiro para a imprensa, depois para os vereadores. Na verdade, não é só a Prefeitura de Porto Alegre, mas todos nós na área pública perdemos sempre para a imprensa, porque eles são muito mais ágeis na divulgação, eles têm informações privilegiadas em todos os governos. Não há nenhum despreço ao Legislativo, não; é o desejo do prefeito que primeiro comunicássemos os vereadores, enfim os próprios secretários que, às vezes, também tomam conhecimento pela imprensa, mas a emergência da crise, às vezes, faz com que se atople os melhores caminhos, mas também vamos fazer um esforço no sentido de corrigir essa questão. O Ver. Sossmeier falou dos abrigos das igrejas. As igrejas nos ajudaram muito, estão nos ajudando muito, certamente continuarão nos ajudando muito. Nós estamos discutindo alternativas no sentido de, enfim, aliviar as igrejas, seja com uma ajuda material, seja com um aluguel específico de um pavilhão, de um espaço, mas cada caso é um caso. E o Coronel e o secretário de Assistência Social e o próprio secretário da Inovação, todos eles estão disponíveis para acolher as sugestões e discutir os melhores caminhos. Ainda o Ver. Sossmeier falou de exigências do Corpo de Bombeiros. Eu pessoalmente confesso a minha ignorância, eu não sabia disso. Mas aqui já o André Coronel já está entrando no circuito, da Defesa Civil também, de que exigência é essa, pois agora tudo que não se quer é burocracia, sobretudo sobre aqueles que estão generosamente dando a sua contribuição. A Ver.^a Mônica Leal é a mesma questão da informação do governo, da distribuição das doações. Já falei sobre isso.

O Ver. Márcio Bins Ely falou sobre o IPTU e ISSQN. Já respondi também. Sobre Aluguel Social, a Prefeitura tem essa disponibilidade, mas obviamente que

primeiro tem que ver. Nós estamos montando uma cesta de alternativas: pode ser o Aluguel Social, pode ser o... Como é o nome daquele que eu nunca lembro, o Programa Estadia Solidária, pode ser uma casa provisória. Enfim, estamos vendo alternativas para essa questão. Relativamente aos servidores públicos, a Prefeitura já determinou que os consignados não sejam pagos nos próximos quatro meses. Quer dizer, quem tem consignados a pagar, não paga nos próximos quatro meses. Eu vou ler aqui: “Contratos em andamento. Para 32 mil servidores. Os empréstimos consignados serão suspensos pelo prazo de quatro meses a contar de maio de 2024. Devem ser pagos ao final do contrato sem incidência de juros [isso já está estabelecido]. E os novos contratos, os servidores poderão contrair novos empréstimos consignados com um prazo de carência de seis meses para o início do pagamento”. Isso já está decidido e disponível para os servidores públicos. E relativamente aos taxistas, nós vamos ver esse assunto, confesso que para mim pessoalmente ele é novo, mas de qualquer forma alguém pode estar tratando disso. E estou falando isso, porque tem alguns assuntos que não estavam no escopo inicial da nossa reunião, portanto eu tenho dificuldade em responder; também as questões de saúde, o que também não estava previsto, e também da educação. Anotei aqui, vou consultar e posso eventualmente responder para cada vereador.

O Jonas Reis falou em dinheiro em caixa no DMAE. Depois vamos ver esse assunto, está aqui o presidente ao meu lado; comportas a serem fechadas ou não. O processo de 2018, de certa forma, já foi respondido. A questão de saúde não estava na pauta, portanto eu tenho dificuldade de responder. E a questão das prioridades do orçamento que o vereador falou, é claro que nós já estamos fazendo isso. O prefeito decretou, de certa forma, a suspensão daquele velho orçamento que já foi por água abaixo. Então qualquer novo gasto, vai ter que sofrer uma nova alteração orçamentária. Então isso aqui já está estabelecido desde o primeiro dia, quando identificamos a dimensão da crise que estava se avizinando.

A Ver.^a Mari Pimentel falou de R\$ 4 mil destinados à ações de Defesa Civil, mas nós colocamos essa questão numa reserva de contingência que tem um valor

muito mais... (Ininteligível.)... Reserva de contingência é muito mais flexível. Não adianta você botar ali numa rubrica, numa atividade, uma babilônia de dinheiro e não gastar. Essa reserva de contingência exatamente é para essa flexibilidade.

O Alex Fraga falou sobre abrigos, cesta básica, vazão da água. Sugeriu aqui a questão das equipes de capina. Nós vamos anotar isso, mas obviamente que nós já colocamos...

SR. ASSIS ARROJO: O que acontece com as equipes de capina? A gente tem uma programação de 2,5 mil pessoas. Cada vez que está abrindo cancha em função da diminuição das águas, nós estamos retirando o pessoal que trabalha na parte seca e na parte boa e estamos trazendo para essas áreas, mas claro nós também não podemos abandonar todos os serviços que o DMLU atende. Então a gente vem fazendo essa mudança, provavelmente amanhã a gente pode chegar a passar de mil pessoas trabalhando nessas áreas alagadas, que estavam alagadas, e é uma transição que a gente vem fazendo. Claro, há três dias, nós tínhamos muito mais pessoas trabalhando na área seca do que na área úmida, porque nós tínhamos menos frentes, e isso vai acontecer, uma transferência dessas pessoas que vão vir sem deixar de abastecer os mínimos serviços nas áreas que estão em operação, nas áreas secas que a gente está chamando.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Bem, óbvio que nós estamos equilibrando isso, tem áreas que não foram afetadas e que tem que enfrentar esse assunto e áreas que foram afetadas que nós já deslocamos uma parcela significativa de servidores da Cooativipa.

SR. ASSIS ARROJO: Na sexta feira, nós começamos com 300 e depois a gente, passou, foi para os 500 e hoje nós já estamos em 870, mas provavelmente amanhã nós devemos estar chegando a perto de mil pessoas trabalhando nessas áreas.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Bom, a Ver.^a Tanise Sabino fez um depoimento, eu sou muito grato pelo reconhecimento do esforço de todos, e cunhou uma frase aqui que, de certa forma, um pouco nós estamos conversando: ou conversa com os vereadores, ou resolve. O propósito da Prefeitura é resolver o que é possível e conversar com os vereadores. Obviamente que nós temos que conversar também com o Tribunal de Contas, o Ministério Público, o governo federal, o governo estadual, com a população e enfim. Nós somos poucos para conversar com tanta gente, mas os vereadores são credores do nosso respeito, do nosso desejo de manter uma conversação qualificada.

O Ver. Ramiro Rosário falou sobre bombas e comportas. Eu vou pedir depois que o nosso presidente aqui do DMAE fale sobre isso.

O Ver. Oliboni fez uma manifestação no sentido de amenizar o sofrimento das pessoas. Eu concordo totalmente, essa é a prioridade essencial, são as pessoas, às pessoas que nós temos que dar uma atenção especial, e todos nós aqui temos isso muito presente, é prioridade o atendimento às pessoas. Então estamos na mesma linha. O vereador também falou na transparência do cadastro, é isso que estamos fazendo. Queremos um cadastro cada vez mais judicioso e correto. Comunicação transparente com os vereadores, bom, queremos comunicar e de forma transparente, e certamente essa comunicação vai melhorar cada vez mais. O Ver. Oliboni disse que tinha 30 postos de saúde fechados. Não, na verdade são 20, muitos dos quais ainda embaixo d'água e muitos dos quais os equipamentos foram todos deteriorados. Já há um esforço de compra de equipamentos, mas tem que esperar baixar a água para saber exatamente o que foi destruído, o que não foi destruído, o que se precisa fazer.

O Ver. Aírto Ferronato falou das bombas flutuantes. Vereador, as bombas que estão na Fraport são bombas de arroseiros que generosamente querem ajudar a cidade. Nisso não há uma contradição entre bombas dos arroseiros no aeroporto, em favor da Fraport, que não é da Fraport, é da cidade de Porto Alegre, de todos nós e as águas que estão no Humaitá. São ações do governo

municipal em todas as direções inclusive com a contribuição da área privada, como essa das bombas que estão lá no aeroporto.

O Ver. Comassetto falou da suspensão da venda de imóveis, dos leilões. Nós anotamos isso aqui.

O Ver. Janta falou das emendas impositivas. Eu tenho um pequeno relatório aqui, vereador, vou te mandar, das emendas impositivas já foram pagas, em torno de R\$ 5 milhões. Permanecem, de uma forma ou de outra, em andamento, R\$ 51 milhões, eu posso lhe passar aquilo que já foi pago e a tramitação de cada uma das emendas restantes. Essa questão do projeto de lei de cinco mil pessoas, quando a Prefeitura manda cinco mil pessoas, primeiro, aumentou de R\$ 700,00 para R\$ 1 mil por pessoa. É há uma questão que eu gostaria de colocar aqui que é muito relevante. Qual é essa questão? Nós estamos em negociação com o governo do Estado, com o governo federal, em que o prefeito, o André Coronel e outros colegas aqui ficaram grande parte do seu tempo conversando com o governo federal. Qual é a ideia da Prefeitura de Porto Alegre? É que essa Estadia Solidária seja de R\$ 1,2 mil: R\$ 400,00 da Prefeitura, R\$ 400,00 do governo estadual, R\$ 400,00 do governo federal. Obviamente que esses cinco mil são um número de referência que pode aumentar. E certamente, se o governo federal e o governo estadual entrarem, vai aumentar de forma expressiva o número de beneficiários. Então esse assunto está ainda em aberto. Há essa possibilidade, quando nós falamos cinco mil pessoas e R\$ 1 mil é de responsabilidade exclusiva da Prefeitura. Agora, se o governo federal e o estadual entrarem, certamente nós vamos poder atender muitos milhares a mais do que aquilo que está aqui previsto. Essa questão de portões que não funcionam. Se tem uma pequena fresta lá, não é isso que inundou a cidade. O Ver. Janta falou dos valos, quer dizer, realmente é um problema e isso está no escopo da Prefeitura. Num dos financiamentos internacionais que nós estamos pedindo, tem um volume significativo exatamente para a microdrenagem. Que isso sim é o interesse da Prefeitura, até da sua responsabilidade, mas obviamente que os recursos são escassos. O cobertor é curto para tudo, mas

um dos financiamentos internacionais, aliás dois deles têm uma parcela significativa de recursos para isso. Aqui tem uma questão sobre diques.

A Ver.^a Lourdes falou sobre a causa animal. Tem 10 mil animais que não se sabe se são de Porto Alegre, porque não se sabe quem são os donos. E a questão de zoonoses. Eu te chamei aqui para... Tem alguma coisa para acrescentar aqui sobre animais?

REPRESENTANTE DA PREFEITURA: Sim, nós estamos já trabalhando no processo de prazo emergencial e curto prazo. Nós já temos a estruturação para uma feira de adoções. E nós estamos atrás de um local que possa receber um número grande de animais onde a gente concentre veterinários, serviços gerais e auxiliares, maximizando os poucos recursos que nós temos hoje.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: E as doenças, as zoonoses também, tem os veterinários...

REPRESENTANTE DA PREFEITURA: Isso, nós contratamos, nós vamos contratar até 60 médicos veterinários, sendo que 38 já foram efetivados. São voluntários, voluntários não, são temporários e a princípio eles têm 90 dias, podendo, dentro da demanda, continuar exercendo atividade por um pouco mais de tempo. Esses processos já estão ocorrendo e os voluntários estão percorrendo os abrigos já prestando auxílio. Convocamos outros 25, que são do quadro da Prefeitura, cinco deles, no caso, já estavam no Gabinete da Causa Animal, então são 20 que estavam em outros órgãos, para reforçar essa força-tarefa.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: A questão que a Ver.^a Lourdes nos coloca sobre abrigos sem a Brigada, a Brigada nos informou que – já faz há algum tempo – que houve uma convocação de militares da reserva, e parte deles ficaria à disposição dos abrigos, isso eu acho que já está em andamento, não é?

SR. ANDRÉ FLORES CORONEL: Está em andamento nós temos, pelos últimos dados, em torno de uns 60 brigadianos da reserva e mais a segurança particular que o Município contratou também para grande parte dos abrigos.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Bem, ao Ver. Robaina, eu acho que já respondi, não tenho bem certeza se respondi ou não, mas acho que sim.

O Ver. Culau falou da questão da cooperação, e é ótimo que seja assim. Eu queria apenas destacar: nós não estamos tendo a dimensão do problema que nós estamos enfrentando. O Katrina foi menor do que aconteceu aqui no Rio Grande do Sul, não menor em número de vítimas, menor em abrangência, menor em número de problemas, e a maior potência do planeta, o mais rico país do mundo, que tem todos os sistemas de informação e prevenção sobre qualquer assunto, muito mais do que o nosso País... Uma CPI do Senado americano concluiu que as ações dos governos federal, estadual e municipal dos Estados Unidos, relativamente ao Katrina, foram um fracasso. Não sou eu que estou dizendo, eu tenho um documento do Senado americano e da Câmara dos Deputados. Nós estamos diante de um evento climático que é sem igual no Brasil, eu não tenho nenhuma dúvida, e é paralelo aos maiores do mundo em toda história recente da humanidade. Então, é claro que teremos dificuldades, problemas; tivemos dificuldades, problemas, e precisamos da colaboração de todos. Eu estou só dizendo isso porque, realmente, a dimensão do problema é muito maior do que o município de Porto Alegre, porque pega aqui a cidade de Eldorado, 90% da cidade está embaixo da água. São Leopoldo...

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Secretário, mas vocês não estão contratando a consultoria que trabalhou no Katrina para Porto Alegre?

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): É a mesma.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Primeiro, não estamos contratando... A consultoria se ofereceu gratuitamente para a Prefeitura, tem gente ajudando muito de graça. Então se ofereceu, é bem-vindo, contrato nenhum, não se rejeita.

VEREADOR ENGENHEIR COMASSETTO (PT): De graça, nem injeção na testa.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Não se rejeita. Qualquer oferecimento que houver, de quem quer seja, será muito bem-vindo. Às vezes, até oferecimento que nós achamos que talvez não fosse necessário, para não ignorar o oferecimento generoso de alguém, a gente diz: “Não, vem ajudar, etc., etc.”. Então a questão do Cadastro Único, unificado, são coisas distintas. Depois eu vou pedir para o secretário falar da organização das cestas básicas. A questão das 20 equipes da limpeza. Não, 20 era uma previsão inicial, mas obviamente se vai montar tantas equipes quantas sejam necessárias para limpar o mais rapidamente a cidade. O próprio secretário Assis, que no início estava presente, agora saiu... Bom, a cada dia chegam mais caminhões, mais retroescavadeiras, mais carregadeiras, mais...

SR. VICENTE MARQUES: E essas equipes não significam que são um pequeno contingente, tem equipes que têm 100, 200 pessoas espalhadas no território. Isso não significa que 20 seja um número específico, 20 pessoas, tem equipes que, às vezes, tem frentes que precisam de 20 pessoas, outras frentes que precisam de 100. Hoje à noite vai ter mais de 100 pessoas trabalhando numa limpeza noturna no Centro Histórico. E as equipes são um dimensionamento de pessoas e equipamentos, entenderam, pessoal?

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Bom, vamos lá, o Ver. José Freitas falou do cadastramento, quem está em casa e não está cadastrado, já começou aqui, nós vamos explicar daqui a pouco isso.

Aeroporto versus Humaitá, isso não procede. E cidades provisórias locais, nós estamos trabalhando com várias alternativas. Mas, por exemplo, quando no Porto Seco houve uma rejeição de vereadores, escolas de samba, enfim, tivemos que repensar esse assunto. Pensou-se no Grêmio, bom, o Grêmio rejeitou e tal, temos que repensar. Então temos um elenco de alternativas possíveis, e decidido quais esses espaços mais adequados.

Por último, o Ver. Mauro falou sobre a distribuição das doações, enfim, estamos vendo. Tem uma outra questão sobre o aluguel, o governo federal se dispôs a comprar apartamentos, já se chamou as imobiliárias, enfim, todos os setores que podem nos informar. Já há uma informação oferecida ao governo federal para, eventualmente, essas compras, e para o aluguel social, que está no nosso visor aqui como uma alternativa no atendimento às pessoas que estão desabrigadas. Vou pedir aqui ao Coronel que me complemente; depois, o secretário de Assistência Social; e depois, aqui, o presidente do DMAE.

SR. ANDRÉ FLORES CORONEL: Eu destaquei aqui alguns pontos, que me pareceu que a grande maioria dos senhores destacou. Acho que a gente pode começar com a questão do cadastro, para esclarecer bem os senhores, passo quem tem o conhecimento pleno dessa matéria.

SR. JORGE HELENO SANTANA BRASIL: Então, para esclarecer as perguntas foram feitas: nós temos hoje 142 cadastros de abrigos. São 142 abrigos, com 12.486 pessoas, mais ou menos. Doze desses abrigos são coordenados diretamente pela Prefeitura, o restante são voluntários mais a Prefeitura, pois a Prefeitura aporta recursos nesses abrigos e coloca serviços para melhor atendê-los. Lamento que a vereadora tenha sido mal-recebida lá no Vida, mas realmente essa calamidade chegou de uma forma avassaladora e as organizações custaram a conseguir manejar o total de público que era inesperado, foi chegando, ao longo do tempo, isso foi se organizando. Então o abrigo do Vida é um dos maiores. Lá no Vida ainda tem uma condição que se tem distribuição de donativos, tem um cadastro unificado lá. Então é o maior abrigo que nós temos.

Naturalmente é o mais complexo, mas eu convido a todos, novamente, para visitá-lo, para que a gente possa tirar essa má-impressão. O CadÚnico do governo federal: a FASC faz quatro abrigos por dia, amanhã é um dos exemplos, Ver. Culau, estará na UFRGS, na Esefid, lá farão um Cadastro Único para todas as pessoas que estão nesses abrigos. E dentro desses abrigos também se faz o que eu vou falar agora, que é o Registro Unificado. Foi lançado hoje para quem está fora dos abrigos, e para quem está dentro dos abrigos nós já vínhamos fazendo essa ação desde sábado agora. Então esse Registro Unificado vai ser um registro muito completo que nós passaremos para os governos para aqueles benefícios que não precisa ter o CadÚnico ou precisam ter apenas o benefício chancelado pela Prefeitura. E também servirá para qualquer outro tipo de benefício, justamente por ele ser muito completo, nós podemos usar para qualquer outro benefício do Município.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente, essa informação do secretário é muito importante, muito importante mesmo, do Registro Unificado, porque pega as pessoas que não estão nos abrigos e que, eventualmente, não preenchem os requisitos, que não estão nem no CadÚnico. Então é importante repetir quais são os requisitos para o Registro Unificado, porque é o que nos cobram todo dia na rua. Se eu sair agora na rua, o que vão me cobrar é isso. Então, se o secretário pudesse repetir os requisitos para o Registro Unificado, porque o Cad já se sabe, mas no Registro Unificado, por favor.

SR. JORGE HELENO SANTANA BRASIL: Então o Registro Unificado, eu não vou falar todos os requisitos aqui, eu estou dizendo que ele atende todos os requisitos que são necessários para os benefícios do DEMHAB, da Assistência Social e outras políticas do governo do Estado, do governo federal. Então, se nós entrarmos ali no *site* da Prefeitura, vai ter um amplo questionário e lá são várias perguntas: a unidade familiar, inclusive se tem *pets* ou não, a nacionalidade. Nós estamos lidando com essa calamidade que possui proporções estrondosas, logo, então, nós temos, dentro de um abrigo, às vezes,

30% de pessoas que são imigrantes. Então esse dado é importante. Então tem vários itens lá, eu não saberia enumerá-los agora, mas a gente abre aqui no *site* da Prefeitura que tem muito, é muito completo esse cadastramento, por isso que ele leva tempo a ser feito. E nós temos avançado, ao longo da semana, conversando com todas as pessoas que estão alojadas. Hoje, o cidadão entra no *site* da Prefeitura e confortavelmente, da sua casa, faz o cadastro. O senhor me ouviu, vereador?

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Sim, eu ouvi. Esse que se faz confortavelmente da sua casa é o do Registro Único, não é? Porque o outro é o Cad, que faz para quem está abrigado, não é?

SR. JORGE HELENO SANTANA BRASIL: É, no abrigo, nós fazemos os dois, aproveitando que a pessoa está no abrigo, nós levamos as equipes do Cad, para aqueles que não têm Cad. Nós levamos o Cad de forma remota, vamos indo de abrigo a abrigo. Então, talvez, por isso que a gente não tenha chegado em todos, esse é o Cad. Agora, desde sábado, nós fazemos o Registro Unificado de todos os abrigos, que é outro cadastro que nós podemos mandar para todos os produtos, para todos os programas do governo também. Porque existem programas que usam somente o CadÚnico, outros exigem o CadÚnico e outras comprovações. Então, nós fizemos essa ação justamente para estarmos preparados para atender a todos benefícios, sejam quais sejam, quais forem as exigências.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Secretário, só uma pergunta simples: quantas pessoas foram desabrigadas na cidade de Porto Alegre? Quanto se estima o número de pessoas desabrigadas, que deixaram suas casas? Tem uma estimativa?

SR. ANDRÉ FLORES CORONEL: Presidente, é o seguinte: nós temos uma estimativa dos nossos abrigos que foram em torno de 15 mil...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Não dos abrigos, eu digo pessoas que saíram das suas casas.

SR. ANDRÉ FLORES CORONEL: A gente estima que, pelo número, pode ser exatamente o dobro que esteja fora, não há um número certo ainda. É uma estimativa: o dobro, no mínimo, fora. A gente tem mapeadas as áreas atingidas. As áreas atingidas determinam ali em torno de 25 mil famílias, em tese, atingidas.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Então, nós temos 25 mil famílias, se botar quatro pessoas por família, vai dar 100 mil pessoas?

SR. ANDRÉ FLORES CORONEL: Só o CadÚnico...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Minha pergunta é assim: quanta são do CadÚnico e quantas pessoas que saíram de casa? Por exemplo, no Sarandi, nem todas as pessoas estão no CadÚnico, são pessoas que trabalham, que têm comércio, têm empresas. Eles não são pessoas que estão acostumadas a receber nem um tipo de benefício, ao contrário, são pessoas de classe média, em vários locais. Essas pessoas estão fora, elas não estão acostumadas. Então, eu quero saber assim: quanto estão nos abrigos? Tem 14, 15 mil nos abrigos, mas tem mais 50 que não estão nos abrigos. Os do abrigo vão ser fáceis de cadastrar, e essas outras 50, 60 mil pessoas que estão fora, elas têm direito a alguns benefícios, como vamos chegar nelas? Como elas acessam? Essas são as que mais nos preocupa. Todas nos preocupam, mas as que estão nos abrigos todo mundo cadastrou, os abrigos cadastraram, a Prefeitura vai ter uma forma de chegar mais fácil nesses cadastros. Agora, aquelas pessoas... Eu conheço pessoas que tinham condições, que não foram para abrigo, foram para casa de amigos, familiares, foram para praia. Perderam tudo aqui, mas eles tinham uma condição um pouco melhor. Esses como é que vão se cadastrar? Como é que a

gente vai chegar neles? As pessoas que estão na casa dos amigos, dos familiares.

SR. JORGE HELENO SANTANA BRASIL: Presidente, permita-me, então, tentar responder melhor. Vamos supor, vamos colocar aqui para poder todo mundo entender: nós temos 14, 15 mil pessoas nos abrigos, certo? Essas pessoas serão atendidas nos abrigos, com o Registro Unificado e com o CadÚnico, acabou. Agora, o que vocês estão perguntando é uma estimativa do impacto daquelas pessoas que estão na casa dos amigos, dos parentes, ou, então, nas suas próprias casas, que elas não quiseram sair, essa estimativa, pela marca, pela mancha de onde chegou a água, nós temos uma estimativa de, mais ou menos, 157 mil pessoas. Dessas 157 mil pessoas, nós temos 25 mil que são as pessoas mais vulneráveis, as pessoas mais pobres. Então é isto: existe uma estimativa de 157 mil pessoas. Se nós tirarmos essas pessoas que estão abrigadas, o número realmente é elevado de pessoas...

SR. ANDRÉ FLORES CORONEL: Como é que essas pessoas que não estão nos abrigos vão se cadastrar? Nós lançamos hoje uma plataforma *online* de autodeclaração, a pessoa vai lá e preenche. Nós temos aqui uma informação, não é confirmada ainda, mas que só hoje poderia ter chegado a 10 mil pessoas que foram lá e se cadastraram, cadastro *online*. Mas também nós temos postos fixos para essas pessoas que não estão nos abrigos procurarem a nossa rede, já foi feita a divulgação também desses locais, nós vamos estender aos senhores, onde as pessoas na dúvida, enfim, há pessoas que não têm essa capacidade de preencher, ou não têm alguém para apoiar, nem para preencher, ela vai fisicamente lá para tirar dúvida ou até mesmo para preencher, na hora, com o cadastrador.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Mas tem uma coisa que não está clara ainda. Nós vamos dar isenção de IPTU para as áreas atingidas pela enchente, que compreende o Centro Histórico, Humaitá, Navegantes

Anchieta, Extremo-Sul e o Sarandi. Se nós vamos dar isenção de IPTU dessas pessoas que foram atingidas, nós temos a residência dessas pessoas. Se nós nos comunicar com o governo federal e pegar o Caged, nós temos os trabalhadores que trabalham nessa área atingida. Nós estamos passando uma responsabilidade nossa para as pessoas. As pessoas já estão humilhadas na casa de alguém, a pessoa está lá sem o conforto da sua casa, e se sentindo invasor na casa de alguém.

SR. ANDRÉ FLORES CORONEL: Entendo, vereador, mas é importante...

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Tu tens alguma sugestão de como a gente possa fazer isso?

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): É mandar o CEP da área atingida.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Mandar os endereços das áreas antigas. E aí a Secretaria de Desenvolvimento Econômico tem o cadastro das empresas. Através do CadÚnico, isso aí está resolvido. Nós queremos saber aquele cara que trabalha lá numa cervejaria, num restaurante, no 4º Distrito; aquele cara que trabalha num minimercado, num armazém, num bazar no Sarandi, são esses caras que gente quer saber como é que vai ficar a vida deles. Eles vão continuar sem emprego, as empresas sem produto para vender, as empresas têm que arrumar os postos, arrumar tudo.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Essa a pessoa perdeu a casa, não tem onde morar?

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Sim, não é? Que perdeu o emprego...

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Não, mas R\$ 5 mil não é para quem perdeu a casa.

SR. ANDRÉ FLORES CORONEL: Vereador, permita-me esclarecer. O que acontece? Cada política de benefício, tem um cadastro diferente. Então, a política do Auxílio Reconstrução, do governo federal, é um tipo de cadastro. A política do Volta por Cima, do Estado, é outro tipo de cadastro. A política do Estadia Solidária é outro tipo de cadastro. O que o município de Porto Alegre fez? Optou por fazer um único cadastro bem-feito. A política habitacional é outro cadastro. Então a gente optou por fazer um cadastro que converse com os outros sistemas, que a gente possa aproveitar esse único cadastro, que a gente está chamando aqui de Registro Unificado, para utilizar em todas as políticas disponíveis. Então, ele só vai prestar uma vez a informação e o resto o Município vai fazer para ele. Então, nós estamos otimizando isso. Ele vai gastar um tempinho a mais para preencher, ou nós para entrevistá-lo, de 40 minutos a uma hora, mas esse dado nós podemos utilizar, depois, para qualquer política, para qualquer benefício, principalmente esses benefícios que vão ser temporários agora, alguns não vão ser para sempre, vão ser temporários.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Nós entendemos isso, nós só precisamos saber como é que as pessoas preenchem esse cadastro, não só aquela pessoa que já está acostumada. O cara que tem o mercadinho, como o Ver. Janta falou, o cara que tinha uma empresa, ele também tem direito a receber os R\$ 5,1 mil, todos os atingidos pela enchente têm direito. É um cadastro único, como é que faz esse cadastro, é no *site* da Prefeitura? É isso?

SR. ANDRÉ FLORES CORONEL: Na plataforma da Prefeitura, ou pessoalmente.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): A Prefeitura não pode informar ao governo federal as zonas atingidas pela enchente? Com as zonas atingidas pela enchente, o sujeito vai dar o nome e o endereço.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Eu, por incrível que pareça, concordo com o Ver. Robaina. E vamos dizer o seguinte: tem pessoas que nunca foram vulneráveis e que agora são vulneráveis, porque a enchente igualou todo mundo.

SR. ANDRÉ FLORES CORONEL: Isso tem uma complexidade de dados. E o fato de nós também fazermos o nosso cadastro, não quer dizer que os governos estadual e federal vão concordar. Eles vão cruzar dados para ver se efetivamente aquilo que a pessoa autodeclarou é aquilo mesmo, porque, infelizmente, nós temos dificuldades. Tivemos uma experiência na covid, não sei se os senhores recordam, era autodeclaração, só no Rio Grande do Sul aqui 60 mil pessoas foram lá e basicamente mentiram.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Mas, Coronel, aí vai ser um problema do governo federal. O governo federal vai ser responsável. O próprio ministro Pimenta falou em autodeclaração. Se a Prefeitura dá o local que a pessoa mora, isso é suficiente.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Já que está todo mundo falando, quero fazer uma pergunta também...

(Manifestações sobrepostas. Ininteligíveis.)

SR. ANDRÉ FLORES CORONEL: (Início da manifestação ininteligível.) ...o senhor está falando do governo federal, caso ele aceite a mancha, vamos ganhar muito tempo com relação a isso. O que a gente se tem certeza hoje com relação à mancha, com o CadÚnico, nós temos essa condição hoje, porque eles têm

dados suficientes para cruzar. Então, quem está com o CadÚnico há 12 meses efetivados, essas pessoas não vão precisar para essa política o cadastro. Mas acontece que tem várias outras políticas que, principalmente a habitacional, vão requerer uma série de dados mais especificados das pessoas, e outras políticas do próprio Estado. O próprio Estadía Solidária que vai requerer, inclusive, não é autodeclaração, o Município vai ter que ir lá aonde ele diz que tinha sua residência para atestar se realmente a casa não tem condições. Então essa pessoa ela vai passar a ganhar o Estadía Solidária e, conseqüentemente, vai entrar para o programa da habitação definitiva, que nós...

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Coronel, o que eu estou me referindo é o seguinte: esse caso aconteceu comigo, eu fui entregar a cesta básica, cheguei lá, o cara me abraçou e começou a chorar. O cara é um garçom de um bar do 4º Distrito, ele está lá no Partenon sem trabalhar, porque a empresa está embaixo d'água ainda. Como ele vai ficar? Estão vencendo as contas dele, está vencendo tudo dele, ele está na casa de alguém, de um parente, como é que ele vai ficar? Ele não está no CadÚnico, ele não está! A empresa dele foi alagada, a empresa que é o sustento da família dele foi alagada; tem bares e restaurantes em que trabalham o homem e a mulher – a mulher é cozinheira e o cara é garçom. Nós temos vários exemplos no Mercado Público, não vou nem pegar o 4º Distrito, vou pegar Mercado Público. As pessoas que trabalham naquelas bancas e não moram no Centro, numa região atingida, mas tiveram que sair, estão sem emprego. A essas pessoas que eu estou me referindo, como é que essas pessoas vão ter acesso a ajudas do governo se o governo tem um cadastro de IPTU, tem um cadastro DMAE que cobra as pessoas, como é que o governo não pode dar essa declaração dizendo: “O fulano trabalha em tal lugar, está aqui, a empresa declarou que ele trabalha nesse lugar e foi atingido”. Por que não dá para ser assim?

SR. ANDRÉ FLORES CORONEL: Vereador, hoje a política... Os benefícios que estão... Por ora, tem muita coisa em andamento, em discussão, por isso nós

estamos falando agora em usar o georreferenciamento para pagar benefícios. Isso foi discutido hoje de manhã, amanhã tem uma nova reunião, e hoje mesmo já recebi aqui *feedbacks* de que nós vamos conseguir botar o pessoal do CadÚnico por georreferenciamento. Então essa coisa que o senhor está falando de alguém que não está na área alagada, está fora, mas a pessoa perdeu o emprego, ela está, enfim, com dificuldade e tal, isso também está sendo discutido para, eventualmente, criar algo. Já foi pensado, por exemplo, em dobrar o valor do Bolsa Família aqui no Rio Grande do Sul, ou em Porto Alegre, ou nas áreas alagadas, enfim, para...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Isso não existe. Isso é impensável. O exemplo que o Ver. Janta deu, que é um exemplo real e multiplicado aos milhares, não tem solução, não tem proposta, não tem nada para receber pelo que o senhor está relatando, isso está sendo pensado, é isso?

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Coronel, só quero ajudar aqui.

(Manifestações sobrepostas. Ininteligíveis.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Só um pouquinho Ver. Medina. Eu lembrei que o projeto de lei do governo que chegou na Casa ontem condiciona a repercussão financeira para atender cinco mil pessoas até R\$ 1 mil em 12 vezes. Tem muito mais do que cinco mil pessoas. Tem que modificar. O senhor acaba de dizer que ainda estão discutindo, estudando. Tem que ter esse cuidado, tem que deixar em aberto, não se sabe se são 5, 10 ou 20 mil. Vocês estão condicionando a repercussão financeira em cinco mil.

SR. ANDRÉ FLORES CORONEL: Não, Ver. Oliboni, não são cinco mil pessoas, são cinco mil famílias. Possivelmente é esse número, como é ligado à família, vai a 25, 30 mil pessoas. O Estadia Solidária é exatamente para aquela pessoa que não vai poder voltar para casa, então é uma estimativa, como se falou aqui,

isso não é estanque, é uma estimativa, nem se alguém disser que sabe o número correto em Porto Alegre não vai falar a verdade, é uma estimativa, nós só vamos saber disso efetivamente quando as pessoas se cadastrarem e quando as águas baixarem. Aí vai ter um tempo, um *delay* que a gente vai ter que fazer uma verificação também se efetivamente a pessoa perdeu toda residência para ter acesso. São vários tipos de benefício: tem benefícios que são porta livre, a pessoa não precisa provar nada, simplesmente nós vamos mandar o cadastro e ela vai se inscrever; outros, vai depender se ela está associada ao Cadastro Único, se ela é pobre ou da extrema pobreza, outros vão ser ligados se a pessoa perdeu a habitação ou toda sua habitação. Então conforme o perfil de cada um é quem vai ser adaptado o benefício.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Nós temos, secretário, pessoas aqui, vereadoras, vereadores, secretários, que são pessoas relativamente ou bastante instruídas. E não é simples entender aqui, não é simples entender. O que eu acho é que nós teremos hordas e hordas de desesperados atrás de informações que não chegarão. Hoje nós já vimos nas ruas em Porto Alegre pessoas em lugares, como ali na esquina da Av. João Pessoa com a Av. Venâncio Aires, não sei o que tem ali, mas já tinha multidões de pessoas buscando o tipo de informação que não tem. A informação não existe, porque sequer aqui existe. O Registro Único, pelo que eu entendi, pegaria todas as informações de todos os benefícios possíveis para o mesmo indivíduo. Não que um mesmo indivíduo possa ter todos os benefícios, mas, digamos assim, o Registro Único diria tudo o que ele pode ter. Que é diferente daquele outro, que é diferente do outro, mas até chegar no Registro Único vai levar muito tempo, as pessoas estão com fome, estão desesperadas, não têm onde dormir. Muitas vezes eu vi casos – vocês também, certamente – em que as pessoas conseguiram o abrigo, estão dividindo a comida com a família que abrigou, chegou mais uma família e já não dá a comida para três. Então isso aí é urgente, é muito urgente! É isso que eu quero perguntar: nós teremos...

(Manifestações sobrepostas. Ininteligíveis.)

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Deixa eu falar um pouquinho aqui, se me permite. Eu quero dizer o seguinte, por exemplo, os senhores podem nos ajudar: se o governo federal aceitar o mapa dos alagados como instrumento de critério para receber os R\$ 5,1 mil, nos alivia a questão do cadastro...

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Muito bem, Schirmer...

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Mas ficou para o município, ficou para os municípios informarem, está correto, tem que ser o município que determina.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Estou pedindo a ajuda de vocês, não depende de nós...

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Schirmer, mas aqui é o seguinte...

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Deixa só eu terminar de falar.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Perdão.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: O governo federal pediu que as prefeituras façam o cadastro, então nós temos que fazer o cadastro. E aí, bom, vai levar tempo; agora, se o governo federal aceitar – e seria ótimo que aceitasse – o mapa de onde ficou alagado e isso bastar para ser beneficiário, já apresenta lá um atestado de residência, seja o que for, maravilha, para nós está bem, porque alivia um monte de gente que está fazendo cadastro, voluntários da Secretaria de Desenvolvimento Social, da Saúde, da Habitação, da Defesa Civil, um montão de gente que está trabalhando nesse cadastro. Isso é uma coisa.

A outra coisa que eu queria falar um pouco, na linha do que vocês dois falaram, o Janta e tu, é sobre aquele cidadão... Vou pegar o Mercado, que eu achei um

bom exemplo: o cara trabalha no Mercado, mas ele não perdeu nada, a casa dele está intacta, ele está bem, tem luz, tem água, só que não vai ter salário. Eu sei de alguns empresários que estão dando férias para os seus servidores, remuneradas, obviamente, até para saber o dano da sua empresa, mas este é outro assunto. Nós já falamos com o governo federal sobre um Pronampe para preservação de empregos, porque a Prefeitura, não me levem a mal, pode ajudar o microempresário, o MEI, mas não dá para ajudar grandes empresas, pode dar isenção de imposto, *etc.* e tal, mas aí tem que ser volume de dinheiro, um Pronampe para essas pessoas. Sei que o governo federal está estudando junto fazer um programa que não é para Porto Alegre, é para as regiões atingidas, os municípios atingidos do Rio Grande do Sul. Então é claro que vocês têm razão no que estão dizendo, eu concordo plenamente, a pessoa atingida não é só porque está embaixo d'água, também foi atingido porque perdeu o emprego, porque recebeu uns familiares que estão embaixo d'água, *etc.* Então nós estamos trabalhando na emergência, e qual é a emergência? É o que está embaixo d'água. Já é difícil para nós, porque nós sabemos dos abrigados, esses nós sabemos; agora, quem está na casa de parentes, na casa de amigos, do pai, do vizinho, em algum lugar, nós não sabemos, a gente pode estimar mais ou menos. É difícil termos essa informação. Podem ser 10 mil, 15 mil, 50 mil. E tem outra coisa, não é só a casa de pessoa pobre que está embaixo d'água, muito rico está embaixo d'água, obviamente ele tem recurso para resolver a sua vida – ao menos eu espero! Então nós estamos tentando privilegiar aquele que está na absoluta loma, aquele que está nas zonas mais carentes e mais necessitadas da cidade, que não tem parentes, que está num abrigo e que não teve um socorro imediato. Nós estamos diante de uma dimensão de um problema que nós estamos aprendendo dia a dia, e cada dia tem um desafio diferente. Eu estou tentando compartilhar isso aqui, porque não pensem que nós sabemos tudo, nós estamos cheios de dúvidas e com escassez de informações. É claro que nós queremos compartilhar tanto a dúvida, tanto a escassez da informação quanto a informação que nós temos e aquilo que nós estamos fazendo na emergência.

Esses cinco mil, bom, se o governo entrar com R\$ 400,00, esses cinco mil não vão mais ser cinco mil, podem ser 10 mil de R\$ 400,00 que a Prefeitura vai aportar, podem ser 20 mil de R\$ 400,00, podem ser 30 mil de R\$ 400,00, desde que o Estado entre com os outros R\$ 400,00 e a União. Qual é o problema? Ontem nós conversávamos com o ministro Pimenta e o assessor dele, o Maneco, eles disseram que se vão fazer para Porto Alegre, terão que fazer para todo o Estado. Aí eu disse: “Bom, nós não podemos falar pelas outras prefeituras, se estão dispostas a botar R\$ 400,00, mas nós estamos”. Agora, se o governo federal e o estadual não quiserem compartilhar, e eu tenho maior respeito, isso não é crítica, o que nós temos capacidade no momento é de cinco mil famílias com R\$ 1 mil – cinco mil famílias. Daqui a pouco cinco mil é absolutamente insuficiente, está bom, vamos aumentar para 10 mil, vamos aumentar para 15 mil. Olhando, obviamente, que também não adianta querer prometer que vai botar dinheiro e daqui a um mês não ter mais, porque esse é o quadro, a entrada de dinheiro na Prefeitura é escassa e vai diminuir em função da falta de arrecadação, nós já estamos abrindo mão de dois meses. Bom, daqui a dois meses vamos sentar e ver que é insuficiente, que vamos precisar dar mais, e vamos tentar dar mais, entendeu? Compreendo essa preocupação de vocês, sim: cinco mil é pouco? Provavelmente sim; dois meses é pouco? Provavelmente sim, mas é o que se pode fazer já. Daqui a dois meses, daqui a um mês vamos examinar alternativas. Nós estamos vendo sobre o microcrédito, por que microcrédito com uma carência maior do que o tradicional e com subsídio do juro e de parcelas, por que isso? Porque o cara da fruteira, que perdeu todas as frutas e perdeu a geladeira, o refrigerador, o freezer, o balcão ou não sei que, se ele não tiver apoio imediato, ele não volta mais à atividade em 30 dias e ele vai para fila da carência social e da carência econômica. Eu tenho informação de que o uma quantidade enorme de pequenos empresários, enfim, esse tipo de pequenas oficinas já está encaminhando para as suas imobiliárias a rescisão dos seus contratos de locação. Então é isso que a gente quer evitar, é o imediato, é o desafio de hoje, não é daqui a 30 dias. Eu compreendo a preocupação de vocês, nós compreendemos, mas eu queria compartilhar com vocês um pouco

da dificuldade que nós temos: ou falta informação, ou falta compreensão do que que as pessoas carentes estão querendo. Então aí está aquela ideia de uma cesta de possibilidades: o aluguel social, a Estadia Solidária, quem sabe um hotel, quem sabe a moradia provisória. Bom, a pessoa vai optar: agora eu quero voltar para a minha casa e quero um dinheirinho para melhorar um pouco a casa porque caiu a parede, não tem mais colchão, não tem geladeira. Também estamos examinando essa possibilidade, porque a pessoa vai voltar para casa e não tem nada, não tem geladeira, não tem fogão, está tudo perdido; mesmo que a casa esteja intacta, ela precisará de uma ajuda, qual? Algum dinheiro para comprar algum equipamento para casa, para minimamente a pessoa viver, ela precisa de algum alimento para sobreviver nos primeiros dias, então cada caso é um caso, não dá para ter uma regra fixa como se todo toda realidade fosse igual. Não é, ela é distinta, e qual é a preocupação da Prefeitura? Primeiro do ponto de vista social, aqueles que vão perder tudo, vão perder a casa, vão perder o que tem dentro de casa e não vão ter para onde voltar, e se quiser voltar pode ter casa, mas a casa não tem condições, não tem nenhum mobiliário dentro. Por outro lado, a questão do pequeno e médio, que, obviamente, se não voltar à atividade em 30 dias, não volta mais! E se não voltar mais, ele vai para a fila do desespero, infelizmente.

O Ver. Janta, o Ver. Robaina ou o Ver. Pedro Ruas – não me lembro qual dos dois – falaram daquele camarada que não perdeu nada, ele mora numa região não flagelada, mas está correndo risco de perder o emprego. É uma preocupação, claro que tem que ser, porque isso é inevitável, vai acontecer, então vamos ver de que forma se enfrenta esse problema.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Qual é o perfil... O secretário falou há pouco da probabilidade de serem cinco mil famílias, e depois poderão ser 10 mil, 20 mil, 50 mil, enfim, mas por enquanto são cinco mil; qual é o perfil dessas cinco mil? Esse é aquele que perdeu tudo, que já perdeu a casa, que já perdeu os móveis, que já perdeu emprego, esse é o que já perdeu tudo? Que cinco mil são

esses? Ou nesses cinco mil tem também o que não perdeu casa, que só perdeu tudo?

SR. ANDRÉ FLORES CORONEL: Só retoma para mim, vereador. Eu não lembro de ter falado cinco mil, porque eu falei os que estão nos abrigos, é isso que o senhor está falando?

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): As cinco mil pessoas imaginadas, que vocês se referiram, imaginadas, tem perfil de quem perdeu tudo? É isso?

SR. ANDRÉ FLORES CORONEL: Exatamente, vereador, o que é o Estadia Solidária? É uma espécie de aluguel, um auxílio aluguel que a pessoa vai receber. Essa pessoa perdeu a sua casa; essa Estadia Solidária é um tempo que nós vamos ter, junto com o Estado e especialmente com a União de resolver a estadia definitiva dela. Para isso está sendo montada uma série de estratégias com governo federal e com o governo do Estado para que a gente possa adquirir o mais rápido possível essas residências. Eu até eu posso lhe dizer o seguinte: Porto Alegre possivelmente vai ter estoque para atender as pessoas, pelo tamanho de Porto Alegre e pelo número de imóveis que tem em Porto Alegre, ela vai, de uma forma ou de outra, conseguir, pelo menos a grande parte, ela vai conseguir atender, mas a União, especialmente, precisa de um tempo para executar essa política habitacional, ela precisa... Tem trâmites burocráticos, tem medidas que têm que ser feitas, como compra, documento, cartório, tem uma série de situações que vão demandar tempo. Então, por mais rápido que seja, a gente tem que fazer uma política, e aí foi a nossa sugestão para o Estado e para a União: vamos dar dignidade para essas pessoas, para que elas possam, durante o algum tempo, pelo menos seis meses renováveis por mais seis meses, locar algum local que seja de um amigo, seja de um familiar ou seja até formalmente de alguma imobiliária, ela até pode se juntar com outra família para também locarem juntos. Enfim, nós vamos dar dignidade para essas pessoas,

durante esse lapso de tempo, as que perderam toda sua moradia, então as cinco mil famílias, em tese, seriam as pessoas que perderam a sua moradia.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Mais alguma coisa que não foi respondida?

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu tenho que registrar que esse número é bem inferior ao real. Dou um exemplo: só as pessoas chamadas em situação de rua, os que já não tinham casa antes, essas pessoas já são mais de cinco mil.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Tenho certeza de que esse número é bem inferior ao real também.

(Manifestações sobrepostas. Ininteligíveis.)

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Mauro, eu estou me dirigindo ao amigo Maurício, ele está aí? Não foi respondida a minha pergunta.

SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER: Nem uma pergunta sobre o DMAE foi respondida, nós estamos esgotando essa parte aqui. Se quiserem passar para o DMAE, já passo aqui para o Maurício.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): A minha pergunta... Eu me manifestei, não teve resposta, ao menos não entendi. Haverá bombas flutuantes para retirada de águas ali do Humaitá/Farrapos ou isso definitivamente não haverá.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Maurício, aproveitando a pergunta do Ferronato: a água no Humaitá, Anchieta e Sarandi, qual a previsão? Tem previsão ou não tem previsão de todas as áreas alagadas? Acho que tu já falaste, mas talvez a gente não tenha entendido bem.

SR. MAURÍCIO LOSS: Vamos repassar, Presidente, vereadores, da maneira que precisar, e se por acaso no manifesto aqui não responder algum, sigo à disposição. Em relação às bombas flutuantes, nós estamos com duas, neste momento, lá no Sarandi e nós vamos colocar mais duas. Por que nós colocamos ali junto ao dique, junto à casa de bombas 9 e não lá dentro do bairro? Porque lá dentro do bairro nós não temos para onde bombear, em vários pontos não temos ainda como acessar, a água está muito alta, não temos como ter uma parte seca para colocar o gerador, mas o principal é que nós não temos para onde bombear. Então nós estamos com essas bombas na casa ao lado da casa de bombas 9, justamente para baixar a água ali, para aí conseguir acessar a casa de bombas 9, recuperar os motores, painéis, e colocá-la em funcionamento. Aí, sim, gradativamente, ela vai captando água de todo o bairro, de toda região, e nós, na medida do possível, vamos partir para casa de bombas 10. Nós não temos como colocar bombas flutuantes na casa de bombas 10, porque nós não temos como acessar ali, porque o dique está tomado de casas. Aqui acho que também já respondo uma pergunta do porquê da fragilidade do dique do Sarandi. Esse dique precisa ser revisto, ele precisa ser recomposto na parte que rompeu, e ele precisa ser reestruturado e reerguido. Nós estimamos, por cima – esse dique tem mais ou menos uns 8 quilômetros –, R\$ 130 milhões, R\$ 150 milhões. Além do que temos que retirar todas as famílias que ali estão, que estão ali há 20, 30, 40 anos, e que num determinado momento cavaram para colocar sua casa e mexeram na estrutura do dique, e isso foi fragilizando o dique. Então nós não temos, no momento, como colocar a bomba flutuante próxima à casa de bombas 10, vai depender de quando retomarmos a 9, gradativamente a água vai baixando na região.

Nós estávamos avaliando a questão de botar bombas flutuantes na região do aeroporto. No aeroporto – que além de ser um instrumento extremamente importante para a economia de Porto Alegre –, colocando as bombas ali, também baixa na região, nós não queremos beneficiar somente o aeroporto, nós queremos beneficiar a região. Assim como nós estamos avaliando, e os técnicos

vão definir, se nós vamos colocar também bombas ali na Av. Severo Dullius, e nós estamos trabalhando na casa de bombas 6, que é a do Anchieta, próxima da divisa com Canoas. Também temos que recuperar a Ceasa, que é um instrumento extremamente importante para a economia não só de Porto Alegre, mas do Estado. E no aeroporto serão colocadas as bombas dos arroseiros, nós conseguimos essa parceria com os arroseiros, e eles vão começar a colocar as bombas ali a partir de amanhã. No Humaitá é o mais difícil, pessoal; eu retomo aqui o que eu falei: nós tínhamos lá no início aventado a possibilidade de colocar bombas flutuantes no Humaitá, só que isso era quando as comportas estavam fechadas e quando as casas de bombas não estavam funcionando. Agora nós temos a casa de bombas 5, nós temos as comportas 11, 12 e 14, a comporta de nº 11, da São Pedro, foi aberta agora, faz mais ou menos uma hora, duas horas, mais ou menos, que nós desobstruímos toda ela, então, a água está correndo por aí; a comporta de nº 11, então – respondendo a questionamentos. Então, nós não temos agora, não tem por que botar essas bombas ali onde as comportas e onde as casas de bombas estão funcionando. Como o Humaitá, o Navegantes, todo o 4º Distrito é protegido por diques, seja pela *freeway*, ou seja, pela Av. Castelo Branco, os únicos pontos de saída são ou pelas casas de bombas ou pelas comportas. Nós estamos gradativamente, então, colocando em funcionamento as casas de bombas e as comportas também, conforme a possibilidade, estamos abrindo. Então é aquilo que eu falei na rádio Gaúcha, aquilo que chega até os senhores: nós não temos como botar casa de bombas ali, e a gente sabe, o pessoal o Humaitá ainda está muito afetado, a água está muito alta. E nós não temos também como pegar uma bomba e passar por cima da *freeway*, primeiro, porque nós teríamos que interromper todas as pistas da *freeway* para largar a água lá no Guaíba. E essas bombas não são de recalque, a partir do momento que eu coloco a bomba aqui e que eu ergo a tubulação para passar água por cima, ela perde a eficiência. Então, pode ser que a gente nem consiga bombear nada ali. Então tem questões técnicas que limitam muito a nossa atuação mais do que nós estamos fazendo na região do Humaitá. Claro, nós não vamos parar por aqui e dizer: “Definitivamente está encerrado tudo o

que nós podemos fazer no Humaitá”. Não, mas, de momento, tudo que é possível, nós estamos fazendo. Eu acho que isso...

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Maurício, só um apartezinho. O pessoal está desesperado no Anchieta/Humaitá. Sem um sistema de drenagem daquela água, quantos meses serão necessários para secar a Vila Farrapos e Humaitá? Esta é a minha preocupação e é a preocupação dos moradores de lá. Até porque, tenho familiares que moram lá, e alguns na minha casa, eles estão desesperados dizendo que sem um sistema de drenagem forçada, isso vai demorar, olha, não vou dizer um mês, mas vai estar por aí mesmo. Eu acho que... não sei, se passar, atravessar a Av. Castelo Branco, fazer uma espécie de uma passagem e depois dar uma cobertura, abrir uma espécie de vala, não traria uma solução melhor e mais imediata do que esperar apenas por aquilo que temos lá. A experiência do bairro demonstra isso, que qualquer alagamento mínimo demora a escoar, imagina o tamanho que se tem hoje. É a minha observação, querido amigo.

SR. MAURÍCIO LOSS: Não, perfeito, vereador. Por isso, e eu reitero aqui, não estão esgotadas as possibilidades. Eu quero dizer que, até o momento, fizemos; agora, se os engenheiros entenderem que nós podemos fazer uma galeria, o que não é tão simples – não, vereador? –, porque passam veículos extremamente pesados ali, e que, uma galeria pode não suportar ali na *freeway*, não é uma obra simples... (Problemas na conexão.) ...para o escoamento da água. Mas não está descartado.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Obrigado, a minha sugestão é essa, uma espécie de galeria por baixo da *freeway*.

SR. MAURÍCIO LOSS: Está bem, está bem.

Ver. Ramiro, acho que eu respondi duas questões do senhor, que é a comporta nº 14. Ela está aberta, e não há nem por que botar a bomba ali, até porque a

vazão da comporta é maior do que a da bomba, pela largura que tem a comporta. A comporta hoje, o senhor falou também, está aberta. E as CBs 2 e 3, que o senhor falou. Então nós religamos a 4. E o Darcy, meu adjunto, e o Caberlon, que é assessor tanto da Prefeitura e nos ajuda muito no DMAE, eles estão, neste momento, reunidos com os arroseiros e ficaram de encampar a CB 1 e a 3. Só que agora também estava com uma conversa de que seria muito custo, que não teria condições. Então, isso está em análise, neste momento, estão em reunião lá no DMAE, agora, para definir em relação à nº 3. A nº 2 foi uma das últimas agora em que a água conseguiu escoar mais. Então, nós temos que partir, então, para retirar aqueles motores, levar para lavar, para secar, isso demora de dois a três dias, até porque, nós temos uma fila grande de motores lá na empresa terceirizada que faz a lavagem e a secagem. Nós temos que abrir os motores, tirar o barro que entrou em todos aqueles motores, deixar em estufas por 24 a 48 horas e depois remontar. Então, é um processo demorado. E assim como nós estamos atuando na casa de bombas nº 6, há previsão de nós ligarmos amanhã a nº 13 do Menino Deus, a nº 6 do Anchieta. Então, estamos atuando com as bombas lá da Sabesp, na nº 9; as nºs 1 e a 3, estão em reunião agora. Então, gradativamente, nós já estamos avançando para casas de bombas.

A água que voltou no Menino Deus é porque tinha caído, momentaneamente, a energia lá na CB 16, e depois conseguimos religar e, nós temos até um gerador de *backup* lá conectado a um motor. Mas agora já estão funcionando os motores lá, foi uma subida temporária, mas a região do Menino Deus já normalizou.

O caixa do DMAE, como o Ver. Jonas comenta. Senhores, o que acontece? O DMAE tem déficit orçamentário e superávit financeiro. O DMAE incorporou o sistema de drenagem, desde que veio o DEP para cá, só que não há uma tarifa de drenagem, não há um percentual cobrado, assim como há do esgoto, que é de 80%. Então, nós temos que investir, seja nos nossos contratos, seja em investimentos, nós temos sempre um valor exorbitante. Nós temos aproximadamente R\$ 900 milhões de receita por ano, no DMAE, e nós temos, num primeiro momento, quando nós vamos fazer a nossa LDO, a nossa LOA, nós temos ali um custo, entre investimentos de contratos e demais

investimentos, de R\$ 1,2 bilhão. E aí a gente vem cortando até se adequar, até os R\$ 900 milhões, então para tudo que entra seria tudo que sai. Porém, ao longo do ano, uma série de fatos não se concretizam, como licitações que dão fracassadas, licitações em que o licitante ganha e não executa o contrato, aquela licitação que se arrasta, aquela obra que se arrasta, há uma previsão em um ano de se gastar R\$ 50 milhões em uma obra; se gastam 30. E assim vai por todos os mais de 500 contratos que o DMAE tem. Então, sempre, todo ano, sobra dinheiro pela inexecução dos diversos contratos que o DMAE tem de diversas obras, diversos investimentos, diversos contratos de manutenção, e isso vem se acumulando. Mas, no ano passado, assim como a Prefeitura fez o PAI, o Programa de Aceleração de Investimentos, nós, DMAE, também fizemos. Nós já tínhamos, até agora, o mês de abril, licitado R\$ 45 milhões de um montante de aproximadamente R\$ 300 milhões em obras de água, de esgoto e de drenagem. Só que agora, as nossas prioridades, de momento, paramos porque tem que se fazer uma reanálise em tudo isso, principalmente em todo o sistema de drenagem e proteção contra cheias que são obras extremamente emergenciais... Sobre abertura de comportas: isso nós estamos abrindo, vereador, conforme temos condições inclusive de chegar com maquinário. Aquela medida extrema de deitar-se a comporta, de arrancar-se a comporta, foi porque realmente havia uma grande diferença ali entre a água que estava na Av. Mauá para o nível do cais, que é aproximadamente de 40 a 50 centímetros. E nós, naquele momento, não conseguimos chegar com máquina e com caminhões para conseguir fazer a abertura pelo método tradicional. Então, tivemos que pedir o apoio de um rebocador e derrubar a comporta. Então, gradativamente, assim como abrimos hoje a comporta 11, gradativamente, nós vamos avançando em relação a isso.

A comporta 14, já expliquei para o Ver. Ramiro.

As bombas do aeroporto, expliquei para os senhores, mas caso tenha alguma dúvida, posso falar. O Ver. Janta fala do abastecimento normalizado, mas, vereador, nós temos, sim, a interrupção, e até falando aí da região do senhor, que pega o sistema São João, são dois fatos. Um primeiro, que pega Porto

Alegre no geral, que, às vezes, nós temos que baixar vazão pela questão da turbidez da água, muita água muito barrenta, que é de difícil tratamento, isso a gente vem falando bastante, é divulgado bastante. E a outra questão que acontece no sistema São João, e até postei hoje um vídeo no meu Instagram da bomba de nº 2 ali, do sistema Moinhos de Vento, completamente tomada de lixo. E isso aconteceu também no gradeamento do sistema São João, acumulou tanto lixo que veio pelo Guaíba e pela água que ali alagou todo o entorno, acumulou tanto lixo na grade que a sucção das bombas acabou deslocando a grade. E agora, como nós não conseguimos fazer uma parada grande... (Problemas na conexão.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vereadores, eu acho que por hoje já tivemos bastante, acho que demonstrou que a gente precisava conversar, porque ficamos umas cinco horas ou mais conversando aqui e dialogando. Foi importante, esclareceu bastante coisa; algumas coisas ainda ficaram na dúvida, mas são 19h31min. Podemos encerrar e continuamos numa próxima. Acho que abrimos um canal aí – não é, Schirmer? – para os vereadores participarem mais. Era isso, Schirmer?

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Presidente, só tem uma coisa que não foi respondida até agora, não foi esclarecida: a questão das cestas básicas e a forma que as pessoas que estão sendo acolhidas se cadastram, como é que é feito esse cadastro, como é que estão sendo distribuídas essas cestas básicas, isso aí, até agora, não se teve a resposta.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): É, mas eu acho que já o tempo... continuamos numa próxima sessão.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Presidente, eu acho que são importantes algumas proposições que nós apresentamos. Dentre elas, que o Schirmer fica informando, no grupo de vereadores, ações de governo, porque está para ser

protocolado, inclusive, o projeto de lei do governo até amanhã. E eu queria perguntar, Presidente, segunda-feira tem sessão, roda pauta nesses projetos, qual é a intenção da próxima semana, uma vez que nós só temos segunda e quarta?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Bom, foram protocolados mais dois projetos do governo hoje, além dos três que foram de manhã; já apregoamos três dos cinco, então, tem cinco projetos de governo, três já estão com pareceres prontos, faltam mais dois, a Procuradoria vai fazer os pareceres. Segunda-feira, corremos pauta e já fazemos a reunião conjunta das comissões e, quarta-feira, votamos. Ficou bom assim para o governo e para os vereadores?

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Eu acho que nós falamos muito aqui em desburocratizar e agilizar esses benefícios; o governo federal já está liberando grana, e o governo municipal está demorando.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Só falta entrar na conta.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Acho que precisamos entrar num acordo para agilizar esse processo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Mas eu acho que está agilizado.

Vereadora Mônica Leal (PP): Oliboni, liberar, tudo bem, eu acho ótimo, desde que esteja na conta. Já entrou?

Vereador Aldacir Oliboni (PT): O Fundo de Garantia já entrou.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O projeto entrou hoje de tarde, nós vamos votar na quarta que vem – sete dias.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Olha só isso, o governo municipal tem que informar o governo federal dessa questão das áreas que foram alagadas para as pessoas poderem se cadastrar e receber os R\$ 5,1 mil. Isso é uma questão debatida aqui, o governo pode resolver isso logo.

SR. CESAR AUGUSTO SCHIRMER: Ver. Oliboni, se o governo federal aceitar dar às áreas alagadas, nós entregamos o mapa do alagamento amanhã, tudo prontinho, rua por rua.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Dá uma ligada amanhã para o Pimenta e resolve isso.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Schirmer, eu acho que deveria fazer isso, e, se o governo federal não aceitar, o governo federal que explique.

Vereadora Mônica Leal (PP): Ah muito bem, é isso aí, Robaina.

SR. CESAR AUGUSTO SCHIRMER: Amanhã vou falar com o Maneco e o Ministro Pimenta... (Problemas na conexão.)

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Schirmer, secretário, eu acho muito importante isso, porque eu vou cobrar do governo federal, porque eu ouvi do ministro, eu estava numa reunião em que o ministro falou de autodeclaração. Só que é evidente que a pessoa não vai fazer autodeclaração sem ter nenhuma informação prévia da moradia dela. Mas o governo municipal, deixando claro a moradia, formalizando, o governo federal tem que explicar.

SR. CESAR AUGUSTO SCHIRMER: Essa questão da autodeclaração não existe, eu estava junto com o Coronel ontem à noite, e perguntamos qual era o mecanismo de pagamento de escolha e foi dito, com todas as letras, que é o cadastramento da Prefeitura.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Eu sei, eu vi, Cesar Schirmer, eu vi no *site* do governo federal isso, que tem que ter o cadastramento da Prefeitura, eu vi isso. O problema é o seguinte: eu poderia ter duas opções, ficar cobrando da Prefeitura simplesmente o cadastramento, que é o que eu estou fazendo obviamente, eu estou cobrando como é que vocês vão cadastrar *etc., etc.*, com que equipes, *etc., etc.* Mas tem uma outra via, que é a via que também foi apontada por mim e por vários, que é o georreferenciamento, e o georreferenciamento permite que um sujeito vá lá... Ou seja, o que eu estou dizendo é que a Prefeitura, em discussão com a Câmara de Vereadores, tem que apontar para o governo federal que nós queremos facilitar para que as pessoas recebam o recurso. E a forma de facilitar para que as pessoas recebam o recurso é essa, é o georreferenciamento. A pessoa, portanto vai estar lá com o seu endereço, e a pessoa, tendo seu endereço, o governo tem que pagar, porque é por Pix o pagamento.

SR. CESAR AUGUSTO SCHIRMER: A mesma linguagem, agora, se for pelo cadastramento, bom, é claro que os abrigados, é barbada, agora, saber quantas milhares de pessoas estão indicadas, onde, quando, como que essas pessoas vão chegar na Prefeitura para se cadastrar, imaginem a dificuldade que vai ser.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Mas esse é o problema – esse é o problema.

SR. CESAR AUGUSTO SCHIRMER: Eu estou concordando, eu estou concordando.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Eu poderia até, eu poderia simplesmente fazer jogo político no sentido de política ruim, de ficar dizendo: “Olha, a Prefeitura incompetente não está cadastrando”. Eu vou cobrar da Prefeitura e vou cobrar a competência da Prefeitura como é obrigação de qualquer um. Agora, eu acho

que tem que buscar uma forma que seja uma forma que facilite. E essa forma que facilita é o georreferenciamento.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): E eu concordo, Robaina, que o teu georreferenciamento deve ser aplicado também às empresas que ficaram embaixo d'água, porque aí vai se saber quais são elas e quem, de fato, está desempregado, quem, de fato, vai precisar de apoio. Então, georreferenciamento serve para tudo nisso.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Os R\$ 5,1 mil não são para o desempregado, outra coisa é que eu estou a favor de ter todo tipo de programa. Os R\$ 5,1 mil são para quem teve a casa afetada, ou o negócio afetado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Mas hoje, do que o Schirmer falou, pelo que eu entendi, hoje, com todos esses que tiveram as suas casas afetadas, que estão nesse georreferenciamento, ele entra no *site* da Prefeitura, preenche e vai receber os R\$ 5,1 mil, é isso, Schirmer? Então, nós temos que divulgar que as pessoas entrem no *site* da Prefeitura...

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Mas, Mauro, sim, é isso que o Schirmer falou.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): E, enquanto isso, vamos trabalhar, e que o governo federal agilize dizendo que basta o cara estar naquele... fazer o pedido, sem cadastro...

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Quem sabe, o governo...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Das áreas alagadas, é isso que o Robaina quer...

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): É o que eu entendi também, Mauro.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Mas é o governo federal.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Mauro, o secretário de comunicação do governo Melo faz um *card* com essa divulgação, nos envia, e a gente começa a publicizar isso.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Ajuda.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): O Schirmer tem a dúvida, o governo municipal não pode ter dúvida. Amanhã cedo, aciona o ministro Pimenta e determina isso, afinal de contas, na portaria do governo federal, fica a critério dos municípios comunicar.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está bom, pessoal, mas eu acho que nós não temos mais o que discutir, o que a gente quer avançar, não depende do Schirmer nem de nós, depende do governo federal, desse georreferenciamento. O que tem hoje é o cadastro pelo *site* da Prefeitura, que nós precisamos divulgar, e as pessoas têm que entrar lá. Vamos tentar, junto com a Prefeitura e vereadores, agilizar para que o governo federal aceite o georreferenciamento. É isso?

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): Eu acho que esse georreferenciamento deveria ser um pleito do governo do Estado, porque isso se aplica a todos os outros municípios que têm áreas que ficaram embaixo d'água. Nisso aí eles podem ser nossos aliados, uma vez que a gente...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): É provável, Ver.^a Fernanda.

(Problemas na conexão.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Se há um consenso aqui, me parece que há, um consenso mínimo de que o georreferenciamento é necessário e pode ser uma exigência inicial do secretário Schirmer já, de forma intensa, em relação...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Com o apoio de todos na Câmara de Vereadores.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Claro, tem que ser, porque quem está naquela região, aquela região que foi duramente atingida, é como Hiroshima, é como Nagasaki, caiu a bomba atômica lá. Ah, mas aquele lá não foi ferido, mas ele é uma exceção absoluta – exceção absoluta. Quem está naquele local, que enxerga ali, provavelmente está muito mal, é quase certo que está muito mal. Um em um milhão talvez não esteja, mas esse um em um milhão vale o risco de ajudar um milhão.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Nós não vamos conseguir avançar mais do que já avançamos hoje. Então, acho que agora não tem mais o que discutir, Schirmer, acho que temos que encerrar e voltar em uma forma de a gente continuar discutindo. E o Schirmer saiu com apoio de toda a Câmara de Vereadores para pedir o georreferenciamento; enquanto não tem, o caminho hoje...

SR. CESAR AUGUSTO SCHIRMER: Vereadores de Porto Alegre, vocês mandam aqui... (Problemas na conexão.)

VEREADOR ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): E um canal que tire as nossas dúvidas quando a gente precisar para poder explicar para a população...

SR. CESAR AUGUSTO SCHIRMER: A hora que quiserem, me liguem... (Problemas na conexão.) ...Se não tiverem pressa, até às 3h da madrugada, da noite, eu respondo.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Então, o encaminhamento ficou, Mauro, finaliza fechando...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O georreferenciamento é a ideia que todos nós temos, que as pessoas que estão nas áreas atingida têm o direito a receber, independentemente de cadastro; o governo pode buscar, o governo municipal passa para o governo federal e recebe. E essa é, mas enquanto isso não acontece, existe um *site* da Prefeitura, que o secretário Cesar Schirmer pode nos passar para cada vereador, pode mandar, a gente bota no grupo dos vereadores, e aí vamos difundir. A Mônica faz a sugestão de a Prefeitura mandar um *card* para os vereadores ajudarem a difundir enquanto não avançar georreferenciamento, vamos avançando com o que tem.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Mas me diz uma coisa, meu Presidente...

SR. CESAR AUGUSTO SCHIRMER: Só minutinho, só um minutinho aqui, eu faço parte daquele grupo de vereadores ali, só não falo, mas presto uma atenção louca. Então, eu vou botar nesse grupo, o *card* já está pronto, eu vou botar agora *ok*.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Ferronato, para encerrar.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Só uma pergunta, no georreferenciamento, mas não é um beneficiário por imóvel?

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ferronato, é, mas quem está nos limites do Humaitá, certamente será beneficiado – será beneficiada uma expressão até ruim –, mas quem está nos limites do Humaitá, para dar um exemplo, obviamente tem direito a ter algum tipo de ressarcimento, algum tipo de ajuda pelo georreferenciamento. O Humaitá está ali embaixo d'água, é um exemplo.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Está bem.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Mas é aconselhável, mesmo que tenha... (Problemas na conexão.) ...se cadastrar, é mais seguro que vai receber.

SR. CESAR AUGUSTO SCHIRMER: Vou colocar naquele grupo de vereadores 2124.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está bem, obrigado a todos os secretários e diretores presentes.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 19h43min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *